



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA CLEIDE SOARES DE SOUSA

**COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES:
CAMINHOS DA ESCOLA NORMAL EM CATOLÉ DO
ROCHA/PB - 1939 a 1959**

JOÃO PESSOA
2012

MARIA CLEIDE SOARES DE SOUSA

**COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES:
CAMINHOS DA ESCOLA NORMAL EM CATOLÉ DO
ROCHA/PB - 1939 a 1959**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa: História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso

JOÃO PESSOA
2012

S725c Sousa, Maria Cleide Soares de.
 Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da escola
normal em Catolé do Rocha/PB – 1939 a 1959 / Maria Cleide
Soares de Sousa.- João Pessoa, 2012.
 127f. : il.

 Orientador: Carlos Augusto Amorim Cardoso.
 Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE/PPGE

 1. Educação. 2. Escola Normal. 3. Cultura escolar.

CDU: 37(043)

MARIA CLEIDE SOARES DE SOUSA

**COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES:
CAMINHOS DA ESCOLA NORMAL EM CATOLÉ DO
ROCHA/PB - 1939 a 1959**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa: História da Educação.

Aprovada em: 23/08/ 2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso – PPGE/UFPB
Orientador

Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza – PPGE/UFPB
Examinador interno

Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior – UFC/UECE
Examinador externo

Prof. Dr. Maria Lúcia da Silva Nunes – PPGE/UFPB
Examinadora interna

Prof.^a Dr.^a Maria Adailza Martins de Albuquerque – PPGE/UFPB
Suplente interno

*Aos meus filhos,
Gabriel, Gustavo e Giovana.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Vida e ao Universo pelas oportunidades

Aos meus filhos, Gabriel Soares Ferreira, Gustavo Soares Ferreira e à minha filha Giovana Soares Ferreira que, de modo particular, me incentivaram dando-me força para a continuidade desse trabalho.

Ao meu esposo Antonio Ferreira do Nascimento (*in memoriam*), pelo exemplo de força, garra, perseverança, honestidade, ética e que, embora do seu jeito, sempre me enalteceu.

Aos meus pais, Gabriel Soares da Silva e Maria Evangelista da Silva, por me acolherem nas frequentes idas a Catolé do Rocha PB, fazendo-me sentir “de volta ao meu aconchego”.

Aos meus irmãos, Ronaldo Soares da Silva, Gilberto Soares da Silva e Ana Lúcia Soares, pela força e apoio.

Ao meu orientador Professor Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso, uma pessoa nobre de conhecimentos, com a qual tive a honra de conviver durante o percurso do Mestrado, contando com o seu acolhimento, apoio constante, compreensão diante dos percalços apresentados e autonomia concedida para o processo de construção dessa dissertação.

A Professora Maria Lúcia da Silva Nunes e ao Professor Wojciech Andrzej Kulesza, pelas orientações e sugestões durante o exame de qualificação que nos auxiliou na construção desse trabalho.

Às irmãs franciscanas do Colégio Normal Francisca Mendes, que me acolheram diversas vezes e me confiaram documentos indispensáveis à realização desse trabalho.

A Irene Gomes de Alencar, prestimosa secretária que me disponibilizou acesso ao arquivo do Colégio Normal Francisca Mendes.

Às normalistas Laura Barreto, Maria Ana Fernandes, Maria Sedy Marques, Terezinha Diniz, Berta Azevedo e Gercina de Freitas e à professora-diretora Marluce Barreto que me concederam entrevistas, pela disponibilidade e generosidade com que me receberam, despendendo tempo e dividindo comigo suas lembranças, memórias e emoções de um tempo vivido.

A Rejane Barros, primeira confidente da intenção da dissertação e que me auxiliou na construção do pré-projeto.

A Rejane Lira, colega de turma, amiga, irmã que se disponibilizou e me ajudou no processo desse trabalho.

A todos (as) colegas da Turma 30, em especial à Geruza Vicência, pela oportunidade de convívio e trocas de conhecimentos.

À Professora Maria Cacilda Marques, pelo apoio, exemplo e incentivo.

A todas/os as/os professoras (es), funcionários (as) e coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE-CE-UFPB.

A todas as pessoas com quem convivo, que compreenderam as minhas ausências e contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desse trabalho.

A gloriosa Escola Normal do passado não pode hoje ser esquecida, nem reeditada. Sua herança histórica, entretanto, fecunda o debate na busca de uma nova escola de formação de professores. Que melhor destino poderia essa nobre instituição almejar? (NOSELLA, 2002, p. 115)

RESUMO

Este trabalho é o resultado de uma investigação realizada acerca do Colégio Normal Francisca Mendes, na cidade de Catolé do Rocha, no período de 1939 a 1959. O Colégio foi o objeto e o lócus deste estudo, com ênfase em sua criação, seu funcionamento e desdobramentos da sua cultura escolar como instituição formadora de futuras professoras. O objetivo principal foi justamente o de analisar o processo de criação e funcionamento do Colégio, sobretudo em relação às informações sobre o contexto histórico do momento educacional referentes ao século XX e temas sobre cultura escolar. A metodologia utilizada insere-se na abordagem da pesquisa básica, de caráter documental e de natureza qualitativa. Para a coleta dos dados foi empregada a técnica da História Oral, por meio da pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas com seis normalistas e uma professora do Colégio. Para analisar os dados coletados foi utilizado o método da análise de conteúdo, por perceber que a especificidade do objeto deste estudo suscita o diálogo com as normalistas através de suas memórias, materiais de organização escolar e das práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição de formação. Os resultados apontam, de forma segura, que a criação de uma instituição escolar, em um cenário de uma cidade localizada no alto sertão paraibano, no final da década de 1930, tem um significado relevante. Essa relevância se configura, sobretudo, por ser formadora de professoras primárias, uma Escola Normal, que contribui para o acesso à educação e para o desenvolvimento da sociedade local e regional. Portanto, estabelece-se como um objeto de interesse historiográfico, pois o Colégio Normal Francisca Mendes contribui para que se compreenda sua função social, tanto no município quanto no Estado da Paraíba.

Palavras-chave: Processo de criação e funcionamento. Escola Normal. Cultura escolar.

ABSTRACT

This research is the result of a fulfilled investigation concerning the *Colégio Normal Francisca Mendes*, in the town of Catolé do Rocha, from 1939 to 1959. The *Colégio* was the object and the *locus* of this study, with emphasis on its creation, functioning and outcome of its school culture as formation institution of future teachers. The main objective was to analyze the creation and functioning process of the *Colégio*, especially in relation to information about the historical context of that educational period referring to the XX century and themes regarding school culture. As to the methodology used, it is an approach of basic research, documental character and qualitative nature. For data collection, the Oral History technique was used, by means of field research and semi-structured interviews carried out with six students and a teacher of the *Colégio*. In order to analyze the collected data, the content analysis method was used by perceiving that the specificity of the object of this study prompts the dialogue with students through their memories, materials related to school organization and pedagogical practices developed in the formation institution. Results point out, with certainty, that the creation of a school institution, in a scenario of a town placed in Paraíba hinterlands, in the end of the 1930s, presents a relevant meaning. Such importance is represented, especially, for being a formation institution for Elementary teachers, *Escola Normal*, of a school which contributes to the access to education and to the development of the local and regional society. Therefore, it constitutes an object of historiographic interest once the *Colégio Normal Francisca Mendes* contributes so as its social function, both in the town and in Paraíba State, can be understood.

Keywords: Creation and functioning process. *Escola Normal*. School culture.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização do Município de Catolé do Rocha – PB	31
FIGURA 2 - Coronel Antônio Mendes Ribeiro	34
FIGURA 3 – Dona Francisca Henriques Mendes (1847-1926)	36
FIGURA 4 – Colégio Normal Francisca Mendes em construção	37
FIGURA 5 – Colégio Normal Francisca Mendes em construção	37
FIGURA 6 - Colégio Normal Francisca Mendes: concluída a construção	38
FIGURA 7 - Cidade de Catolé do Rocha-PB em 10 de junho de 1948	39
FIGURA 8 – A matéria do jornal “A União”	46
FIGURA 9 – Foto da fachada interna do Colégio Normal Francisca Mendes	47
FIGURA 10 – 1ª Turma de Normalistas do Colégio Normal Francisca Mendes-1942	48
FIGURA 11 – Ir. M Gonzalez Hermann	53
FIGURA 12 – Ir. ^a Urbana Schöberl	53
FIGURA 13 – Ir. ^a . M ^a . Siegfrieda Heinrich	54
FIGURA 14 – Irmã Maria Irmolda Brumm/ Irmã Maria Eleonore Brumm	54
FIGURA 15 – Ir. ^a . M ^a . Engelsindis	55
FIGURA 16 – Termo de abertura de matrícula para o Exame de Admissão no Colégio Normal Francisca Mendes	58
FIGURA 17 – Termo de abertura do Curso Normal Livre	60
FIGURA 18 – Termo de Abertura do Curso Normal Regional	62
FIGURA 19 – Termo de Abertura das Notas de Aprovação	64
FIGURA 20 – Normalistas fardadas	79
FIGURA 21 – Momento de excursão das normalistas	87
FIGURA 22 – Comemoração do dia da árvore	87
FIGURA 23 – Desfile de Sete de Setembro: normalistas como Porta-bandeira	92
FIGURA 24 – Desfile de Sete de Setembro pelas principais ruas da cidade de Catolé do Rocha	93
FIGURA 25 – Desfile de Sete de Setembro pela rua da cadeia pública da cidade de Catolé do Rocha	93
FIGURA 26 – Desfile de Sete de Setembro pela rua da cadeia pública da cidade de Catolé do Rocha	94

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Matrícula para o Exame de Admissão (1939 -1959)	59
QUADRO 2 – Matrícula do Curso Normal Livre (1939 – 1945)	61
QUADRO 3 – Matrícula do Curso Normal Regional (1946-1948)	62
QUADRO 4 – Matrícula do Curso Normal Regional (1949-1956)	62
QUADRO 5 - Matrícula do Curso Normal Regional com duração de 5 anos (1957-1959)	63
QUADRO 6 – Matriz Curricular do Curso Normal Livre (1939 – 1942)	64-65
QUADRO 7 – Matriz Curricular do Curso Normal Livre (1943 -1945)	65-66
QUADRO 8 - Matriz Curricular do Curso Normal Regional (1946 -1951)	67-68
QUADRO 9 – Currículo determinado pelo artigo 7º	69
QUADRO 10 – Matriz Curricular do Curso Normal Regional (1952 -1956)	70
QUADRO 11 – Ano em que as normalistas começaram a estudar no Colégio Norma Francisca Mendes	74-75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: APRESENTANDO A TEMÁTICA	13
1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO, DA PROBLEMÁTICA E DOS OBJETIVOS	16
1.2 A MODELAÇÃO DA PESQUISA	19
2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA ESCOLA NORMAL	24
2.1 O COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES EM CATOLÉ DO ROCHA	29
2.2 DE DILLINGEN PARA CATOLÉ DO ROCHA: AS IRMÃS FRANCISCANAS	49
3 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DO CURSO NORMAL	57
3.1 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	63
3.1.1 Curso Normal Livre	64
3.1.2 Curso Normal Regional	67
4 VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS: MEMÓRIAS DOS SUJEITOS	72
4.1 O ANO EM QUE COMEÇOU A ESTUDAR NO COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES	74
4.2 QUEM ERAM OS (AS) PROFESSORES (AS)	75
4.3 O RELACIONAMENTO COM AS (OS) PROFESSORAS (ES)	76
4.4 O FARDAMENTO	78
4.5 AS REGRAS QUE ORIENTAVAM A CONDUTA DAS NORMALISTAS	79
4.6 OS MÉTODOS EMPREGADOS E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	82
4.7 OS CONTEÚDOS E SUA ORGANIZAÇÃO	88
4.8 ORGANIZAÇÃO DO HORÁRIO DAS AULAS	90
4.9 AS FESTAS CÍVICAS NA FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS	91
4.10 MISSA AOS DOMINGOS	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: TÉRMINO DE UMA HISTÓRIA?	97
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista para as normalistas	104

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista para ex-professoras	105
ANEXO A – Protocolo comitê de ética	106
ANEXO B - Termos de Consentimento Livre e Esclarecido assinados	107
ANEXO C – Certidão de doação do educandário	121
ANEXO D – Carta às Irmãs Franciscanas	123
ANEXO E – Desenho das plantas para a construção do Colégio Normal Francisca Mendes	126
ANEXO F – Foto atual do Colégio Normal Francisca Mendes	127

1 INTRODUÇÃO: APRESENTANDO A TEMÁTICA

Esta investigação tomou seu contorno, após as discussões desencadeadas durante o cumprimento das disciplinas: Seminário em História da Educação; Pesquisa em História da Educação e Tópicos em História da Educação, referentes à linha de pesquisa em História da Educação, oferecidas no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campus I. Tais disciplinas permitiram a realização de leituras e discussões sobre instituições escolares, com ênfase para a arquitetura escolar, sobretudo para as informações acerca do contexto histórico do momento educacional referente aos séculos XIX e XX e temas referentes à cultura escolar. Todo esse arcabouço teórico foi dando contornos e direcionamentos ao estudo ora em relevo, revigorando assim, o nosso desejo de desenvolver uma pesquisa acerca da instituição escolar, Colégio Normal Francisca Mendes.

Com o intuito de melhor delinear a pesquisa, realizamos uma busca acerca da Historiografia Educacional Paraibana no tocante à estruturação física, à imponência da arquitetura e à importância para a vida das pessoas que, especificamente, “passaram” pelo Colégio Normal Francisca Mendes, objeto e lócus desse estudo, mas não encontramos nenhum estudo que tratasse dessas questões e tampouco do Colégio. Nessa premissa, instigou-nos a querer saber sobre como foi sua criação, funcionamento e desdobramentos da sua cultura escolar enquanto instituição formadora de futuras professoras primárias.

O Colégio Normal Francisca Mendes fica localizado na cidade de Catolé do Rocha-PB. Assim, a criação de uma instituição escolar em um cenário urbano de uma cidade no alto sertão paraibano, no final da década de 1930, tem um significado relevante. Esta relevância configura-se, sobretudo, por ela ser formadora de professoras primárias. Uma Escola Normal, trazendo o acesso à educação e contribuindo para o desenvolvimento da sociedade local e regional se estabelecendo, portanto, em objeto de interesse historiográfico.

O Colégio Normal Francisca Mendes pode ser considerado uma instituição educacional significativa na cidade de Catolé do Rocha, formadora de professoras primárias, que subsidiou a partir de 1939 a educação catoleense e das cidades circunvizinhas: Brejo do Cruz, Cajazeiras, Pombal, Uiraúna, Sousa e São Bento, na Paraíba; além de Caicó, Patu e Parelhas no Estado do Rio Grande do Norte, tirando-as do atraso educacional, uma vez que preparou para o mercado de trabalho as educadoras que iriam atuar nas escolas, em uma época em que, para o interior do Estado do Paraíba, dispor de professoras formadas em uma

Escola Normal, era uma raridade. Por isso, teve um significado social reconhecido pela sociedade da época.

Portanto, estudar a referida instituição na sua historiografia é importante, uma vez que a história da educação brasileira tem buscado uma renovação nas pesquisas referentes à história das instituições educacionais. Nesse sentido, o movimento historiográfico recente tem valorizado as produções em nível local e regional, possibilitando ao pesquisador lidar com as diferenças, os impasses e as multiplicidades de fatos, documentos, opiniões e com a participação de sujeitos sociais; atores que empreenderam o fazer histórico.

Nessa perspectiva, o fato de a cidade de Catolé do Rocha ser a cidade natal da pesquisadora deste estudo e tendo estudado e trabalhado no Colégio Normal Francisca Mendes, ou seja, representa um dos sujeitos sociais que participaram da história dessa instituição, sendo marcada por lembranças, curiosidades e algumas crendices. Entre elas, a de que existiria um quarto escuro no colégio com um esqueleto para servir de espaço de castigo para quem desobedecesse e desse trabalho para as irmãs e professoras daquela instituição. Fatos que povoaram a imaginação da pesquisadora que, ao mesmo tempo em que estudava com cautela e receio no seu tempo de normalista, procurava investigar e descobrir a veracidade dos fatos que lhes eram apresentados acerca do colégio.

Portanto, o fato de a pesquisadora também ter sido um dos sujeitos sociais que participaram da história da instituição mencionada se configura, assim, um forte motivo para a escolha de estudar o Colégio Normal Francisca Mendes. Além disso, ressalta-se o fato de essa instituição escolar ter exercido e exercer¹ papel fundamental na educação da cidade de Catolé do Rocha e das cidades circunvizinhas.

É nesse sentido que a análise e a compreensão do processo de criação e funcionamento da organização escolar do Colégio Normal Francisca Mendes, no período de 1939 a 1959, despertou o interesse para realização deste estudo. Assim, as práticas dos sujeitos sociais atuantes na instituição propiciaram uma reflexão e compreensão sobre o desenvolvimento educacional da cidade, num momento histórico em que a educação não era universalizada, mas que se buscava a preparação e a formação de uma parcela da sociedade dominante.

Nessa direção, o objeto deste estudo se insere no campo da produção da historiografia da educação brasileira, ao permitir uma análise do processo de criação e funcionamento da organização escolar do Colégio Normal Francisca Mendes, na cidade de Catolé do Rocha, no

¹ O Colégio Normal Francisca Mendes continua atendendo à comunidade catoleense, educando crianças, adolescentes e jovens com a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. Com as mudanças na Legislação de Ensino através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9394/96 que instituiu a Formação em nível Superior para Professores, o magistério deixou de ter novas turmas a partir do ano de 2010.

período de 1939 a 1959, viabilizando uma compreensão da função social dessa instituição seja no município, seja no Estado da Paraíba.

O recorte temporal desta pesquisa explica-se pelo fato de o ano de 1939 ter sido o primeiro ano de funcionamento da instituição escolar, como unidade de educação formadora de professoras para o ensino primário, ou seja, o Curso Normal Vocacional de Habilitação ao Magistério Primário e em 1959, o Colégio Normal Francisca Mendes completou 20 anos de funcionamento como Curso Normal, passando no ano seguinte a ofertar também o Curso Ginásial, acontecendo, portanto, uma mudança na formatação do atendimento nas modalidades/níveis de ensino, deixando de ser enfatizada a formação de professoras para atender, então, a outras demandas educativas.

Nessa perspectiva, pesquisar essa instituição escolar em seu contexto histórico é importante porque desvela experiências educativas ocorridas em tempos e espaços diversos, ou seja, sua cultura escolar o que contribuirá também para a compreensão do desenvolvimento da organização escolar brasileira.

Nesse sentido, Julia (2001) aponta que a cultura escolar pode ser traduzida por:

[...] um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (JULIA, 2001, p. 11, grifos do autor).

Assim, foi aspiração desta investigação compreender as perspectivas normativas e a ação de professores e normalistas no cotidiano formativo do Colégio Normal Francisca Mendes, no período de 1939 a 1959, mediado pela cultura escolar a qual envolve todos os aspectos relacionados ao colégio.

Corroborando com essa discussão, Frago e Escolano (1998) esclarece que a cultura escolar é composta pelo:

[...] Conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização. Inclui práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escolar – objetos materiais –, função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento [...] – e modos de pensar, bem como significados e idéias compartilhadas (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 12).

Diante desse panorama, estudar a criação e funcionamento de uma organização escolar é ter ciência da complexidade da abrangência que a mesma envolve. Assim, este trabalho se apresenta como uma produção de uma historiografia local que aborda a história de uma instituição escolar religiosa, o Colégio Normal Francisca Mendes, criado para ser uma agência formadora de professoras, funcionado em forma de internato e externato para atender às necessidades educacionais da cidade.

Como já esboçamos em parágrafos anteriores, esta pesquisa é relevante porque, ao tratar de uma instituição educativa em tempo e lugar próprios, permite perceber também, transcendidos os muros escolares, as práticas e vivências da sociedade que abrigou e fez uso daquela instituição escolar, sobretudo, o seu funcionamento enquanto Escola Normal, ou seja, a formação de professoras primárias.

1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO, DA PROBLEMÁTICA E DOS OBJETIVOS

Refletir e estabelecer a finalidade da educação, em particular da Escola Normal, significa perceber a diversidade conceitual implícita e explícita na educação, uma vez que esta contempla aspectos éticos, políticos, pedagógicos, sociais, históricos, culturais e econômicos, entre outros. Por sua vez, essa diversidade exigirá um olhar crítico para as especificidades de cada grupo e comunidade para qual a escola está a serviço, em virtude da heterogeneidade que lhe é característica e uma vez identificada, subsidia a prática.

Nessa direção, a educação tem visado criar condições favoráveis à construção da postura do ser humano por meio de diversos segmentos sociais. A escola é uma dessas instâncias viabilizadoras do processo educacional, em cujas práticas são reveladas as visões axiológicas que as fundamentam.

No Brasil, encontramos registros da implantação de Escola Normal com início no ano de 1835. Apenas em 1870, começa sua crescente expansão sendo instalada em muitas províncias do país para a formação do quadro docente para o ensino primário. De acordo com Gomes (2008):

[...] nas décadas de 70 e 80 do século XIX, as escolas normais vão ganhando contornos mais definidos. Nesse momento, são criadas várias instituições destinadas à formação de professores, a exemplo da Escola Normal do Paraná (1876), A Escola Normal de Santa Catarina (1880), a Escola Normal da Corte, aberta em 1881, e o Externato Normal da Parahyba do Norte (1884) (GOMES, 2008, p. 114).

Como se pode perceber, no século XIX, não havia inicialmente uma política de sistematização para criação, instalação e funcionamento das escolas normais no Brasil. Não havia uma política educacional de nível nacional e sim ações pontuais aleatórias em cidades tidas como importantes centros econômicos, políticos e culturais. Isso quer dizer, por exemplo, que se criava uma escola apenas no papel, mas a mesma nem sempre chegava a funcionar, pois dependia muitas vezes de questões políticas, das condições físicas e de todos outros aspectos que são inerentes ao processo educacional. Portanto, não basta criar as escolas, é preciso fazê-las funcionar. Sobre isso, assevera Araújo et al (2008, p. 26):

[...] Uma instituição implica em um ato de estabelecer, de fundar, de criar. Uma vez realizado tal ato, ela se encontra instituída, mas é o movimento histórico de uma dada instituição que revela o seu processo instituinte, seja nas dimensões organizativa, administrativa e espacial-física, seja na dimensão curricular, docente e discente. Mas, para além de tais aspectos intra-institucionais, estão também presentes os norteadamentos de ordem política, reveladores das aspirações e dos projetos, bem como de suas efetivações.

No que se refere à realidade de Escola Normal, no Estado da Paraíba, destacamos Cardoso (2007) que enfatiza:

[...] A institucionalização da Escola Normal da Parahyba dá-se no Império, assemelhando-se à Escola Normal do Rio de Janeiro. A Lei Nº 761, sancionada pelo presidente José Ayres do Nascimento em 7 de dezembro de 1883, transformou o Liceu Paraibano numa escola normal de dois graus, sendo o primeiro grau compreendido pelo ensino elementar destinado à formação de professor e o segundo grau destinado a um conhecimento mais prático e com um maior desenvolvimento das cadeiras do primeiro grau. (CARDOSO, 2007, p. 118)

Tomando como base, as breves evidências históricas sobre a implantação e institucionalização da Escola Normal na Paraíba do Norte, várias são as questões suscitadas no campo da História da Educação para se realizar estudos, tais como: currículo, organização pedagógica, estrutura administrativa, arquitetura, organização dos espaços e da própria cultura escolar. O entendimento de tais questões pode ser viabilizado pela História da Educação que possibilita-nos, enquanto educadores, o conhecimento do que foi e como era a prática educacional daquela época, além de permitir estímulos a uma reflexão crítica sobre o universo educacional.

Nessa direção, Nóvoa (1999) salienta que a História da Educação:

[...] pode ajudar a cultivar um saudável ceticismo, cada vez mais importante num universo educacional dominado pela inflação de métodos, de modas e de reformas educativas. Aprender a relativizar as idéias e as propostas

educativas, e a percebê-las no tempo, é uma condição de sobrevivência de qualquer educador na sociedade pedagógica dos nossos dias. [...] fornece aos educadores um conhecimento do passado coletivo da profissão, que serve para formar a sua cultura profissional. Possuir um conhecimento histórico não implica ter uma ação mais eficaz, mas estimula uma atitude crítica e reflexiva. [...] amplia a memória e a experiência, o leque de escolhas e de possibilidades pedagógicas, o que permite um alargamento do repertório dos educadores e lhes fornece uma visão da extrema diversidade das instituições escolares no passado. Para, além disso, revela que a educação não é um “destino”, mas uma construção social, o que renova o sentido da ação quotidiana da cada educador (NÓVOA, 1999, p. 13).

Diante das colocações de Nóvoa, podemos perceber o quanto o estudo da História da Educação contribui para a reconstituição da historicidade do processo educacional, como também para o processo da organização escolar, que atende a um conjunto de regras, normas, legislação do contexto, no qual se encontra e nos estimula a desenvolver uma atitude crítica e reflexiva do situado circunscrito.

Na História da Educação Brasileira, em maior profundidade a partir da década de 1990², estudos sobre instituições escolares vêm ganhando dimensões relevantes objetivando recuperar situações inerentes a compreensões do desenvolvimento do processo de escolarização no Brasil.

Face às peculiaridades acima referidas, há a necessidade de conhecimento e historicização da instituição escolar Colégio Normal Francisca Mendes, localizada no cenário urbano da cidade de Catolé do Rocha, interior do Estado da Paraíba. Para isso, definimos as seguintes perguntas norteadoras para essa investigação: Como se deu o processo de funcionamento da organização escolar? Como se dava o desenvolvimento das práticas pedagógicas no período de 1939 a 1959? As respostas a essas questões se configuram como desafio deste estudo.

Assim, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o processo de criação e funcionamento da organização escolar do Colégio Normal Francisca Mendes, na cidade de Catolé do Rocha, no período de 1939 a 1959. Para isso, traçamos como objetivos específicos: investigar documentos referentes à fundação do Colégio Normal Francisca Mendes; compreender o seu processo de organização escolar e identificar, através do recurso da memória, as práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição.

Na pesquisa utilizamos os dados das entrevistas para definir as categorias de análise. Assim, estas envolveram: o ano em que começou estudar; quem eram seus professores (as) e o relacionamento com os (as) mesmos (as); fardamento; regras; métodos empregados;

² O texto de Nosella e Buffa (2002) traz maiores detalhes do desenvolvimento das pesquisas sobre instituições escolares no Brasil.

conteúdos e sua organização; horário das aulas; práticas pedagógicas, ou seja, a cultura escolar que se desenvolveu no Colégio Normal Francisca Mendes. Para dar sustentação a essa categorização e subsidiar todo o processo investigativo desta pesquisa, tomamos por base as contribuições de autores, como: Monarcha (1999); Araújo (2010); Correia (2010); Freitas (2008); Lopes (2008); Nosella e Buffa (2002); Kulesza (2008); Pinheiro (2002); Gatti Junior (2002); Cardoso (2007); Magalhães (2005); Júlia (2001); Frago e Escolano (1998); e outros.

1.2 A MODELAÇÃO DA PESQUISA

Para descrever a modelação desta pesquisa, entre outros apontamentos científicos, demos prioridade aos direcionamentos de Gil (2009); Nunes e Carvalho (2005); Le Goff (2003); Araújo (2002); Thompson (2002); BOSI (2010); Franco (2008); Minayo (1996), por estes remeterem direções acerca dos conceitos básicos da metodologia científica nas Ciências Humanas.

Nessas perspectivas, esta pesquisa pode ser classificada como de caráter documental, e de natureza qualitativa. No que se refere à pesquisa documental, Gil (2009) salienta que:

[...] A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica (GIL, 2009, p. 46).

Sobre a natureza de uma pesquisa, Minayo (2000) realça o abarcamento do significado e da intencionalidade das práticas sociais pela pesquisa qualitativa, ao expor que:

As pesquisas qualitativas são entendidas como aquelas capazes de incorporar a questão do ‘significado e da intencionalidade’ como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas (MINAYO, 2000, p. 10).

Para o trilhar do percurso metodológico, buscamos por fontes em pesquisa histórica, embora esbarrados nos “limites não só das práticas institucionais, no que diz respeito à localização, conservação e divulgação de acervos, mas também das práticas discursivas no âmbito da história” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 30).

Para análise do processo de criação e funcionamento da organização escolar do Colégio Normal Francisca Mendes, realizamos uma pesquisa ampla e sistemática em busca de

fontes historiográficas, de documentos entendidos como testemunhos dos acontecimentos históricos e registros das práticas pedagógicas da referida instituição educativa.

Nessa direção, quando nos propomos a procurar saber e a buscar por informações, é apropriado observar a expansão da noção de documento, explorada por Le Goff (2003), sobretudo no que diz respeito às fontes impressas como sendo importantes ferramentas para a escrita da História. Assim, o autor explana:

[...] Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é “falso”, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estar sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade (LE GOFF, 2003, p. 110).

Assim, a nossa trilha metodológica foi feita da seguinte maneira: visitas ao Arquivo Público do Jornal “A União”; ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGPB, em busca de artigos de jornais; e ao Colégio Normal Francisca Mendes a fim de localizar as fontes imprescindíveis à construção deste trabalho. Fontes essas que compreendem: Livro de matrícula; Livro com Notas das normalistas diplomadas como Professoras Primárias; Coletânea de “Impressões sobre o Projeto do Collegio D. Francisca Henriques Mendes a ser construído por seu filho Cel. Antônio Mendes Ribeiro³”; fotos e, ainda, as entrevistas com as normalistas e uma professora que também exerceu a função de diretora do educandário no período recortado.

Trabalhamos com a Coletânea de “Impressões sobre o Projeto do Collegio⁴ D. Francisca Henriques Mendes”, onde se encontram duas plantas do prédio a ser construído, conforme pode ser observado no Anexo E, além de transcrevermos algumas impressões de autoridades políticas, educacionais, eclesiásticas e amigas do Coronel Antônio Mendes Ribeiro sobre a construção do educandário na cidade de Catolé do Rocha. Constam nessa coletânea os registros escritos do próprio punho do então Interventor da Paraíba. Essas impressões constituíram o conteúdo utilizado e analisado e estão dispostas no próximo capítulo, no tópico 2.1.

Buscamos, também, as informações contidas no Livro com Notas das normalistas diplomadas como Professoras Primárias, entre o período de 1942 a 1955, no qual constam as

³ Este livro (uma cópia, pois o original encontra-se na clausura do Colégio Normal Francisca Mendes, de onde não é permitida a sua saída) está nos arquivos da referida instituição escolar e contém cartas redigidas manualmente pelos amigos do Coronel Antônio Mendes Ribeiro e rabiscos com as plantas e a fachada do educandário a ser construído na Cidade de Catolé do Rocha-PB.

⁴ Foi respeitada a ortografia da época.

disciplinas cursadas pelas normalistas da primeira turma do Normal Livre e das demais turmas, onde foi analisada a organização pedagógica do colégio observando a sua nomenclatura, enquanto Normal Livre e Normal Regional.

A pesquisa foi em busca, ainda, de notícias vinculadas à imprensa em jornais como “A União” e “A Imprensa” que, de acordo com Araújo (2002, p. 95), “investigar o passado implica também o estudo da imprensa. Ela compartilha da cotidianidade em que se dá a história.” Assim sendo, a imprensa relata os acontecimentos da sociedade na qual se insere.

Pesquisamos também os números que estavam ligados à data de criação do Colégio Normal Francisca Mendes e os acontecimentos condizentes com seu funcionamento.

Com relação às fontes orais, estas estão presentes em nosso estudo através da realização de entrevistas com as normalistas e uma professora que também exerceu a função de diretora, sujeitos que vivenciaram e integraram o cotidiano do Colégio Normal Francisca Mendes. Nesse sentido, utilizamos o recurso da História Oral, como técnica, por meio da pesquisa de campo, onde desenvolvemos entrevistas semiestruturadas junto às normalistas e à professora do Colégio Normal Francisca Mendes para, através de suas memórias, analisarmos suas impressões sobre a criação, o processo de organização escolar e as práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição para a formação das mesmas como normalistas da época.

Acerca da História Oral, Thompson (2002) enfatiza que:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga o seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações (THOMPSON, 2002, p. 44).

Esse mesmo autor também relata sobre a técnica de entrevista, ao esclarecer que: “[...] a entrevista propiciará, também, um meio de descobrir documentos escritos e fotografias que, de outro modo, não teriam sido localizados” (THOMPSON, 2002, p. 25).

A primeira entrevistada foi a professora, hoje com 92 anos de idade, que atuou como professora nos anos de 1939 a 1942. Esta foi quem assinou os diplomas das normalistas da primeira turma pelo fato de as Irmãs Franciscanas terem sido proibidas de assinar tais documentos e/ou qualquer tipo de papel, em virtude de serem de origem alemã. Tal proibição ocorreu devido à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, fazendo parte do Bloco contra a Alemanha.

A localização das pessoas que foram entrevistadas ocorreu através do levantamento de normalistas diplomadas, no período evidenciado, por intermédio de visita feita da então secretária da secretaria do Colégio Normal Francisca Mendes, que permitiu a manipulação dos arquivos e que forneceu os dados e dicas por meio de diálogos direcionados. Também recorremos a conversas informais com pessoas que nos conduziram e nos possibilitaram a aproximação com normalistas e professoras da referida instituição.

Durante as entrevistas, os relatos orais propiciaram vivência significativa de escuta, de troca, possibilitando vir à tona memórias, saudades, recordações. Nesse entendimento, Bosi (2010) ressalta que:

[...] Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época o alento (BOSI, 2010, p. 82).

Assim, o objeto de estudo vai sendo recriado a partir das palavras, dos silêncios, dos diálogos dessas pessoas que vivenciaram, num determinado tempo e lugar, ações cotidianas que, de alguma forma, vão ser úteis para identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas no Colégio Normal Francisca Mendes na voz de poucas, mas que representam um conjunto.

Através das entrevistas, chegamos a outras fontes como diploma das normalistas, fotos e o caderno de disciplinas. Portanto, o conteúdo das entrevistas se constituiu em objeto de análise, uma vez que o *corpus* desta pesquisa se compõe de documentos coletados e das entrevistas realizadas. Desta forma, o tipo de análise priorizado para o tratamento dos dados desta pesquisa foi a análise de conteúdo, que de acordo com Franco (2008):

[...] O ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. As mensagens expressam as representações sociais na qualidade de elaborações mentais construídas socialmente, a partir da dinâmica que estabelece entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento. Relação que se dá na prática social e histórica da humanidade e que se generaliza via linguagem (FRANCO, 2008, p. 12).

Assim, para podermos compreender as relações que se estabelecem entre o comportamento humano e as representações sociais, partimos da análise de conteúdo, para orientar com maior profundidade os discursos produzidos pelas normalistas e professora do já então referido colégio.

Corroborando com a compreensão acerca da análise de conteúdo como um método para o tratamento de dados de pesquisa qualitativa, Minayo (1996) enfatiza que:

[...] Análise de Conteúdo conduz-nos a uma certeza. Todo esforço teórico para desenvolvimento de técnicas, visa - ainda que de formas diversas e até contraditórias - ultrapassar o nível do senso comum e de subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação. (MINAYO, 1996, p. 203).

Dessa forma, a análise de conteúdo como procedimento de análise de dados desta pesquisa foi essencial no processo de interpretação das respostas dadas pelos sujeitos entrevistados e especialmente na leitura da interpretação do conteúdo produzido e analisado. Com este procedimento, pudemos comparar mensagens de uma única fonte emitidas em diferentes situações e momentos, determinadas de acordo com as perguntas elaboradas na entrevista e respondidas pelas normalistas e professora do Colégio Normal Francisca Mendes.

Diante do exposto até aqui e das distribuições dos demais capítulos deste trabalho, podemos dizer que a relevância social desta pesquisa se apresenta na contribuição que esta trará para a consolidação e aprofundamento do conhecimento da história da instituição em estudo, na medida em que, compreendendo a história da educação no nível local, certamente, possibilitará também levantar elementos para a compreensão da educação brasileira.

Para fins de organização textual, a construção desta narrativa está estruturada em quatro capítulos independentes e complementares, além das considerações finais, referências, apêndices e anexos.

No primeiro capítulo, dispomos a introdução com a apresentação da temática do estudo, definição do objeto, da problemática e dos objetivos, como também o caminho metodológico dessa investigação científica.

No segundo capítulo, fizemos uma retrospectiva histórica da Escola Normal; o Colégio Normal Francisca Mendes em Catolé do Rocha; de Dillingen para Catolé do Rocha: as Irmãs Franciscanas.

No terceiro capítulo, abordamos o processo de organização escolar do Curso Normal e a organização curricular do Curso Normal Livre e o Curso Normal Regional.

No quarto capítulo, apresentamos as discussões dos dados e resultados alcançados fazendo uma análise das lembranças e memórias de normalistas e de uma professora da supracitada instituição escolar sobre as vivências pedagógicas.

2 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA ESCOLA NORMAL

A realização de estudos sobre instituições escolares, em especial, estudos sobre Escola Normal do país já é uma atividade de pesquisadores no Brasil, sendo uma prática de teóricos que, dentre eles, podemos destacar: Nosella e Buffa (2002), Monarcha (1999), Freitas (2003), Brzezinski (1999) e Canezim e Loureiro (1994), Cardoso (2007), Kulesza (1998; 2008), Araújo (2010), Correia (2010) entre outros.

Cada um dos pesquisadores, aqui citados, investigou a Escola Normal de sua região/cidade e oportunizou, aos novos pesquisadores e estudantes, o acesso a informações significativas dessas escolas. Os pesquisadores contribuíram com a história da educação brasileira com o registro da história da instituição escolar que exerceu, no caso brasileiro, importância capital na formação de docentes para o exercício do magistério primário.

A gênese da Escola Normal no cenário mundial é detalhada por Araújo (2010), que em sua tese traz um inventário onde descreve sobre o conceito e desenvolvimento da instituição escolar Escola Normal. A referida autora esclarece que:

[...] o termo Escola Normal é de origem francesa, com o significado de instituição escolar destinada ao treinamento, preparação específica de professores com o intuito de estabelecer, manter e difundir padrões e normas com vistas à legitimação da arte de ensinar. Dessa forma foi institucionalizado um modelo escolarizado de formação de professores. Constatamos que este modelo estava inserido no paradigma da modernidade, contornado pelo ideário iluminista e pelos princípios da *Liberdade*, *Igualdade* e de *Fraternidade* amplamente difundidos pela Revolução Francesa (ARAÚJO, 2010, p. 48, grifos da autora).

Esse treinamento e preparação específicos, acima referenciados, objetivavam a formação dos profissionais da educação para o atendimento das estratégias de universalização do ensino europeu para “sob essas matrizes, sua organização esteve articulada com as promessas de universalização do ensino e de solucionar os problemas inerentes ao ensino elementar” (ARAÚJO, 2010, p. 48).

No que se refere à gênese da Escola Normal no Brasil, essa vem acompanhada do ideário e modelo educacional europeu, especificamente com o da orientação francesa, onde a influência do iluminismo trazia na linguagem expressões como “progresso” e “civilização” para o desenvolvimento dos sujeitos, moral e intelectualmente, e para as bases do progresso social fazendo-se presente quando acenava para a seguridade de melhoria moral e social dos cidadãos. Segundo Araújo (2010),

[...] é lugar comum na produção historiográfica que o modelo educacional e, especificamente da Escola Normal institucionalizado na realidade brasileira, foi “transplantado” do mundo europeu, mais especificamente o francês sob orientação dos herdeiros das luzes. Em verdade, ficou evidenciado que as orientações iluministas foram postas enquanto alicerce do progresso social à medida que sinalizava a garantia de regeneração e da liberdade dos homens. Sabemos que esta foi a grande tônica orquestrada pelos gestores e lideranças políticas brasileiras, ao defender a expansão da educação escolar à população. Assim, a tentativa de implantação da instrução primária e de escola normal, fazia parte do ideário de civilização e moralidade brasileiro ora concatenado com o da modernização do país no período imperial. (ARAÚJO, 2010, p. 49).

Corroborando com a autora, trazemos a citação de Monarcha (1999) que referenda sobre a mentalidade e a atitude iluminista:

A mentalidade e a atitude iluminista têm alvos precisos: domínio da natureza externa e interna e concepção da relação homem/sociedade como razão/natureza. Nessa concepção de mundo e de vida, a natureza é origem de todo conhecimento e centro para o qual converge a ânsia de saber. Ela fornece as leis da lógica do conhecimento e da vida social. Orientando-se pela razão, que toma como modelo a lógica da natureza, o homem dirige as suas atividades de forma autônoma e torna-se consciente de sua humanidade, subtraindo-se do jugo da natureza, na qual estava incrustado. Com esse procedimento, a razão revela-se na sua plenitude, orientando um modo previamente elaborado de pensar, agir, sentir, imaginar e querer (MONARCHA, 1999, p. 76).

O impulso e o direcionamento para a criação e institucionalização de Escolas Normais no Brasil têm como marco a Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879, Decreto de número 7.247, de 19/4/1879, que autorizou o governo central a criar ou subsidiar Escolas Normais nas províncias e que “exprime institucionalmente os anseios de renovação educacional concomitantes aos movimentos políticos e econômicos em busca de uma nova ordem social para a nação brasileira [...]” (KULESZA, 1998, p. 63), mesmo que enquanto legislação tenha ficado mais no papel do que em uma real efetivação prática.

A fragilidade da institucionalização da Escola Normal no Brasil é abordada por Kulesza (1998), quando escreve:

Antes de fundarem propriamente uma Escola Normal, muitas províncias criaram um Curso Normal anexo ao Liceu simplesmente pela adição de uma cadeira de Pedagogia ao currículo, aligeirando-se a parte de formação geral e reservando-se a prática profissional para ser exercida junto a alguma escola primária pública (KULESZA, 1998, p. 65).

A institucionalização das Escolas Normais no Brasil, na realidade, veio para atender aos interesses das oligarquias dominantes. As Escolas Normais eram instituições

características da Primeira República. Afinal, a meta dos republicanos era transformar a grande massa, que era composta por mestiços, ex-escravos e imigrantes em um povo pacífico, disciplinado, cidadão e para isso precisavam do ensino primário. Kulesza (1998) sintetiza:

Acompanhando as transformações sociais que ocorriam em todo o território brasileiro, as escolas Normais, gradativamente, conformam-se aos projetos políticos das oligarquias locais, cada vez mais imbuídos da necessidade de uma educação primária para as classes populares. Apesar dos anseios de renovação estimulados pelo advento do regime republicano, que geraram um breve ‘entusiasmo pela educação’ voltado para a alfabetização capaz de habilitar os eleitores ao direito de voto, percebe-se muito mais uma continuidade do que uma ruptura com as iniciativas tomadas no final do Império, no que tange ao desenvolvimento institucional do Ensino Normal (KULESZA, 1998, p. 69).

Ainda segundo Kulesza (1998), o modelo estrutural de Escola Normal que foi institucionalizado pela oligarquia paulista serviu de parâmetro para estruturar as Escolas Normais em outros estados do Brasil. Vejamos:

À medida que o regime se estabilizava no plano federal em direção à chamada “política dos governadores”, cujo ingrediente básico consistia em assegurar o domínio das oligarquias nos Estados, as Escolas Normais orientavam-se, de forma crescente a partir da virada do século, pela estruturação adotada em São Paulo. Nesse Estado, o modelo adotado estava baseado em escolas anexas, que serviram de embrião aos futuros grupos escolares e que constituíram uma fonte importante da própria clientela da Escola Normal. A valorização crescente da prática profissional e a adaptação da formação geral ao contexto local, ensaiadas em São Paulo, são características comuns encontradas nas Escolas Normais de todo o País por volta de 1910 (KULESZA, 1998, p. 69).

A criação de Escolas Normais no Brasil durante o período imperial possibilita-nos, assim, vislumbrar certa preocupação com a formação de professores, o que se aprofunda no período republicano oportunizando o dinamismo e a modernização do ensino, que na opinião de Louro (2011):

O abandono da educação nas províncias brasileiras, denunciado desde o início do Império, vinculava-se, na opinião de muitos, à falta de mestres e mestras com boa formação. Reclamavam, então, por escolas de preparação de professores e professoras. Em meados do século XX, algumas medidas foram tomadas em resposta a tais reclamos e, em algumas cidades do país, logo começaram a ser criadas as primeiras escolas normais para formação de docentes (LOURO, 2011, p.448).

As Escolas Normais no Brasil tiveram trajetórias sinuosas onde apresentam avanços e recuos em suas institucionalizações. Essa situação é evidenciada em estudos realizados sobre

o percurso das Escolas Normais, por isso destacamos aspectos que, ratificados por Araújo (2010), são recorrentes:

Dentre outros aspectos, destacamos apenas três, por serem os mais persistentes e/ou recorrentes na trajetória daquelas instituições: 1 – a criação das primeiras escolas normais esteve atrelada ao processo de construção hegemônica do grupo conservador, resultando das ações por ele desenvolvidas para consolidar sua supremacia, bem como impor seu projeto político na sociedade brasileira em toda a sua extensão; 2 - os primeiros cinquenta anos de funcionamento daquelas escolas se caracterizaram por um processo moroso e enfadonho de formação (currículo extenso e essencialmente enciclopédico). Com efeito, não se mostravam atraentes bem como, não passavam de uma instituição quase que desconhecida que enfrentava uma série de dificuldades tanto física quanto humana no seu cotidiano; 3 - as escolas normais que foram criadas até o final do século XIX, caracterizaram-se por um longo e desgastante processo de instabilidade e de descrença, marcado por uma sequência de criação, extinção e recriação (ARAÚJO, 2010, p. 59).

Diante desses aspectos destacados, acreditamos que os mesmos se devem a fatores políticos, econômicos, ideológicos, culturais e sociais da sociedade abordados pela historiografia no que se refere ao processo de institucionalização das Escolas Normais no Brasil.

Assim, estudar sobre a Escola Normal é estudar, também, sobre formação de professores e, para entender como esses profissionais foram preparados, é através do conhecimento da instituição educacional e da sociedade que as produziram, pois “a educação é o espelho de um povo. O que forem os homens haverá de ser a educação por eles ministrada” (TOBIAS, 1986, p. 26).

A Escola Normal proporcionou a “disseminação dessa modalidade de formação no Brasil” (FREITAS, 2008, p. 11), o que possibilitou avanço educacional onde a mesma era implantada e consolidada. Com a criação e institucionalização das Escolas Normais no Brasil, percebemos a manifestação de maior democratização da formação de professores na medida em que espaços educativos são criados e ampliados permitindo a participação dos que podem receber formação, pois a sociedade com a sua hierarquia social, política, econômica, ideológica não permitia a participação dos menos favorecidos socialmente.

Podemos afirmar que as Escolas Normais no Brasil tiveram significado de agência formadora de professoras e também um papel de ser espaço de socialização, emancipação da mulher quando naquela época para elas “o casamento e a maternidade eram efetivamente constituídos como verdadeira carreira feminina. Tudo que levasse as mulheres a se afastarem

desse caminho seria percebido como um desvio da norma” (LOURO, 2011, p. 454). Nesse sentido, Tobias (1986) destaca que:

[...] arrancaram as mulheres de seu enclausuramento, elevando-as, instruindo-as e delas fazendo as primeiras professoras do Brasil; além disso, ofereceram-lhes oportunidade de serem úteis ao próximo, de se realizarem, de trabalharem fora, capacitaram-nas a melhor educar seus próprios filhos e deram-lhes pela primeira vez instrução de grau médio, fato jamais acontecido no Brasil, ainda mais de maneira oficial e sistemática (TOBIAS, 1986, p. 144).

Nesse entendimento, percebe-se que as Escolas Normais serviram para proporcionar a formação das professoras primárias daquelas mulheres que tinham acesso a essas Escolas, ainda que também tivessem que exercer suas prendas domésticas.

Diante das considerações expostas e seguindo essa lógica de entendimento, Freitas (2003) assim realça:

[...] As escolas normais constituíam um espaço de formação socialmente aceito, responsável pela profissionalização de um grande número de mulheres. A possibilidade de exercerem uma profissão socialmente permitida garantia às mulheres a oportunidade de transcender o âmbito doméstico na busca de realização e independência social e econômica. (FREITAS, 2003, p. 37).

Com a implantação e consolidação das Escolas Normais, gradativamente, as mulheres foram ocupando seu espaço e, conseqüentemente, desenvolvendo-se no exercício da profissão de professora. Assim, conforme Louro (2011):

As escolas normais se enchem de moças. A princípio são algumas depois muitas; por fim os cursos normais tornam-se escolas de mulheres. Seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse um espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras. A instituição e a sociedade utilizam múltiplos dispositivos e símbolos para ensinar-lhes sua missão, desenhar-lhes um perfil próprio, confiar-lhes uma tarefa. A formação docente também se feminiza (LOURO, 2011, p. 454-455).

Contudo, esse espaço escolar destinado a formar professores devidamente habilitados, para o futuro exercício da profissão docente, passou a ser a meta não apenas das moças, mas também das próprias famílias devido à qualidade do ensino ali existente, associado à possibilidade da inclusão da normalista no mercado de trabalho, e à reputação positiva de tal instituição de ensino. Assim sendo, a Escola Normal no Brasil passou a ser o espaço escolar almejado mais importante dessa época. Nessa direção, Freitas (2003, p. 49), aponta que: “o

curso normal poderia ser a concretização de aspirações ligadas a múltiplos fatores, tais como a ‘motivação infantil’, a necessidade econômica e a valorização social”.

Trazendo esse contexto para a Paraíba, tivemos a criação da primeira Escola Normal, no século XIX, no ano de 1884, com sua instalação no ano de 1885, na capital da província. Entre os anos de 1928 a 1930 “foram equiparados à Escola Normal o Instituto Pedagógico de Campina Grande e o Colégio N. S. do Rosário, de Alagoa Grande” (MELLO, 1956, p. 92). Assim, os ajustes no desenvolvimento educacional foram acontecendo, de modo que nos anos de 1951 a 1956, no Governo do então José Américo de Almeida, o Estado da Paraíba contava com 19 Escolas Normais. A esse respeito, Mello (1956, p. 146) aponta a situação:

No quinquênio findo, dezenove Escolas Normais funcionavam em todo o Estado, sendo 12 do primeiro ciclo e 7 do 2º, ou Cursos Pedagógicos. Todas elas receberam subvenções do Estado, sendo que as de Piancó, Itaporanga, Pombal, Santa Luzia, Patos, Areia, Bananeiras e Catolé do Rocha foram ainda contempladas com apreciáveis auxílios destinados à ampliação dos respectivos edifícios; e para a construção das Escolas normais de Sousa e Alagoa grande foi concedido o auxílio de Cr\$ 4.000.000,00.

No que se refere à Legislação, nessa época, a estruturação do Ensino Normal da Paraíba estava baseada na Lei nº 722, de 4 de janeiro de 1952. Conforme Mello (1956, p. 145):

A Lei nº 722 de 4 de janeiro de 1952 que criou a Superintendência do Ensino Normal e a de nº 850, de 6 de dezembro do mesmo ano, estruturou definitivamente, em novos moldes, as bases desse ensino, uniformizando-o de acordo com os das outras Unidades Federadas. Serviu-lhe de padrão o Instituto de Educação do Distrito Federal. [...] Promovido pela Secretaria da Educação, com a colaboração do Instituto, o “Tríduo Pedagógico”, realizado em novembro de 1955, constituiu o início duma nova etapa do ensino normal do Estado. Dele resultaram modificações na Lei Orgânica do Ensino Normal, elaboração de regimentos internos para todas as Escolas Normais, distribuição de programas, estudos para a criação de uma Escola Normal Rural Modelo, além de outros importantes assuntos atinentes ao ensino normal.

Entretanto, o Estado da Paraíba elabora suas próprias leis, em observância ao Decreto-lei nº 8.530, de 02/01/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Normal.

2.1 O COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES EM CATOLÉ DO ROCHA

Acreditamos que para estudar a história de uma instituição educacional é preciso também adentrar no espaço social em que está inserida. Conforme Romanelli (2010, p. 23), “pensar a educação num contexto é pensar esse contexto mesmo: a ação educativa processa-se de acordo com a compreensão que se tem da realidade social em que se está imerso”.

A cidade de Catolé do Rocha é onde está localizado o objeto de estudo dessa pesquisa e está inserida no interior do Estado da Paraíba. Quanto à origem do nome Catolé do Rocha, temos a seguinte definição: o nome Catolé deve-se à abundância de uma palmeira nativa que produz um fruto que recebe a denominação de coco catolé e Rocha em homenagem ao seu fundador Francisco da Rocha Oliveira. Quando da criação do Colégio Normal Francisca Mendes (1939), a cidade estava se iniciando, pois após cem anos na condição de existência como vila, em 21 de janeiro de 1935, através do Decreto Nº 638, a Villa Federal de Catolé do Rocha é elevada à categoria de cidade por ação do interventor interino do Estado da Paraíba, José Marques da Silva Mariz.

O decreto foi publicado no Jornal A União em 22 de janeiro de 1935, com o seguinte texto:

Decreto de n. 638, de 21 de janeiro de 1935

Eleva à cidade a Villa de Catolé do Rocha e CREA o distrito de paz de Olho d'Água no município de Piancó.

JOSÉ MARQUES DA SILVA MARIZ, Interventor Federal interino no Estado da Parahyba,

DECRETA:

Art. 1º - Fica elevada á actual Villa de Catolé do Rocha.

Art. 2º - Fica creado o distrito de paz de Olho d'Água do município de Piancó, tendo como limites o actual distrito policial exceptuando as Fazendas Conoado, Jurema, Curtume e Muzello, pertencentes aos herdeiros de João Leite Ferreira que ficam pertencentes ao distrito de Jucá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Redempção, em João Pessoa, 21 de Janeiro de 1935, 46º ano da Proclamação da República.

Ass.) José Marques da Silva Mariz

Ass.) João Dias Junior (PARAÍBA, 1935, p. 11).

Assim é Catolé do Rocha, uma terra entre as serras, retratada e declamada num soneto de Manoel Alves Maia (1812-1892), transcrito por Mariz (1956, p. 40):

Católé

Na qualidade do coco, és carregado,
Teu azeite aos queixosos é nocivo,
Teu madeiro se mostra um pouco altivo,
Teu sabor, nem por isso, é sublimado.

És no caso de terreno, mal povoado.
Teu antigo fundador, bem pouco ativo,
Sobre as grutas te cravou, só por motivo
De ficar do lago bem refrescado.

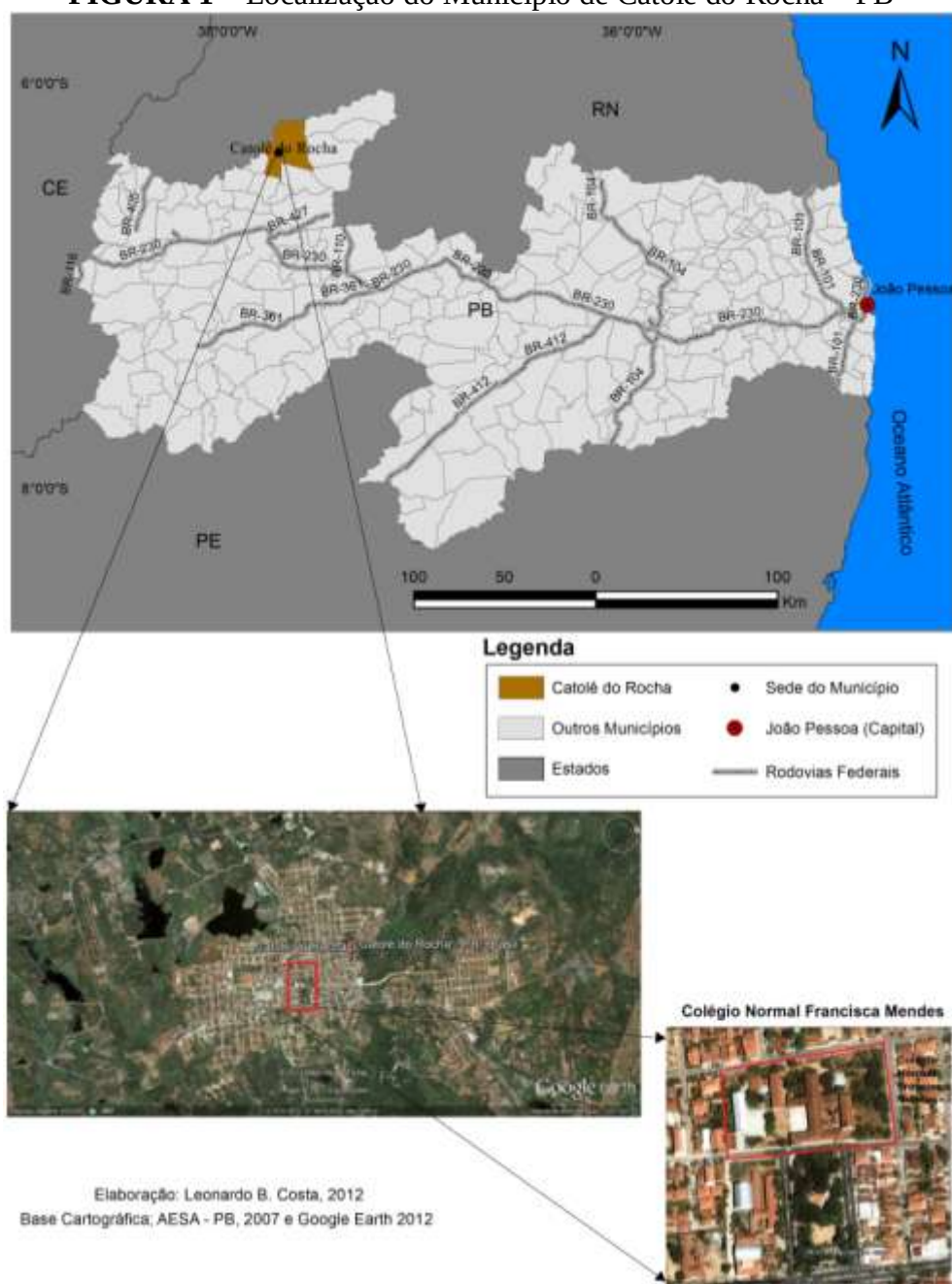
Os indígenas assim te nominaram
Quando, terra sem cultura, eras beleza,

Que os antigos lusitanos encontraram.

Descoberto foste tu, já com riqueza.
Prodigalidade em ti pra tudo acharam,
Pois, de tudo te ornou a natureza.

A cidade de Catolé do Rocha está localizada na mesorregião do sertão do Estado da Paraíba. Para melhor visualização a figura 1 alocada abaixo, retrata a localização da cidade de Catolé do Rocha, situando também o Colégio Normal Francisca Mendes.

FIGURA 1 – Localização do Município de Catolé do Rocha – PB



Fonte: adaptado de Google.maps por Leonard B. Costa (2012).

Para Maia (1986, p. 16), a referida cidade:

[...] dista da capital do Estado cerca de 430 km por via rodoviária através de Pombal e Patos e 236 km em linha reta, obedecendo à direção W/NW. Possui uma área de 552.098 Km². [...] o município limita-se ao norte com os municípios de Almino Afonso, Patu (RN) e Belém do Brejo do Cruz (PB), ao sul Jericó, Riacho dos Cavalos (PB), a leste Brejo do Cruz (PB) e a oeste Brejo dos Santos (PB) e João Dias (RN).

O clima da região caracteriza-se como semiárido e possui duas estações bem definidas: inverno e verão. Apresenta temperaturas altas, com máximas de 32 e mínima de 27 graus. Tem uma topografia que apresenta baixas altitudes, destacando-se algumas elevações como: o Monte Tabor, Serras do Curvelo, Moleque, Capim - Açú, Prado, Rajada, Bom-nome, Serra Nova, Água Branca, Estrelo, Corotá, São Gonçalo, Três Cabeços, Almas. Apresenta solos de tipos variados, tais como arenoso, argilo arenoso, areno argiloso, argiloso silicoso e em grandes partes do município encontram-se solos podzólicos vermelho/amarelo, solos conhecidos como barro vermelho de grande fertilidade e solos de aluviões nas terras baixas.

Acerca dos recursos hídricos, o município é banhado pelos afluentes do rio Piranhas. Destes, destacam-se o Riacho Agon, hoje agonizando em seu leito que corta o bairro do corrente, Jenipapeiro, Cajazeirinhas, Santíssimo, Olho d'Água, Picos e Corotá; além de açudes que foram sendo construídos ao longo de seu desenvolvimento histórico.

A flora do município apresenta uma cobertura vegetal do tipo não florestal subxerófila, decidual-caatinga, representada pela forma arbórea densa e aberta, sem palmeiras, ambas refletindo as condições de semiaridez da região sertaneja. Dentre as espécies mais características destacam-se plantas como a oiticica, aroeira, cumaru, juazeiro, jurema, angico, mufumba e o marmeleiro.

No que diz respeito à fauna, podem ser vistos codornizes, inhambus, asa branca, rolinha-fogo-apagou, rolinha carijó, rolinha cascavel ou rola-pedrês, juritis, seriemas, gato do mato, preás, sabiás, arribaçãs entre outras espécies, além de peixes de água doce.

Quanto às atividades econômicas do município, predomina a atividade rural, destacando-se na agricultura o cultivo de culturas de subsistências como milho, feijão, arroz, batata-doce, a cultura do algodão e das irrigações para produção de frutas, verduras e hortaliças.

Na pecuária, o município dispõe da criação de gado bovino, ovino, suíno, caprino e a feira livre no mercado público de Catolé do Rocha onde a comercialização de diversos produtos agrícolas e manufaturados era e é feita nas feiras realizadas aos sábados. Dentre eles,

destacam-se o alho, a cebola, o feijão, o milho, o arroz, a abóbora, a farinha, a goma, frutas, verduras diversas e outros, associados à venda de bodes, jumentos, galinhas, porcos, peças de barro como potes e panelas, cadeiras e mesas, produtos de couro como chapéus, esteiras, vassouras, abanadores para fogareiros, a venda de comidas, roupas, calçados e outros.

Colaborando com essas descrições, Oliveira (2012, p. 2) sublinha que “[...] desde o Corrente, ao norte, paisagem verde e fresca em meio ao semiárido, até o sul, terras altas da cidade, onde se ergue, desde 1939, o Colégio Francisca Mendes”. E completa:

[...] Com a mesma facilidade de percurso das coordenadas norte-sul, podia-se ir do oeste - onde estavam o Açougue, pequeno comércio em grosso, algumas residências, o periférico “Rabo da Gata” - para o leste. Este ponto da cidade dava saída para vários sítios, chamados na generalidade, de “Cajueiro”. A Igreja Matriz, a Caixa Rural, a Cadeia Pública, o Mercado, a Prefeitura, a Praça, o Grupo Escolar, a Igreja dos “Crentes”, além de outras instituições e residências compunham a arquitetura central da cidade. Nesse raio urbano de clima ameno com os ventos da noitinha, quando, então, calçadas se enchiam de vozes, uma longa rua se abria em subida, do centro para o sul - a Venâncio Neiva. Decerto, essa longa extensão era muito mais devida ao pequeno porte da cidade, que ao real comprimento da rua, ainda em terra batida. Em suas extremidades, viam-se a Cadeia Pública e o Colégio Francisca Mendes. As escuras grades da prisão, no ponto baixo, que escondiam crimes, punidos e punidores, e as amplas janelas pintadas de tinta e sol nascente do Colégio, no alto, que abrigavam socialização do conhecimento e fé cristã, crianças, jovens, professoras religiosas e laicas, raros homens professores, enfim, essas extremidades da rua sugeriam excelências para o Colégio, sobrepostas a misérias da Cadeia (OLIVEIRA, 2012, p. 2).

Quanto aos aspectos educacionais da cidade de Catolé do Rocha, Mariz (1956, p. 32) destaca que “[...] o primeiro professor público primário titulado de Catolé do Rocha veio em 1909. Foi a professora Maria Adelina Barbosa que assim iniciou a prática de métodos modernos. Para o sexo masculino foi o professor Benedito Nogueira em 1926.” A respeito dos aspectos educacionais, Pinheiro (2002), salienta que a preocupação e o cuidado com esses aspectos não recebiam a devida atenção, pois na realidade Catolé do Rocha aparece no Anuário Estatístico da Parahyba do ano de 1931 como um município que não gasta nem mesmo uma moeda com educação.

É nesse contexto que, em 1927, o então governador do Estado da Paraíba, João Suassuna, filho natural de Catolé do Rocha, instala, em prédio adequado, as Escolas Reunidas Primárias, pois “as escolas reunidas eram encaradas pelos administradores da instrução pública como uma *organização escolar transitória*, já que, paulatinamente, se transformariam em grupos escolares” (PINHEIRO, 2002, p. 136, grifo do autor) Foi assim que, no ano de 1934, através do Decreto de nº 606, o prédio onde funcionava as Escolas Reunidas Primárias

foi elevado para Grupo Escolar Antônio Gomes. Tal mudança se deu no governo do Interventor Federal Gratuliano da Costa Brito.

Nesse direcionamento, Pinheiro (2002, p. 131) frisa que: “apesar da importância estratégica atribuída à educação, como um dos fatores que contribuiria para o progresso econômico e social brasileiro e, particularmente, o paraibano, as condições da instrução pública permaneciam precárias”.

Diante da precariedade do poder público em solucionar questões educacionais, surge também nesse período, na referida cidade, a instalação do Colégio Leão XIII sobre o qual o jornal “A Imprensa”, de 1937, traz a seguinte manchete: “A Irradiação da Educação Católica em Catolé do Rocha vitorioso o Colégio Leão XIII”. Tal chamada relata que o colégio, naquele ano contava com um total de 76 alunos para atendimento exclusivo ao sexo masculino. Sendo os alunos matriculados nos cursos: Elementar, Curso de Admissão e o Curso Comercial. Por questões políticas, administrativas e financeiras, o colégio foi fechado em 1942.

Nesse ínterim, vem o interesse do capitalista ligado ao ramo imobiliário na capital da Paraíba, o Coronel Antônio Mendes Ribeiro, conforme pode ser observado na figura 2, em construir, na cidade de Catolé do Rocha um educandário para mulheres, sendo este, um educandário criado por iniciativa particular e com bases religiosas.

FIGURA 2- Coronel Antônio Mendes Ribeiro



Fonte: Arquivo do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011

A originalidade do pensamento da criação do Colégio Normal Francisca Mendes na cidade de Catolé do Rocha é descrita por Melo (2006):

[...] A idéia de criação do Colégio Francisca Mendes foi bastante original. Em 1936, Antonio Mendes Ribeiro, filho de Catolé do Rocha e empresário razoavelmente bem sucedido na capital do estado, numa das visitas a sua terra natal, consultou o padre Joaquim Assis – conhecido como padre Assis, então vigário da cidade – como poderia perpetuar o nome de sua genitora. Padre Assis, eminente educador, sempre preocupado em criar oportunidades de estudo para seus paroquianos, informou ao Coronel Mendes Ribeiro que a grande obra a ser feita em Catolé do Rocha era um educandário para mulheres, capaz de formar normalistas que se encarregariam não só da educação desse município, mas de uma grande quantidade de cidades vizinhas (MELO 2006, p. 130).

Divergindo do que Melo (2006) retrata, temos o depoimento da professora Marluce Barreto que nos aponta outra situação para justificar a criação do Colégio Normal Francisca Mendes:

[...] Mendes Ribeiro falou foi com tio Américo. Era Américo Maia de Vasconcelos. Era irmão da minha mãe. Aí, foi escolhido o prédio e ele mandou que escolhesse logo o terreno e a família era política lá e tinha prestígio. Arranjaram logo aquele terreno ali em cima e construíram. (MARLUCE BARRETO).

Conforme as explanações feitas, é possível perceber que não existia um quadro educacional para formação de mulheres na cidade de Catolé do Rocha, deixando-a desejosa de um educandário para essa finalidade. Assim, a construção de um espaço para formar normalistas que se encarregariam não só da educação desse município, mas de uma grande quantidade de municípios vizinhos, iria perpetuar a memória da senhora Dona Francisca Henriques Mendes, conforme pode ser observada logo abaixo na figura 3, que nasceu em Catolé do Rocha em 07 de setembro de 1847 “e ali residente por muitos anos, no bairro Corrente” (OLIVEIRA, 2012, p. 7). Tendo falecido na cidade da Parahyba do Norte, em 26 de janeiro de 1926.

FIGURA 3 - Dona Francisca Henriques Mendes (1847-1926)

Fonte: Arquivo do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

Para atender às necessidades educacionais voltadas para a formação de mulheres, é que surge, inicialmente, o educandário chamado de Collégio⁵ Dona Francisca Henriques Mendes, por exigência do benemérito Coronel Antônio Mendes Ribeiro. A cláusula com a exigência encontra-se na certidão de escritura que, segundo Dutra (2009, p. 28-29)⁶, lê-se: “[...] a) – o edifício ora doado, será destinado a nele funcionar um colégio, cujo nome é D. Francisca Henriques Mendes, não poderá ser alterado, como também o seu domínio não poderá ser transferido a terceiros pela donatária [...]”.

Dessa forma, no ano de 1937, no mês de agosto, foi lançada a pedra fundamental para que se pudesse dar início à construção do educandário, cujo projeto foi de iniciativa e propriedade do Coronel Antônio Mendes Ribeiro, tendo como engenheiro responsável o italiano Giovanni Giosa (DUTRA, 2009). Com esse ato, o então Coronel Antônio Mendes Ribeiro, objetivava deixar gravado na memória da história educacional da cidade, do estado e porque não dizer, nacionalmente o nome daquela a quem devotava tão grande amor filial.

Como forma de visualizar, com detalhes, o desenvolvimento da construção do educandário, foram alocadas as figuras 4, 5 e 6 para retratar esse processo.

⁵ Foi mantida a escrita original

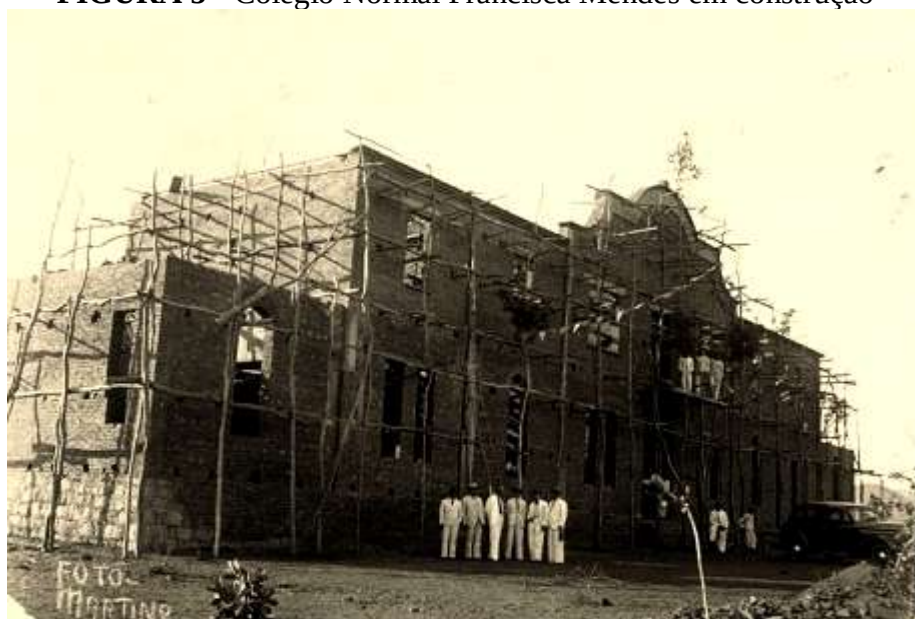
⁶ Ver no Anexo C cópia da certidão de doação do educandário.

FIGURA 4- Colégio Normal Francisca Mendes em construção



Fonte: Arquivo do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

FIGURA 5 - Colégio Normal Francisca Mendes em construção



Fonte: Arquivo do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

FIGURA 6 - Colégio Normal Francisca Mendes: concluída a construção



Fonte: Arquivo do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

De acordo com documentos e relatos, a história da Escola Normal de Catolé do Rocha traz em seu bojo o significado do avanço na área educacional, pois permitiu maior desenvolvimento na implementação da instrução pública, com maior ênfase para a instrução primária, na medida em que o Curso Normal Livre preparava professoras que podiam ser contratadas para atuarem nas escolas da área rural, urbana, como também nas cidades circunvizinhas e em outros estados.

O Colégio Normal Francisca Mendes teve a marca do pioneirismo na profissionalização feminina para o exercício do magistério primário, desde o final da terceira década do século XX, simbolizando espaço de convergência cultural da sociedade catoleense, o que de acordo com Cardoso (2007, p. 124):

[...] aos olhos da maioria da sociedade da época, era a profissão mais adequada. Adequada no sentido de se ter no sexo feminino a representação do papel social e educativo atribuído à mãe; ou seja, caberia à mulher dar a educação necessária às crianças do ensino primário.

Para o poder público, um empreendimento dessa envergadura, em meados da década de 30, quando o quadro educacional do país apresentava um grande atraso e, em especial o quadro educacional do Estado da Paraíba e, conseqüentemente, o do município de Catolé do Rocha, encontrar um capitalista com disponibilidade para investir foi motivo de muito entusiasmo e euforia. Principalmente, por ser uma época em que a cidade ainda demonstrava em seus aspectos estruturais, culturais, sociais, econômicos e políticos configurações simples e pobres, pois conforme depoimento da normalista Gercina de Freitas “[...] aquela praça ali do

Colégio Francisca Mendes não existia. Era muito pobre ainda. As casas muito, muito [...] aquelas casas emendadas, de ruas com casas emendadas. Era muito pobre ainda”.

Para uma maior compreensão do cenário exposto da cidade de Catolé do Rocha, pode-se visualizar, abaixo na figura 7, uma imagem que, mesmo um pouco embaçada, nos permite contemplar algumas ruas de casas emendadas e terra batida com vista para o Monte Tabor ao fundo.

FIGURA 7 - Cidade de Catolé do Rocha-PB em 10 de junho de 1948



Fonte: Arquivo pessoal de Judas Tadeu Gomes da Silva

Mesmo diante da configuração simples da cidade de Catolé do Rocha, as festividades religiosas sempre fizeram parte do seu contexto, ao apresentar aspectos solenes importantes, entre eles, os festejos e solenidades da festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora dos Remédios. A esse respeito, o jornal “A União”, datado de 22 de setembro de 1937, na parte dedicada à “Vida Municipal” traz notícias e relatos, sobretudo, acerca da presença de visitantes ilustres como o Coronel Mendes Ribeiro com sua esposa, conforme revelado na notícia:

[...] A visita do Sr. Mendes Ribeiro teve por principal objectivo⁷ assentar as bases da construção de um Collegio oferecido a esta cidade por esse illustre e benemérito cavalheiro. Catolé do Rocha guardará sempre em sua memória tamanho gesto de philantropia, cuja realização vem contribuir grandemente para o soerguimento deste município sertanejo, que tanto se tem desenvolvido graças à operosidade de seus atuais dirigentes (PARAÍBA, 1937).

⁷ Foi mantida a escrita da época.

Assim, a construção do Colégio Normal Francisca Mendes teve início no ano de 1937 e foi entregue pronto para funcionamento no ano de 1939. Na criação do Colégio pode ser evidenciada a representação do amor filial de um abnegado filho, o então Coronel Antônio Mendes Ribeiro, homem de grandes posses, um renomado capitalista conforme já anunciado neste trabalho. A esse respeito, Dutra (2009, p. 6) descreve:

[...] Mendes Ribeiro era muito inteligente e trabalhador. Com uma grande visão comercial enveredou no ramo imobiliário. Construiu muitas casas residenciais e prédios comerciais. As casas da Rua Duque de Caxias, no centro da capital, quase todas eram suas. Além dessas construiu ou comprou casas em várias ruas dos bairros da cidade. [...] O Coronel emprestava dinheiro, coisa comum naquela época. Não havia bancos na cidade. Os juros eram cobrados de acordo com as posses do freguês. Quando se tratava de pessoas carentes que pretendiam continuar os estudos, fazendo uma faculdade, ele emprestava dinheiro a juros módicos.

A ideia contida na citação acima pode nos permitir evidenciar os elementos básicos e fundamentais do capitalista, Coronel Antônio Mendes Ribeiro, homem de ampla visão política, social, cultural e de alto poder econômico, que mantinha contato com os altos escalões da sociedade paraibana. Na tentativa de buscar identificar e divulgar o alcance de seu projeto, ele consultou e pediu pareceres a autoridades políticas, eclesiásticas, mestres no ofício de ensinar, amigos e familiares. Esses pareceres e impressões datados entre os anos de 1937 e 1938 foram escritos manualmente e estão documentados em uma coletânea de textos intitulada “Impressões sobre o projeto do Collegio D.^a Francisca Henriques Mendes”, as quais relatam as motivações políticas, emocionais e sociais que respaldaram a criação do educandário na referida cidade. Como forma de análise dos manuscritos supracitados, transcrevemos abaixo o parecer do então Interventor Federal do Estado da Paraíba, Dr. Argemiro de Figueiredo, que de seu próprio punho escreve:

A construção do edifício onde irá funcionar o Collegio⁸ Dona Francisca Henrique Mendes será para a geração presente e para as do futuro o testemunho eloqüente de três nobres exemplos: O filho- perpetuando a memória sagrada de sua genitora O capitalista- desprendido contribuindo para o bem publico. O patriota- de larga visão servindo ao Estado e ao Brasil com a formação de um centro educativo, da mais forte actualidade para os interesses nacionais. João Pessoa, 8 de Dezembro de 1937 Argemiro de Figueiredo Interventor Federal (IMPRESSÕES..., 1938).

Em seu parecer, o Dr. Argemiro de Figueiredo destaca o exemplo de filho abnegado com sua atitude de querer perpetuar a memória de sua “sagrada mãe”, enfatizando seu amor filial. Tal amor recebeu atenção e ênfase por parte dos demais que foram consultados a emitir

⁸ Foi mantida a escrita original

parecer. Destaca o exemplo de capitalista, pois realizar um investimento particular numa construção do porte do então, “Collegio D. Francisca Henriques Mendes”⁹, era sem dúvida uma atitude para receber total apoio e empenho das autoridades políticas paraibanas e catoleenses.

Cabe destacar que foi o Interventor Federal Dr. Argemiro de Figueiredo responsável pela criação do Decreto de nº 1.042, de 13 de maio de 1938, o qual traz no artigo 17 que: “poderão ser reconhecidas pelo Estado outras escolas que vierem a se fundar, determinando o poder público o tipo ao seguir para gosar dos favores de que trata o artigo 13” (PARAÍBA, 1938, p. 4). Com isso, podemos inferir a ênfase dada em seu parecer para a iniciativa do Coronel Antônio Mendes Ribeiro.

Ainda tomando por base o parecer supracitado, pode-se acentuar o posicionamento favorável do Dr. Argemiro de Figueiredo para a construção do educandário e a evidência dada ao “patriota”. A esse respeito, Correia (2010, p. 22) aponta:

Nos albores da ditadura Vargas (1937), [...], Argemiro adotou a estratégia de Estado centralizado de base conservadora, restituindo prestígio aos coronéis, encarnando a contra-revolução à revolução de 1930. Acompanhando a centralização política-administrativa federal, manteve presença em todos os municípios, aos quais fazia chegar, através da Rádio Tabajara (uma das muitas realizações do seu governo), recomendações vespertinas diárias retransmitidas por amplificadores instalados nas praças centrais, como fazia Vargas no Rio de Janeiro através da Rádio Nacional. Compartilhou também a posição anticomunista do governo federal, que, simpática à Igreja, fortaleceu a antiga aliança entre oligarquia e catolicismo conservador com a mediação do Estado, possibilitando a expansão de uma rede escolar católica por todo o país.

Quando consultado acerca da construção do Colégio Normal Francisca Mendes, o então Prefeito daquele município, eleito em 1936, o Sr. Nathanael Maia Filho, conhecido como Dr. Ioiô, que governou a cidade de Catolé do Rocha até o ano de 1940, remeteu seu parecer enfatizando:

O Município que tenho a honra de administrar vai receber do casal Antônio Mendes Ribeiro o maior melhoramento que poderia aspirar, a construção de um grande educandário aonde as gerações presentes e futuras receberão a educação intelectual e moral de que tanta precisa a nossa querida Pátria. Que os meus conterrâneos assim beneficiados, sejam dignos do exemplo d’este grande patriota Cel. Antônio Mendes Ribeiro, e de sua genitora, cujo nome me é tão caro, são os meus votos. João Pessoa, 9/12/1937 Natanael Maia Filho Prefeito de Catolé do Rocha (IMPRESSÕES..., 1938).

⁹ Quando da sua construção, criação e funcionamento era assim chamado: Collegio D.Francisca Henriques Mendes. Nesse trabalho, abordamos o atual nome Colégio Normal Francisca Mendes, diante do destaque dado à modalidade de Escola Normal.

É oportuno frisar que, algumas medidas para agilizar a aquisição do terreno para construção do educandário foram necessárias, entre elas, a busca por apoio político e administrativo do então prefeito municipal da cidade de Catolé do Rocha, Natanael Maia Filho. Sobre isso, Pinheiro (2002, p. 3) explana:

[...] a correlação de forças políticas varia no tempo e no espaço e depende do grupo hegemônico, que termina por controlar boa parte da estrutura de poder, a qual, por um lado, interfere na organização do Estado e, por outro, também organiza e regula a sociedade.

Para o processo de construção do educandário, também é perceptível a influência da Igreja Católica, através da autoridade eclesial local da época, o então Padre Joaquim de Assis Ferreira – vigário, ao remeter seu parecer, se constituindo como incentivador para a construção da referida instituição escolar, ao declarar que:

O Colégio “D. Francisca Henriques Mendes” dádiva preciosa do Coronel Antônio Mendes Ribeiro à Diocese de Cajazeiras e à cidade de Catolé do Rocha, berço de sua genitora que dá nome ao Educandário, representa para o Sertão da Paraíba uma esmola de luz que se não esquece e por ela uma geração presente e uma serie de gerações futuras beijam-lhe a mão de benfeitor. Se lhe foi negado descendente para continuação do nome honrado, foi para que se lhe abrisse um quadro de gerações inteiras favorecidas pela criação magnânima de seu coração de Pai da Infância e da Juventude. Por isso, a iniciativa insigne gravará numa consagração perene o nome do Paraibano emérito. O Colégio “D. Francisca Henrique Mendes”, sobre ser um depoimento incontestável de um grande amor de filho, é o atestado vivo da largueza de coração, do descortino de inteligência, da grandeza d’alma de homem que tão bem se ajusta a craveira moral por que se medem os benfeitores de sua gente e de sua Pátria. Catolé do Rocha, 18 de Outubro de 1938 Pe. Joaquim de Assis Ferreira – Vigário (IMPRESSÕES..., 1938).

De acordo com o que se pode observar no parecer do então vigário, o colégio é “uma esmola de luz” que trará conhecimentos à geração presente e futura e que proporcionará agradecimentos ao benfeitor. Com isso é possível perceber que existe uma ligação religiosa do Coronel Antônio Mendes Ribeiro com a Igreja Católica, pois após a construção do Colégio Normal Francisca Mendes, o então coronel o doou à Mitra Diocesana de Cajazeiras. Assim é lícito supor que tal ação não seria praticada sem que este tivesse laços fortes com a religião católica. A respeito dessa doação, Sendra (2007, p. 166) registra:

[...] Este foi doado à Mitra Diocesana em 29 de maio de 1943, pelo Coronel Antônio Mendes e sua esposa. E em 14 de julho de 1961, a Mitra de Cajazeiras - PB, através de D. Zacarias Rolim de Moura, fez a doação deste Patrimônio à Sociedade Franciscana Nossa Senhora Mediadora das Graças,

enquanto as irmãs se fizerem presença atuante no Colégio, isto é, em forma de comodato.

Dentre os pareceres dados sobre a construção do colégio na cidade de Catolé do Rocha, consideramos importante também ressaltar o parecer da professora Tercia Bonavides que assevera:

O espírito esclarecido do Cel. Mendes Ribeiro tem uma sublime inspiração: fundar um colégio para a geração da juventude. Ideia - força gerada ao contato com as realidades mais objetivas da vida, ela toca as fibras do coração pela irradiação de benefícios incalculáveis de plagas longínquas. Para sua realização, escolheu Catolé do Rocha onde nasceu e viveu sua estremecida mãe. É a homenagem do amor filial, revelando-se na caridade origem que eleva e dignifica os homens. E a terra sertaneja, sempre queimada pelo sol dos trópicos, muitas vezes cansada dos tormentos da seca, sorri e exulta ao receber está dádiva, como se fora o maior prêmio aos seus desvelos de mãe igualmente forte e acolhedora. Em breve levantar-se-á a escola, fazendo cérebros e corações despertarem para as conquistas do saber e da virtude, para o convívio dos povos civilizados. É pela crença que se prepara o Brasil de amanhã; semeando a boa semente nas almas pequeninas, ela germinará e crescerá, produzindo “pontos de luz” na bela expressão do Evangelho. Pelo esforço do labôr educativo eleva-se, gradativamente as almas das profundezas da ignorância para ascender as culminâncias das ciências e das artes. Feliz a inteligência que concebeu esta obra grandiosa que passará à posteridade com as bênçãos e aplausos de todas as gerações. João Pessoa, 28 de setembro de 1938. Tercia Bonavides (IMPRESSÕES..., 1938).

De acordo com o parece transcrito acima recebe destaque o amor filial e os benefícios expressivos que a construção de um educandário iria proporcionar à juventude da cidade de Catolé do Rocha: a possibilidade de tirá-los da ignorância e conduzi-los para os conhecimentos científicos e outras artes dos saberes que lhes seriam provavelmente apresentados em outros espaços fora daquele educandário. Ainda elucidando as afirmativas da então professora, podemos evocar Monarcha (1999, p. 82) quando destaca que: “confunde-se civilização com domínio da leitura e da escrita. A sociedade aparece dividida: os que leem e os incultos. Nessa perspectiva, a escola é imaginada como um braço místico que orienta um ataque contra as camadas inferiores da sociedade”.

Corroborando com o entendimento de Monarcha (1999), ao se referir que a escola, na visão do poder público, orienta e “ataca” as camadas inferiores da sociedade, João Agripino Filho, governador do Estado da Paraíba no período 31 de janeiro de 1966 a 15 de março de 1971, destaca em seu parecer publicado no manuscrito “Impressões sobre o projeto do Collegio”, que as mulheres iriam receber uma educação não para que ficassem sábias, mas para o cumprimento de suas tarefas domésticas e educação dos filhos, negando assim, na

nossa percepção, o direito que essas mulheres tinham a uma educação de cultura geral, científica e distintiva. Tal percepção pode ser constatada no relato abaixo:

[...] no recanto do sertão paraibano, o Colégio Dona Francisca Henrique Mendes há de proporcionar às mulheres desta terra uma educação moderada, afim de que , sem se tornarem sabias, saibam governar as suas casas e aprendam a educar os seus filhos, de quem são as primeiras institutrizes. [...] João Agripino Filho, Catolé do Rocha, 12-11-1938 (IMPRESSÕES..., 1938).

Diante desse parecer, parece-nos que as mulheres eram tidas para João Agripino, como parte da camada inferior da sociedade.

O parecer do professor José Batista de Melo, que foi Diretor do Ensino Primário da Paraíba e que com sua experiência de educador elaborou o Plano de Reforma da Instrução Pública da Paraíba, também merece destaque, por ele enfatizar que a iniciativa particular do Coronel Antônio Mendes Ribeiro em criar o Colégio Normal Francisca Mendes iria proporcionar instrução para o povo de Catolé do Rocha, conforme expressado em seu discurso:

A existência de um colégio no sertão é sempre motivo de satisfação para um povo que sabe o valor da Instrução naquela zona soffredora e fértil. O Coronel Antônio Mendes Ribeiro não esperou que esse grande melhoramento no município de Catolé do Rocha, berço de sua genitora, partisse do Poder Público; quis que fosse iniciativa sua. Feliz iniciativa! Sim ela encontrou eco por toda parte e que os homens abastados lhe sigam o exemplo. A criança que vai ser educada no colégio “D. Francisca Henriques Mendes” há de bendizer o seu gesto altamente nobre que não quer esquecer que a pobreza necessita de carinho e que o maior carinho que lhe pode dispensar é ensinar-lhe a ler. Só aplausos merece o Col. Mendes Ribeiro. João Pessoa, 13-10-1938 J Batista de Melo (IMPRESSÕES..., 1938).

Vale salientar que o colégio não foi criado para atender à pobreza, conforme anunciado por José Batista de Melo em seu parecer, mas foi criado para atender à camada da sociedade que tinha condições financeiras para pagar mensalidades em regime de internato e ou externato.

Diante de pareceres de pessoas ilustres e com conhecimento da importância que um empreendimento dessa envergadura daria à cidade de Catolé do Rocha é que o Colégio Normal Francisca Mendes foi erguido. Esse gesto pioneiro do Coronel Mendes Ribeiro abriu as veredas para o saber, viabilizando a formação de professoras primárias. Para tanto, as aulas tiveram início no dia 11 de abril de 1939, funcionando provisoriamente nas instalações de

uma casa grande, residencial de esquina, que ficava localizada a Avenida Venâncio Neiva, vizinha à Coletoria Estadual¹⁰.

A casa em que foi instalado inicialmente o funcionamento da Escola Normal era de propriedade de Francisco Sérgio Maia. Tal imóvel ficava na mesma avenida onde o Colégio Normal Francisca Mendes foi construído e também próximo da antiga prefeitura municipal, do Grupo Escolar Antônio Gomes e nas proximidades onde hoje fica localizada a Praça Sergio Maia. Desse modo, “a escola como produto de cada tempo, caminha na cidade em busca de seu lugar: itinerância, fixação e estabilidade” (CARDOSO, 2007, p. 126).

O início das aulas se deu nessas instalações enquanto a construção do Colégio Dona Francisca Henriques Mendes ficava pronta. A Escola Normal de Catolé do Rocha ocupou inicialmente o que Vinão (2005, p. 18) denomina “locais habilitados ou provisionais quando se ocupam espaços construídos com outra finalidade”.

A matéria jornalística da época publicada pelo jornal “A União”, em 27 de agosto de 1939, na 2ª Secção traz a notícia sobre o Colégio Normal Francisca Mendes com o seguinte título: “Em prol da Instrução Primária da Paraíba. O Colégio ‘Dona Francisca Henriques Mendes’”, descrevendo sobre a doação do edifício à Diocese de Cajazeiras, enaltecendo o gesto do Senhor Antônio Mendes Ribeiro e enfatizando que a construção do Colégio era moderníssima, com uma arquitetura que atendia às exigências para o desenvolvimento do ensino (PARAÍBA, 1939). Essa descrição pode ser observada na transcrição da matéria e na figura 7 alocadas abaixo:

Acha-se funcionando, em Catolé do Rocha o Colégio “Dona Francisca Henriques Mendes”, cujo edifício foi mandado construir recentemente pelo Sr. Antônio Mendes Ribeiro, e doado à Diocese de Cajazeiras por êsse esforçado capitalista. Foi um gesto largamente apreciado em todos os círculos sociais e educacionais de nossa terra, constituindo, de fato, um contingente de boa vontade e patriotismo, do conhecido proprietário. O Colégio “Dona Francisca Henriques Mendes”, de construção moderníssima, seguindo todas as exigências da arquitetura destinada ao ensino, dispõe de magníficas acomodações, igualando aos melhores do “hinterland” paraibano. Catolé do Rocha como qualquer localidade do Brasil, está sempre a carecer de doações desse valor, sabido como é elevada a porcentagem de analfabetos em nosso País. É a iniciativa particular, ajudando a iniciativa do interventor Argemiro de Figueiredo, com uma compreensão nítida dos problemas mais elevados da nacionalidade. Desse modo, é com justiça, que apreciamos o esplêndido gesto que o Sr. Antônio Mendes Ribeiro vem de ter para com a causa da desanalfabetização dos nossos irmãos sertanejos (PARAÍBA, 1939).

¹⁰ A Coletoria Estadual é um dos prédios mais antigos da cidade, possui 1º andar e sua fachada é revestida com pedras de azulejos trazidas de Portugal. É um dos mais antigos sobrados que ainda estão presentes na paisagem urbana da cidade de Catolé do Rocha.

FIGURA 8 – A matéria do jornal “A União”



Fonte: Arquivo do jornal A União, 2010.

A fachada do Colégio Normal Francisca Mendes, conforme pode ser visualizada na figura 8, apresenta um desenho arquitetônico imponente que corresponde ao *design* da modernidade daquela época, atendendo aos interesses da disciplina do espaço escolar de uma instituição católica, pois “a monumentalidade das escolas católicas inspirava respeito, ordem, prestígio, labor, disciplina, competência, poder e uma segurança messiânica e elitizada a cujo abrigo as oligarquias confiavam sua prole” (CORREIA, 2010, p. 143-144). De acordo com Melo (2006, p. 131), a cidade de:

[...] Catolé não tinha nenhum prédio com essa magnitude e Mendes Ribeiro idealizou uma construção que, por muitos anos, foi a mais importante da cidade. Simbolizava a importância que a comunidade atribuía à educação ministrada naquele estabelecimento.

Quando se deu a conclusão do prédio, o Colégio Normal Francisca Mendes passou, então, ao seu período de estruturação e consolidação, pois sua construção era uma inovação para a arquitetura local com as marcas da modernidade: um prédio amplo e construído com um andar superior. A figura 9 permite a visualização da fachada interna do colégio.

FIGURA 9 – Foto da fachada interna do Colégio Normal Francisca Mendes



Fonte: Arquivo do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

No que se refere ao desenho arquitetônico do Colégio Normal Francisca Mendes destacando sua imponência para a sociedade catoleense da época, identificamos elementos comuns no estudo realizado sobre “A Antiga Escola Normal de São Carlos”, quando Nosella e Buffa (2002) ressaltam que:

A articulação arquitetônica da Escola pode também ser analisada do ponto de vista da relação do espaço escolar com o saber transmitido e as atividades escolares. Essa escola manifesta, em sua arquitetura, as duas faces do saber: a da respeitabilidade, admiração e prestígio e a da laboriosidade, disciplina e trabalho cotidiano. Assim como os antigos mosteiros que, pela imponência arquitetônica externa, sinalizavam para a sociedade o prestígio da vida religiosa, enquanto o claustro interno abrigava e escondia o cotidiano, a arquitetura da Escola Normal esconde num claustro interno – corredores, pátios, portas das salas de aula e dos laboratórios - as atividades escolares cotidianas, enquanto evidencia a cidade, através de suas grades externas, sacadas e janelas, escadaria, fachada, a sacralidade, o prestígio e a autoridade do saber (NOSELLA; BUFFA, 2002, p. 46).

Nesse sentido, nota-se que o aspecto arquitetônico do Colégio Normal Francisca Mendes é motivo de orgulho e símbolo da imponência do valor dado à educação naquela instituição escolar e que, através de um sistema panótico, possibilitava melhor acompanhamento do que estava acontecendo. A esse respeito, Correia (2010, p. 145) esclarece sobre a finalidade do sistema panótico: “a finalidade do panotismo não é a violência, mas a disciplina; não é o isolamento, mas a visibilidade; não é a supremacia de um comandante, mas a otimização das funções sociais pela preparação de indivíduos aptos a exercê-las”.

Nessa perspectiva, se insere o Colégio Normal Francisca Mendes que é uma instituição escolar reconhecida pelo Decreto nº 120, de 23 de abril de 1941, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba com o seguinte teor:

Decreto Nº 120, de 23 de abril de 1941.

Reconhece como Escola Normal Livre o Colégio “Dona Francisca Mendes”, da cidade de Catolé do Rocha.

O Interventor Federal no Estado da Paraíba, usando das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista o parecer da comissão nomeada para inspecionar o Colégio “Dona Francisca Mendes”, da cidade de Catolé do Rocha e de conformidade com o decreto nº 1.042, de 13 de maio de 1938.

Decreta:

Art. 1º - Fica reconhecido nos termos do art. 17 do decreto nº 1042, de 13 de maio de 1938, como Escola Normal Livre o Colégio “Dona Francisca Mendes”, da cidade de Catolé do Rocha.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 23 de abril de 1941, 53º da Proclamação da República.

Rui Carneiro

J. Janduhy Carneiro

(PARAÍBA, 1941, p. 4)

Através da publicação desse decreto, a Escola Normal da cidade de Catolé do Rocha ficou oficialmente reconhecida e legalizada funcionando sob o regime de concessão do poder público e equiparada aos padrões da Escola Normal Oficial. No ano de 1942 ocorreu a formatura da primeira turma de normalistas com um total de dezenove formandas. Esse momento pode ser verificado na figura 10 alocada abaixo:

FIGURA 10 – 1ª Turma de Normalistas do Colégio Normal Francisca Mendes-1942



Fonte: Arquivo do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

Por meio das afirmações de Terezinha Diniz, é possível termos uma melhor compreensão da importância do Colégio Normal Francisca Mendes para o cenário educacional de Catolé do Rocha e seu acentuado prestígio social, quando esta enfatiza em sua entrevista que:

[...] o Colégio Francisca Mendes foi, vamos dizer, o que em Cajazeiras dizia que Padre Rolim ensinou a Paraíba a ler, Catolé do Rocha, o Colégio Francisca Mendes foi aquele colégio que deixou um legado histórico, educacional, em toda região. Uma região bem ampla, que compreendia não somente a Paraíba, mas Rio Grande do Norte e também o Ceará, porque muitos vinham estudar em Catolé (TEREZINHA DINIZ).

Colaborando com esse posicionamento, destacamos também as declarações da normalista Sedy quando da sua impressão sobre a criação e fundação da referida instituição em Catolé do Rocha:

[...] como impressão era uma questão cultural que tinha há muito tempo e eu acho que se tornou uma necessidade um colégio para mulheres, porque mulher é uma coisa muito distinta dos homens. Então, minha impressão é que era uma necessidade. Porque a mulher não tinha inserção no mercado de trabalho, mas como ser professora era visto não propriamente como uma profissão, era visto mais como uma missão. Então era muito compatível com o papel que era atribuído à mulher, o papel de mãe. Então eu acho que foi uma forma da mulher se inserir no mercado de trabalho dentro de uma cultura muito conservadora, ainda muito elementar.

Merece destaque, ainda, as colocações da normalista Gercina de Freitas que sintetiza sobre a importância da criação do colégio ao afirmar que “[...] pra cultura mesmo de Catolé do Rocha, a criação do Colégio Normal Francisca Mendes foi importante demais”.

2.2 DE DILLINGEN¹¹ PARA CATOLÉ DO ROCHA: AS IRMÃS FRANCISCANAS

A temporização abordada nesta pesquisa envolve um período em que a classe dominante dava à educação católica extraordinária importância, em especial após a Proclamação da República, e à medida que aconteciam adequações ao novo regime político e o perigo da perda de poder, de domínio que, até então, pertencia à Igreja Católica direcionava os rumos educacionais do país. Nessa direção, Correia (2010, p. 20) aponta que:

¹¹ Dillingen é um Distrito na Baviera (maior Estado) da Alemanha. A Congregação das Irmãs Franciscanas de Dillingen tem origem na Alemanha desde 1241 e que no Brasil estão divididas em duas Províncias: Província Maria Mediadora das Graças, com sede em Areia, no Estado da Paraíba, e Província Franciscana da Divina Providência, com sede em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro (SENDRA, 2007, p. 11).

Após a Proclamação da República, os bispos brasileiros publicaram uma pastoral aceitando o novo regime político, mas repudiando perseguições religiosas e formalizaram sua reação ao decreto 119-A, que instituiu a secularização do Estado Brasileiro, através de dois documentos elaborados coletivamente: a Carta Pastoral aos Fiéis da Igreja do Brasil, em 19 de março de 1890, pugnando não só a colaboração, mas a união Igreja-Estado para a construção de uma República sólida; e a Reclamação do Episcopado Brasileiro, entregue ao Marechal Deodoro da Fonseca, em 06 de agosto do mesmo ano, contra o Projeto Constitucional em discussão que determinava a procedência do casamento civil, sobre o religioso, a expulsão dos jesuítas, a exclusão do ensino religioso nas escolas públicas, restrições à aquisição de bens pelas ordens religiosas e a proibição da entrada de religiosos estrangeiros no país (CORREIA, 2010, p. 20).

Assim, se percebe o empenho da Igreja Católica para mudar o que não lhe agradava na organização das leis do novo regime político, na tentativa de continuar no controle. Acompanhando a mudança de regime político no Brasil, que passava de Império para República, a Igreja Católica implanta política de fortalecimento de sua estrutura interna e externa, fato que de acordo com Correia (2010, p. 47):

Coube a D. Antônio de Macedo Costa, a partir de 1890, a condução da reforma ultramontana na República laica, visando fortalecer a Igreja interna e externamente para se relacionar com o Estado Republicano, a partir de cinco estratégias: a formação do clero, as cartas pastorais, a imprensa católica, as visitas pastorais e o envio de congregações religiosas femininas e masculinas para todas as regiões do Brasil.

Portanto, foi por meio dessas estratégias que a Igreja Católica conseguiu influenciar a Educação Brasileira com apoio e aceitação do clero, das famílias, do poder público e da população, enfim, abordando um enfoque para uma formação baseada na ordem e no progresso, que ainda conforme Correia (2010, p. 37):

Inspirada na doutrina da revelação e tendo como fundamento as decisões do Concílio de Trento, a educação católica baseava-se na disciplina, na renúncia e na obediência; favorecia a uma experiência intimista com Deus e concebia o magistério feminino como um apostolado de serviço ao próximo em detrimento do desenvolvimento da consciência crítica em relação à politização e à valorização enquanto categoria de trabalho.

Com relação ao poder de atuação da Igreja Católica na Paraíba, esse se destaca através de D. Adauto que, por meio da sua amizade com o Papa Pio X, conseguiu elevar a Diocese da Paraíba à Arquidiocese tornando-se seu primeiro Arcebispo. Esse acontecimento foi de muita relevância, pois conduziu a Igreja Católica ao nível de Igreja Metropolitana.

Para contribuir com esse entendimento, podemos evocar Correia (2010) ao discorrer sobre a atuação de D. Adauto para a disseminação da educação católica no Estado da Paraíba,

ao considerar esta atuação como decisiva, proporcionando a abertura e a vinda de grupos de congregações estrangeiras. Dentre eles, podemos destacar o das Irmãs Franciscanas de Dillingen que em 1937 chegaram à cidade de Areia, onde assumiram o Colégio Santa Rita e em 1939, novas Irmãs Franciscanas são conduzidas ao interior, exatamente ao alto sertão paraibano, na cidade de Catolé do Rocha para assumirem a direção do Colégio Normal Francisca Mendes, naquela época conhecido como Colégio D. Francisca Henriques Mendes.

Na vinda das Irmãs Franciscanas de Dillingen – Alemanha, para Catolé do Rocha é notoriamente visível a atuação da Igreja Católica, representada pelo então Arcebispo da Paraíba, D. Moisés Sisenando Ferreira Coelho que, no seu parecer publicado em “Impressões sobre o projecto do Collegio D. Francisca Henriques Mendes”, 1937/1938, s.p, felicita o honroso casal Mendes Ribeiro pela feliz lembrança ao construir um educandário.

Nessa mesma direção, as palavras escritas pelo Bispo de Cajazeiras, D. João da Mata, enfatizadas, no seu parecer, no qual diz que “todos os que passarem por ali recebendo as luzes de educação religiosa- a proclamarão - bem aventurada” (IMPRESSÕES..., 1938), reafirmando assim, a participação e os princípios da Igreja Católica no Colégio Normal Francisca Mendes.

Nessa feita, a educação católica chegava através do Curso Normal para as mulheres de “boas famílias” da região, ou seja, para formação de professoras que iriam formar filhos e filhas dos cidadãos da sociedade da camada privilegiada catoleense e vizinhança para o desejado avanço civilizatório, que para Correia (2010, p. 24):

A educação católica é representada na história da educação brasileira, para a qual tem convergido considerável volume de estudos, sendo significativamente referenciada tanto no âmbito da história geral da educação no ocidente quanto no contexto da historiografia nacional. Sob a égide da doutrina da revelação, a educação católica se instituiu como saber crível e capaz de alçar o homem a Deus. Suas referências matrizes emanam das encíclicas papais, das cartas pastorais e da política ultramontana, pelas quais as questões divinas se vinculam às questões humanas.

Mesmo assim, a grande preocupação do Coronel Antônio Mendes Ribeiro era de como colocar a instituição escolar para funcionar, pois a escassez de professores preparados para assumir o processo de formação era imensa. Como homem profundamente católico, ele demonstrou sua intenção de entregar o colégio à Diocese de Cajazeiras o que possibilitou que o bispo D. João da Mata e Amaral passasse a articular junto ao Arcebispo da Paraíba D. Moisés Coelho para que as Irmãs Franciscanas de Dillingen, na Baviera, sul da Alemanha pudessem assumir o educandário também em Catolé do Rocha, pois já tinham assumido o Colégio Santa Rita, na cidade de Areia. A esse respeito, Correia (2010, p. 90) explicita que:

No início do século XX, em um cenário europeu de guerras, abriu-se novo campo de atuação: a América sensualística e necessitada de polimento, pela qual a Regra muito podia fazer através da educação. O poder eclesiástico ultramontano providenciou a missão transoceânica das franciscanas de Dillingen: em 1913, os Estados Unidos; em 1937, o Brasil; em 1976, a Índia. Todas as missões partiam da casa-mãe em Dillingen, que ainda hoje se mantém como matriz das demais casas espalhadas pelo mundo. No Brasil, as primeiras missões franciscanas fixaram-se em Areia, na Paraíba e em Cabo Frio, no Rio de Janeiro. A vinda das alemãs era de todo conveniente à ordem, mas é oportuno lembrar as motivações ligadas à política educacional brasileira no período Vargas e o interesse das oligarquias em proporcionar, através da educação, a ordem, a disciplina e o rigor necessários ao controle da juventude e da índole feminina.

Deste modo, a Escola Normal criada, implantada e consolidada em Catolé do Rocha recebeu influência alemã na formação docente, pois foi conduzida pelas Irmãs Franciscanas de Dillingen, Alemanha. A influência estrangeira na formação docente no Brasil está presente em suas fontes e foi utilizada como “estratégia de apropriação, presente nas ações das escolas normais pelo país, é utilizada pelos gestores em vista do fortalecimento do ensino normal” (FREITAS, 2008, p. 12).

Assim, em março de 1939 as Irmãs Franciscanas de Dillingen, dentre elas: Irmã Gonsalez Hermann, Irmã Urbana Schöberl, Irmã Engelsindis Hôlfelder, Irmã Siegfrieda Heinrich, Irmã Irnholda (Eleonore) Brumm, juntamente com uma Irmã Beneditina alemã, Irmã Clementine foram conduzidas à cidade de Catolé do Rocha, onde inicialmente, ficaram hospedadas na casa do então, prefeito da cidade, Natanael Maia. Para melhor compreensão, segue uma breve apresentação das cinco irmãs alemãs que foram as pioneiras na organização e estruturação pedagógica do Colégio Normal Francisca Mendes.

Irmã Gonsalez Hermann, das Franciscanas de Dillingen, chegou a Catolé do Rocha em 1939. De acordo com o termo de abertura do livro de matrícula do Colégio Normal Francisca Mendes, ela era a madre superiora e diretora do Colégio.

FIGURA 11 - Ir. M Gonzalez Hermann

Fonte: Arquivo do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

Irmã Urbana Schöberl - das Franciscanas de Dillingen - chegou a Catolé do Rocha em 1939. Natural de Schierbing, Baixa Baviera. Foi também diretora e cozinheira, como descreve a normalista Sedy (ANEXO C) “[...] ora a nos provocar com o cheiro de suas comidas a se espalhar por galerias limpas e brilhantes, ora a nos prometer “cascudos” quando espreitávamos as clausuras atrás de freiras sem véus”.

FIGURA 12 – Ir^a. Urbana Schöberl

Fonte: Arquivo do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

Irmã. Maria Siegfrieda Heinrich, das Franciscanas de Dillingen, chegou a Catolé do Rocha em 1939. De acordo com o livro de matrícula do Colégio, ela atuava como secretária do Colégio e também como professora.

FIGURA 13 – Ir^a. M^a. Siegfrieda Heinrich



Fonte: Arquivo do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

Irmã Maria Irmolda Brumm, das Franciscanas de Dillingen, chegou a Catolé do Rocha em 1939. Conforme alguns comentários, pela dificuldade das pessoas pronunciarem seu nome, ela alterou seu nome para Irmã Maria Eleonore Brumm. Foi professora, mestra de internato e diretora do Colégio Normal Francisca Mendes. Como professora lecionou as disciplinas de Desenho Livre, Desenho Geométrico, Ginástica e Música.

FIGURA 14 – Ir^a. M^a. Irmolda Brumm/Ir^a. M^a. Eleonore Brumm



Fonte: Arquivo do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

Irmã Maria Engelsindis, das Franciscanas de Dillingen, chegou a Catolé do Rocha em 1939. Foi professora de trabalhos manuais, de Matemática e por muito tempo trabalhou na parte administrativa do Colégio, cuidando dos recursos humanos da referida instituição escolar.

FIGURA 15 – Ir.^a. M.^a. Engelsindis



Fonte: Arquivo do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

Há relatos de que as Irmãs Franciscanas de Dillingen, além de sofrerem sem saber falar o idioma, para assim lecionar, ainda enfrentaram obstáculos para se adaptar ao clima de uma cidade localizada no alto sertão paraibano, principalmente levando em consideração as condições estruturais e conjunturais de Catolé do Rocha, que tinha sido elevada à condição de cidade recentemente. A esse respeito Sendra (2007, p. 166-167) relata:

Em pouco tempo de residência neste sertão, percebeu-se a pobreza da região que foi agravada pela seca. Por mais de 10 anos, momentos críticos fizeram as irmãs sofrer devido ao clima quente; o surto de febre tifóide em 1942; a distância de Areia; o número reduzido de irmãs e a impossibilidade da vinda das irmãs da Alemanha, em virtude da situação gerada pela Segunda Guerra Mundial; e a situação financeira. Estes momentos críticos as levaram a conflitos internos e externos. Diante desta situação no Nordeste e, por contatar o crescimento dos Colégios Santa Maria e Santo Antonio no Sul (Sudeste), Madre Adelheid Stammmler, Comissária na época, solicita as irmãs para o Sul, no ano de 1943. Que impasse nossas irmãs alemãs no Nordeste enfrentaram! Não dava para fechar um Colégio, prestes a iniciar as aulas. Por outro lado, eram sensíveis à situação do povo. Este já as havia cativado por seu acolhimento e carinho para com elas. Também as alunas as conquistaram pelo gosto para o estudo, pela capacidade artística e poética.

Ali, nas terras nordestinas, sentiam-se livres, depois da ditadura e perseguição nazista. Tinham esperança de construir verdadeiros centros nesta região.

Corroborando com o entendimento de Sendra, destacamos as colocações de Marluce Barreto (2009):

As irmãs Gonzalez, Siegfrieda, Engelsindes, Irmholda e Urbana, recém-chegadas da Alemanha, expulsas pela guerra, motivo pelo qual tiveram que renunciar à pátria e à família. Calculem vocês o trauma que acompanhava a alma dessas jovens saudosas! Mas, com tudo isso, não transmitiam esse dissabor a quem as acompanhavam. O amor à profissão falava mais alto. A finalidade era educar, orientar a juventude a enfrentar os obstáculos da vida. (BARRETO, 2009, p. 63).

Nas assertivas de Oliveira (2012, p. 9), pode-se destacar a ênfase dada à criação do educandário e ao trabalho das Franciscanas:

Então, a abertura de escolas católicas; a repressão nazista aos (às) religiosos (as) católicos (as) na Alemanha; a iniciativa filial em eternizar a memória de uma mãe; o projeto das Franciscanas para o Brasil; a mediação das Beneditinas junto às Franciscanas; a demanda potencial por educação na Paraíba; a sensibilidade de gestores catoleenses para com o projeto educacional de Mendes Ribeiro, tais razões abriram espaço à ação dessas Irmãs entre nós.

Por fim, o desejo de transformação do Colégio Normal Francisca Mendes em um centro de formação foi concretizado, uma vez que, a instituição escolar encontra-se, ainda hoje, em pleno funcionamento, educando e formando as(os) cidadãs(aos) da cidade de Catolé do Rocha.

3 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DO CURSO NORMAL

Nesse capítulo abordaremos o processo de organização escolar do Curso Normal do Colégio Normal Francisca Mendes, destacando as inscrições das normalistas para o Exame de Admissão, “no qual a aspirante prestava prova oral e escrita de Português, Matemática, Geografia e História do Brasil” (CORREIA, 2010, p. 163) e submetia-se à seleção para a matrícula no Curso Normal. Enfatizaremos, também, a organização curricular do Curso Normal Livre e do Curso Normal Regional, buscando compreender como eram montados os currículos para a formação das professoras primárias, sobretudo por percebermos que a escola enquanto instituição social é influenciada pelas normas e necessidades sociais existentes.

Assim, compreender o processo de organização escolar do Colégio Normal Francisca Mendes, nos conduz à dimensão organizativa curricular da formação das professoras primárias do referido educandário dando ênfase ao contingente feminino, ministrando ensinamentos apropriadamente femininos.

Podemos inferir que a denominação Curso Normal Livre se dá por não dispormos até 1946 de uma organização curricular determinada, ou seja, a legislação brasileira permitia a autonomia aos Estados para elaborarem seus currículos, realizarem a seleção de disciplinas e a composição das matrizes curriculares para os diversos níveis de ensino.

A literatura brasileira não nos fornece elementos para que possamos elucidar o entendimento acerca de Curso Normal Livre e Curso Normal Regional, mas sobre essa questão Oliveira (2012, p. 10-11, grifos da autora) registra que:

Convém pontuar peculiaridades do chamado Curso Normal. O que se desenvolveu no Francisca Mendes, criado em 1939, é reconhecido pelo Decreto 120, de 23/04/1941, da esfera estadual, pois, sabe-se que as Escolas Normais no Brasil, apesar de existirem desde o Império [...] O Curso do Francisca Mendes, inicialmente, era denominado “Normal Livre”, modalidade pouco tratada na literatura específica e como tal identificado no Livro de Matrícula da instituição, no *Termo de Abertura* do respectivo Curso. Até 1945, sua identificação é Normal Livre. [...] O Normal Livre e o Normal Regional - este último disciplinado pela Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946, para vigência nacional - existiram em tempos diferentes, destinados a formar *regentes de ensino primário*, em quatro anos. As denominações em causa sugerem significados.

Nessa mesma perspectiva Oliveira (2012, p. 11, grifos da autora) ainda questiona:

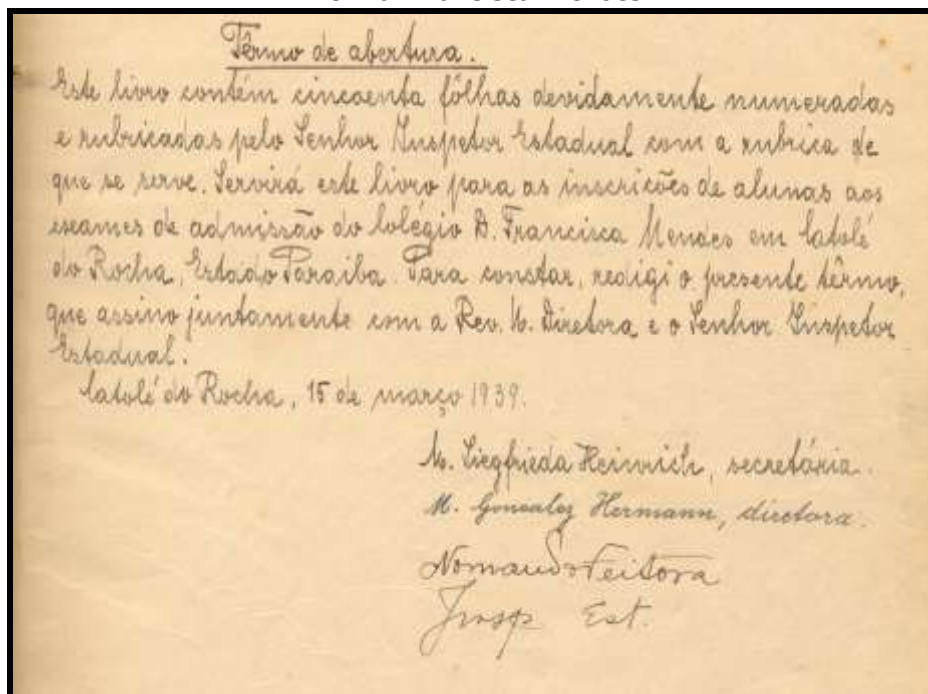
[...] A adjetivação “*livre*”, do primeiro, apontaria para o princípio da *liberdade* das democracias modernas que, no campo da educação, toma corpo na defesa da livre iniciativa de particulares no ensino, e no papel indeclinável do Estado para normatizar e controlar esta atividade, na esfera

pública e privada? Por sua vez, a adjetivação “*regional*”, do segundo, estaria significando a circunscrita validade do título expedido pelo Normal Regional, principalmente, quando se considera a maior amplitude do Normal 2º. Ciclo e o direito dele advindo de pleitear acesso à Universidade, pela via do vestibular?

A partir de 1946, o Curso Normal, em Catolé do Rocha passa a receber a denominação de Curso Normal Regional em obediência ao Decreto-Lei 8.260 de 02 de janeiro de 1946, que de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Normal passa a ter uma centralização e controle do processo formativo de professores.

O Colégio Normal Francisca Mendes começou a funcionar no ano de 1939 sob a égide da Constituição de 1937, a qual foi imposta ao povo brasileiro pelo regime ditatorial de Getúlio Vargas e que desincumbiu o Estado da gratuidade do ensino. É nesse contexto político, social e econômico que no dia 15 de março de 1939 foi aberto o Livro para as inscrições de normalistas aos Exames de Admissão do educandário que foi assinado M. Siegfrieda Heinrich, secretária escolar; M. Gonzalez Hermann, diretora escolar; Normando Feitosa, inspetor estadual de ensino, conforme pode ser observado na figura 16.

FIGURA 16 – Termo de abertura de matrícula para o Exame de Admissão no Colégio Normal Francisca Mendes



Fonte: Arquivo da Secretaria do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

Após 21 dias de abertura do Livro de Matrícula para o Exame de Admissão consta o termo de encerramento contabilizando um total de 22 candidatas inscritas para o exame.

No Quadro 1 pode ser visualizado o número de normalistas inscritas para o Exame de Admissão compreendendo o período investigado, no referido estudo, que vai de 1939 a 1959.

QUADRO 1 - Matrícula para o Exame de Admissão (1939 -1959)

ANO	NÚMERO DE ALUNAS INSCRITAS PARA O EXAME DE ADMISSÃO
1939	22
1940	18
1941	22
1942	9
1943	8
1944	11
1945	9
1946	10
1947	13
1948	22
1949	27
1950	35
1951	36
1952	43
1953	32
1954	43
1955	52
1956	54
1957	34
1958	45
1959	49

Fonte: Livro de Matrícula da Admissão para o Curso Normal do Colégio Normal Francisca Mendes. Arquivo: Secretaria do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

Conforme distribuição do Quadro 1 pode-se observar a redução do número de normalistas inscritas para o Exame de Admissão no período compreendido entre 1942 a 1947. Fato que, de acordo com um material produzido por Teresinha Medeiros Góes pelos 60 anos do Colégio Normal Francisca Mendes, ou seja, suas Bodas de Diamante pode ser atribuído ao período de seca que se alastrou no sertão, conforme relatado: “[...] em mil novecentos e quarenta e dois, as nefastas conseqüências da grande seca daquele ano obrigaram meu pai a tirar-me daqui, interrompendo, deste modo, os meus estudos.” (GÓES, 1999, p. 7). Esse mesmo fenômeno é também referendado por Pinheiro (2002, p. 191): “[...] mesmo tendo o Brasil e a Paraíba passado por grandes mudanças sociais, culturais, econômicas e, principalmente, políticas, o fenômeno da seca foi inúmeras vezes responsabilizado pelos baixos índices de alfabetização e a significativa evasão escolar [...]”.

No livro de matrícula para o Exame de Admissão no ano de 1939, observamos que das 22 normalistas inscritas para o Exame, todas foram aprovadas, sendo estas inscritas para o

primeiro ano do Curso Normal Livre. A denominação de Curso Normal Livre no livro de matrícula do educandário prevalece até o ano de 1945. O Curso Normal Livre, na Paraíba, foi oficializado pelo Decreto de nº 1.042, de 13 de maio de 1938, promulgado pelo Interventor Federal da Paraíba Argemiro de Figueiredo que traz a seguinte orientação sobre as Escolas Normais Livres:

Art.15 - Consideram-se escolas normais livres as equiparadas à Escola Normal Oficial a extinguir-se na data da conclusão do curso da última turma de normalistas

& Único – Os professores diplomados pelas escolas normais livres, a partir de 1939, só poderão ser promovidos até à 2ª entrância.

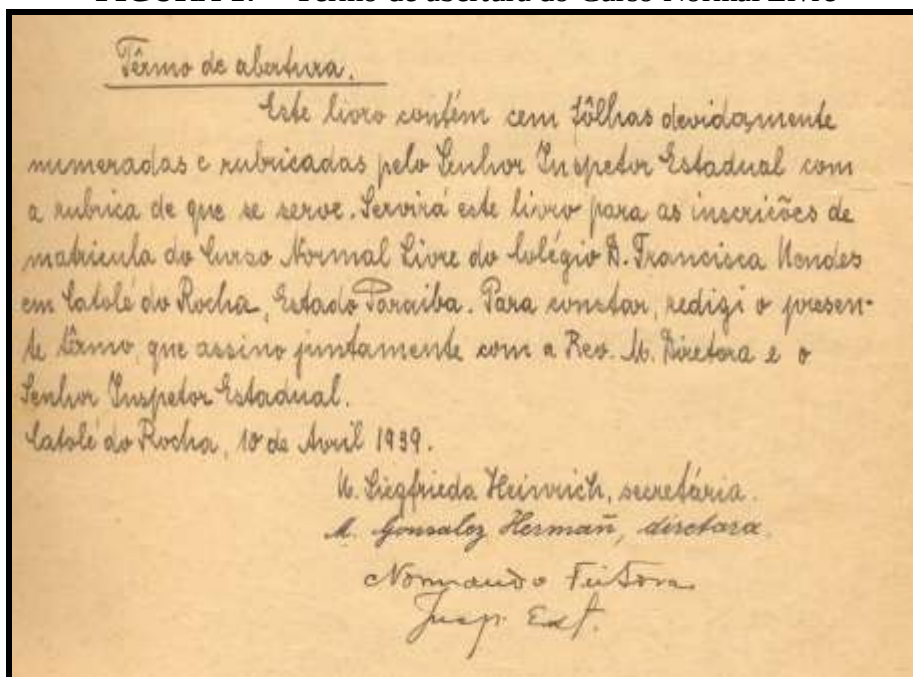
Art. 16 – O Governo baixará decreto regulamentando as escolas normais livres do Estado.

Art. 17 – Poderão ser reconhecidas pelo Estado outras escolas que vierem a se fundar, determinando o poder público o tipo que deverão seguir para gozar dos favores de que trata o artigo 13.

(PARAÍBA, 1938, p. 4).

No dia 10 de abril de 1939, por concessão do Senhor Governador da Paraíba, o então Interventor Federal Argemiro de Figueiredo, foram abertas as inscrições para as matrículas do Curso Normal Livre no Colégio D. Francisca Mendes na cidade de Catolé do Rocha, no Estado da Paraíba. O termo de abertura no Livro de Matrícula que pode ser visualizado na figura 17 é assinado por Irmã Siegfrieda Heinrich, secretária da instituição; Irmã M Gonzalez Hermann, então diretora da instituição e o Senhor Normando Feitosa, inspetor estadual.

FIGURA 17 – Termo de abertura do Curso Normal Livre



Fonte: Arquivo da Secretaria do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

No referido ano, o encerramento das matrículas para o Curso Normal Livre deu-se no dia 4 de maio e o termo foi assinado por Maria Siegfrieda Heinrich, secretária escolar; Maria. Gonzalez Hermann, diretora escolar; e Normando Feitosa, inspetor estadual de ensino.

No termo de abertura do livro de matrícula, do Colégio Normal Francisca Mendes para o Curso Normal Livre –1939 a 1945, não consta o número de normalistas matriculadas por Ano – 1º, 2º, 3º e 4º Ano. Assim, o que conseguimos coletar foi o número total de normalistas matriculadas em cada ano letivo, conforme distribuído no Quadro 2.

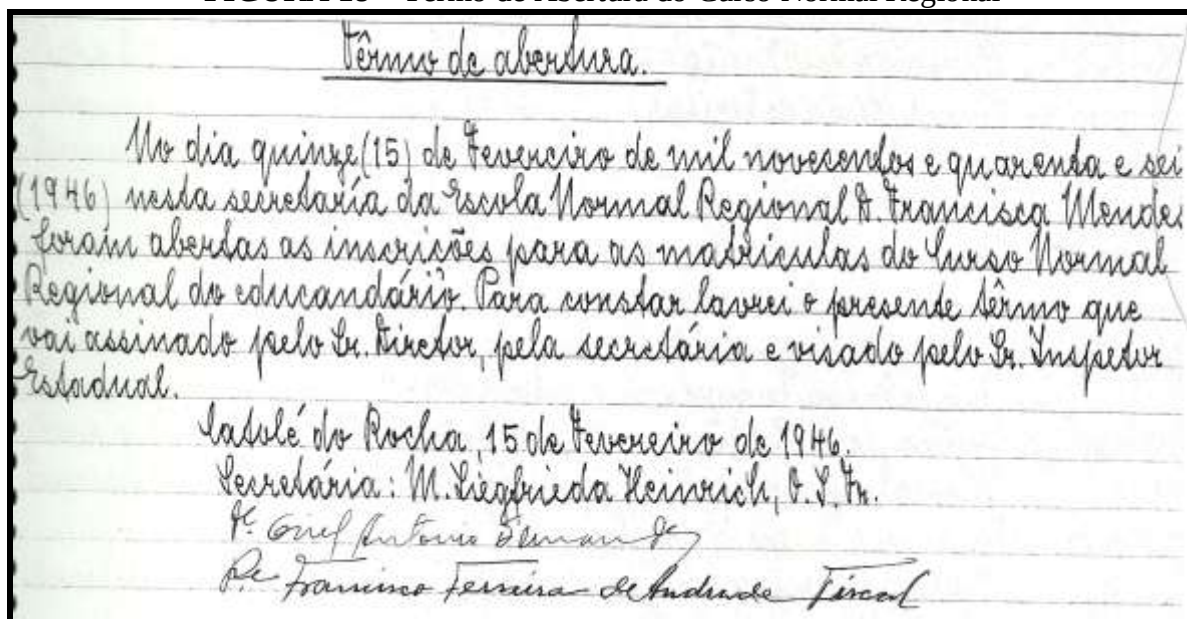
QUADRO 2 – Matrícula do Curso Normal Livre (1939 – 1945)

ANO	NÚMERO DE NORMALISTAS MATRICULADAS NO CURSO NORMAL LIVRE
1939	23
1940	41
1941	53
1942	52
1943	29
1944	32
1945	33

Fonte: Livro de Matrícula do Curso Normal Livre do Colégio Normal Francisca Mendes.
Arquivo: Secretaria do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

Conforme o Livro de Registro das Notas de Aprovação e Diploma, no ano de 1942 teve-se a primeira turma de formandas, constituída de um total de 19 normalistas.

Ainda de acordo com o Livro de Matrícula, a partir do ano de 1946 as normalistas eram matriculadas no Curso Normal Regional, conforme pode ser observado na figura 18. Acreditamos que essa ampliação e organização no atendimento da instituição ocorreram em respeito à Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto – Lei 8.560, de 02/01/1946). Vale salientar que o Curso Normal Regional, com duração de 4 anos, funcionou até o ano 1956.

FIGURA 18 – Termo de Abertura do Curso Normal Regional

Fonte: Livro de Matrícula do Curso Normal Regional do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

Até o ano de 1948 o Livro de Matrícula não traz a divisão de normalistas por Ano – 1º, 2º, 3º e 4º. Essa divisão só passa a constar no Livro de Matrícula a partir do ano de 1949. Assim, os Quadros 3 e 4 apresentam um resumo do que consta no Livro.

QUADRO 3 – Matrícula do Curso Normal Regional (1946-1948)

ANO	NÚMERO DE NORMALISTAS MATRICULADAS NO CURSO NORMAL REGIONAL	DIPLOMADAS
1946	32	5
1947	38	9
1948	55	7

Fonte: Livro de Matrícula do Curso Normal Regional do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

QUADRO 4 - Matrícula do Curso Normal Regional (1949-1956)

ANO	ANO DE ESCOLARIDADE				TOTAL	DIPLOMADAS
	1º	2º	3º	4º		
1949	24	21	14	14	73	14
1950	29	21	17	19	86	18
1951	31	29	17	24	103	25
1952	40	21	28	28	117	26
1953	28	32	22	32	114	31
1954	32	22	31	38	123	35
1955	36	27	19	41	123	38
1956	47	28	21	18	114	Não houve

Fonte: Livro de Matrícula do Curso Normal Regional do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

No ano de 1956, de acordo com o Livro de Matrícula, a escola passa a oferecer o Curso Normal Regional com duração de 5 anos, o qual prevaleceu até que fosse implantado o Pedagógico com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei de Nº 4024/1961.

Cabe destacar, também, que no Livro de Notas das normalistas diplomadas referente ao ano de 1956 consta que não houve colação de grau, devido à nova legislação que determinava que a formação deveria se dar em cinco anos e não em quatro anos. O Quadro 5 apresenta a nova distribuição feita.

QUADRO 5 - Matrícula do Curso Normal Regional com duração de 5 anos (1957-1959)

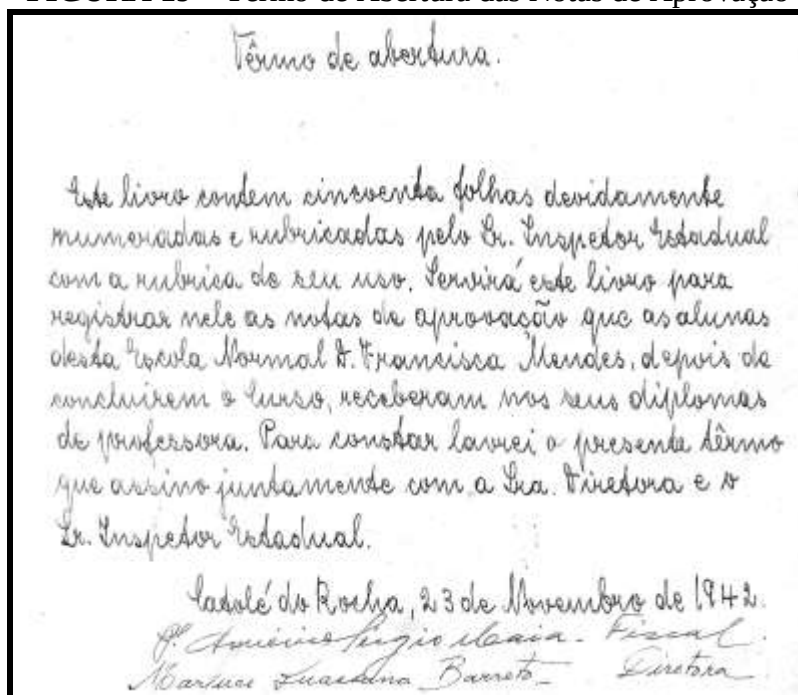
ANO	ANO DE ESCOLARIDADE					TOTAL	DIPLOMADA S
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª		
1957	23	40	27	29	18	137	18
1958	42	28	33	27	21	151	21
1959	43	32	29	25	25	154	25

Fonte: Livro de Matrícula do Curso Normal Regional de 5 anos do Colégio Normal Francisca Mendes, 2011.

3.1 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

De acordo com o Livro de Notas de Aprovação, das normalistas que concluíram o Curso Normal no Colégio Normal Francisca Mendes, a partir de 23 de novembro de 1942 até o ano de 1956, os componentes curriculares eram distribuídos no Curso Normal atendendo às necessidades de cada etapa de seu desenvolvimento. De acordo com a distribuição dos componentes curriculares, podemos inferir a maior ou menor importância que cada disciplina ocupava na organização curricular, o que nos forneceu elementos significativos para a compreensão acerca do processo de organização escolar do Colégio Normal Francisca Mendes.

O Termo de Abertura do supracitado Livro, demonstrado na figura 19, foi assinado por Padre Américo Maia, que era fiscal e pela então diretora Marluce Suassuna Barreto, que em decorrência dos conflitos políticos entre Brasil e Alemanha, já anunciados neste trabalho, as Irmãs Franciscanas de Dillingen, responsáveis pelo colégio estavam, naquele momento, proibidas de assinarem documentos e/ou assumirem a instituição naquela circunstância.

FIGURA 19 – Termo de Abertura das Notas de Aprovação

Fonte: Livro de Notas das normalistas diplomadas a partir de 1942. 2011.

3.1.1 Curso Normal Livre

No que diz respeito à estruturação curricular do Curso Normal Livre, implantada no Colégio Normal Francisca Mendes, foi realizada tomando por base a distribuição das disciplinas por ano de escolaridade. Essa distribuição pode ser constatada no Quadro 6.

QUADRO 6 – Matriz Curricular do Curso Normal Livre (1939 – 1942)

ANO DE ESCOLARIDADE	DISCIPLINAS CURSADAS
1º ANO	Português
	Francês
	Geografia
	Álgebra
	Aritmética
	Desenho
	Música
	Trabalhos Manuais
	Ginástica
2º ANO	Português
	Francês
	Corografia
	Aritmética
	Geometria
	Desenho
	Música
	Trabalhos Manuais

	Ginástica
3º ANO	Português
	História do Brasil
	História Universal
	Física e Química
	Desenho
	Música
	Trabalhos Manuais
	Ginástica
4º ANO	Português
	Física e Química
	Pedagogia
	História Natural e Higiene
	Metodologia
	Música
	Ginástica
	Religião

Fonte: Livro de Notas das normalistas diplomadas a partir de 1942, 2011.

De acordo com o Quadro 6, podemos observar que o Ensino Religioso e as disciplinas de Pedagogia e Metodologia, direcionadas ao manejo de sala de aula, eram ministradas apenas no 4º ano. Assim, com base na organização curricular, compreendemos, então, que o Curso Normal apresentava-se de cunho enciclopédico para os primeiros anos – 1º, 2º e 3º anos e de cunho profissionalizante no último ano – 4º ano. Observamos também, uma organização curricular voltada inteiramente “para a feminização da Escola pela presença da disciplina Trabalhos de Agulha” (KULESZA, 2006, p. 3764), ou seja, Trabalhos Manuais para o preparo da mulher aos cuidados do lar.

O Quadro 7 sintetiza a matriz curricular consolidada do Curso Normal Livre entre os anos de 1943 a 1945.

QUADRO 7 – Matriz Curricular do Curso Normal Livre (1943 -1945)

ANO DE ESCOLARIDADE	DISCIPLINAS CURSADAS
1º ANO	Português
	Francês
	Geografia
	Álgebra
	Aritmética
	Desenho
	Música
	Trabalhos Manuais
	Ginástica
	Religião
	Português
	Francês

2º ANO	Coreografia
	Aritmética
	Geometria
	Desenho
	Música
	Trabalhos Manuais
	Ginástica
	Religião
3º ANO	Português
	História do Brasil
	História Universal
	Física e Química
	Desenho
	Música
	Trabalhos Manuais
	Ginástica
	Religião
4º ANO	Português
	Física e Química
	Pedagogia
	História Natural
	Higiene
	Metodologia
	Música
	Ginástica
	Religião

Fonte: Livro de Notas das normalistas diplomadas a partir de 1942. 2011.

No Quadro 7, nota-se que a partir do ano de 1943, a cadeira de Ensino Religioso passa a fazer parte de todos os anos do Curso Normal Livre. Essa prevalência passa a existir, também no Curso Normal Regional, acontecimento justificado, pelo fato de o Colégio ser, uma instituição de caráter religioso, preponderantemente católico, dando assim, prioridade aos ensinamentos e formação obedecendo aos princípios católicos.

Ainda no Quadro 7, podemos observar a importância dada ao fortalecimento do corpo que era trabalhado através da disciplina de Ginástica; a mesma estava presente no 1º, 2º, 3º e 4º anos do Curso Normal Livre.

Em estudo realizado por Correia (2010), acerca do Colégio Santa Rita, localizado na cidade de Areia – PB, aponta que:

Nos três primeiros anos do Curso Normal Livre eram ministrados os conteúdos gerais e no quarto ano, as disciplinas didáticas destinadas à profissionalização da regente de ensino. A doutrinação cívica e religiosa permeava todas as disciplinas quer através dos textos didáticos, quer através das orações e das práticas. As disciplinas ‘femininas’ davam um tom de nobreza ao ensino, pelo capricho e pelo rigor exigidos das alunas, atendendo

plenamente aos interesses patriarcais, pois as normalistas saíam preparadas para assumirem o papel de regentes tanto no ensino quanto no lar (CORREIA, 2010, p. 161).

Assim, percebe-se que a organização curricular do Colégio Normal Francisca Mendes, descrita neste trabalho, demonstra um grau de proximidade com a estruturação curricular do Colégio Santa Rita.

3.1.2 Curso Normal Regional

A Lei Orgânica do Ensino Normal, através do Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946, organizou o Ensino Normal de modo que passou a existir uma Legislação Federal, constituindo diretrizes para todo o país, dando possibilidades aos estados de organizarem as determinações da lei em observância às diferenças e necessidades regionais, mas sem deixar de seguir e respeitar o espírito da já referida lei. Nesse direcionamento, Romanelli (2010, p. 168) pontua que:

[...] O ensino normal ficou subdividido em cursos de dois níveis. Como curso de 1º ciclo, passava a funcionar o curso de formação de regentes de ensino primário, com a duração de 4 anos, que funcionaria em escolas com o nome de Escolas Normais Regionais.

Foi nessa direção que a organização da Matriz Curricular do agora denominado Curso Normal Regional oferecido no Colégio Normal Francisca Mendes tomou corpo. Portanto, de acordo com o Livro de Notas das normalistas diplomadas, a Matriz Curricular do Colégio ficou organizada conforme distribuição no Quadro 8.

QUADRO 8 - Matriz Curricular do Curso Normal Regional (1946 -1951)

ANO DE ESCOLARIDADE	DISCIPLINAS CURSADAS
1º ANO	Português
	Geografia Brasileira
	Matemática
	Botânica e Zoologia
	Desenho
	Música
	Trabalhos Manuais
	Ginástica
	Religião
2º ANO	Português
	Geografia Geral
	Matemática
	Botânica e Zoologia

	Desenho
	Música
	Trabalhos Manuais
	Ginástica
	Religião
3º ANO	Português
	Matemática
	História do Brasil
	História Universal
	Física e Química
	Desenho
	Música
	Trabalhos Manuais
	Ginástica
	Religião
4º ANO	Português
	Física e Química
	Pedagogia
	História Natural
	Higiene
	Metodologia
	Desenho
	Música
	Ginástica
	Religião

Fonte: Livro de Notas das normalistas diplomadas a partir de 1942. 2011.

Podemos observar nos Quadros 6, 7 e 8 mudanças acentuadas na organização curricular do Curso Normal Livre para o Curso Normal Regional do Colégio Normal Francisca Mendes, em que, o Francês deixa de ser disciplina obrigatória para a organização curricular do 1º e 2º anos do Ensino Normal Regional; as disciplinas de Álgebra e Aritmética do 1º e 2º anos foram englobadas na disciplina de Matemática, a qual passou a ser disciplina obrigatória no 1º, 2º e 3º anos do Curso Normal Regional; as disciplinas de Botânica e Zoologia entraram no currículo do 1º e 2º anos do Curso Normal Regional; a disciplina de Geografia Brasileira passou a fazer parte do currículo do 1º ano do Curso Normal Regional e Geografia Geral do 2º ano.

Percebemos, ainda, que as disciplinas que constavam no Livro de Notas das normalistas diplomadas, do Colégio Normal Francisca Mendes em 1949, diferem do currículo determinado pelo artigo 7º do Decreto Lei 8.530 de 2 de janeiro de 1946. A respeito desse artigo, Romanelli (2010) descreve como era a organização do currículo. Essa descrição pode ser observada no Quadro 9.

QUADRO 9 – Currículo determinado pelo artigo 7º

SÉRIES	DISCIPLINAS
1ª	Português
	Matemática
	Geografia Geral
	Ciências Naturais
	Educação Física
	Desenho e Caligrafia
	Canto Orfeônico
	Trabalhos Manuais
2ª	Português
	Matemática
	Geografia do Brasil
	Ciências Naturais
	Educação Física
	Desenho e Caligrafia
	Canto Orfeônico
	Trabalhos Manuais
3ª	Português
	Matemática
	História Geral
	Anatomia e Fisiologia Humanas
	Educação Física
	Desenho e Caligrafia
	Canto Orfeônico
	Trabalhos Manuais
4ª	Português
	História do Brasil
	Higiene
	Educação Física
	Desenho e Caligrafia
	Canto Orfeônico
	Pedagogia e Psicologia
	Didática e Prática de Ensino

Fonte: Romanelli (2010, p. 169). Adaptação da pesquisadora, 2012.

Para a Matriz Curricular do Curso Normal Regional, do Colégio Normal Francisca Mendes, para o período de 1952 a 1956, é possível perceber uma melhor adequação do currículo ao estabelecido pelo artigo 7º do já referido Decreto. No Quadro 10 está disposta essa organização.

QUADRO 10 - Matriz Curricular do Curso Normal Regional (1952 -1956)

ANO DE ESCOLARIDADE	DISCIPLINAS CURSADAS
1º ANO	Português
	Geografia Geral
	Matemática
	História Natural
	Desenho e Caligrafia
	Canto Orfeônico
	Trabalhos Manuais
	Educação Física e Jogos
	Religião
2º ANO	Português
	Geografia do Brasil
	Matemática
	História Natural
	Desenho e Caligrafia
	Canto Orfeônico
	Trabalhos Manuais
	Educação Física e Jogos
	Religião
3º ANO	Português
	Matemática
	História do Brasil
	História Geral
	Física e Química
	Desenho e Caligrafia
	Canto Orfeônico
	Trabalhos Manuais
	Educação Física e Jogos
	Religião
4º ANO	Português
	Física e Química
	Pedagogia
	Higiene
	Didática e Prática do Ensino
	Desenho e Caligrafia
	Canto Orfeônico
	Educação Física e Jogos
	Religião

Fonte: Livro de Notas das normalistas diplomadas a partir de 1942, 2011.

De acordo com os Quadros 9 e 10, pode ser verificado que houve uma melhor adequação na organização curricular do Curso Normal Regional do Colégio Normal Francisca Mendes a partir de 1952, com alterações significativas no ideal da formação prática das professoras primárias com a introdução da disciplina Didática atrelada à Prática de Ensino. Pode-se inferir que estas deveriam proporcionar às normalistas praticarem o que aprendiam

teoricamente, com a finalidade de prepará-las para a tarefa docente através da observação e da participação nas atividades em sala de aula. Mas, ainda assim, nota-se que a formação geral se impunha à formação específica das normalistas, ou seja, das professoras primárias.

4 VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS: MEMÓRIAS DOS SUJEITOS

As vivências pedagógicas aqui são entendidas como as atividades pedagógicas desenvolvidas durante o processo de ensino-aprendizagem, desencadeado pelas professoras e normalistas do Colégio Normal Francisca Mendes no período abordado nessa pesquisa. Nesse sentido, buscamos aqui o partilhamento de lembranças, que se perpetuaram na história de suas vidas, pois as entrevistadas têm entre 75 anos e 92 anos de idade. Para tanto, foram entrevistadas 06 (seis) normalistas e 01 (uma) professora, que também exerceu a função de diretora da instituição. Assim, é mister a participação da memória daquelas que ensinaram e aprenderam, pois seus relatos nos trazem informações que estavam guardadas por elas que viveram um determinado acontecimento, numa determinada época, num determinado espaço e que se faz necessário serem ditos, revelados para não serem perdidos.

As entrevistas foram realizadas nos meses de junho, julho, agosto, 2011 e março de 2012. Os dados colhidos nas entrevistas foram estruturados em categorias, para saber o ano em que começou estudar; quem eram seus (suas) professores (as) e o relacionamento com os (as) mesmos (as); fundamento; regras; métodos empregados e as práticas pedagógicas; conteúdos e sua organização; horário das aulas; festas cívicas e missa aos domingos. Enfim, falar sobre o cotidiano do Colégio Normal Francisca Mendes e da cultura escolar que ali se desenvolveu, conforme pode ser observado no roteiro de entrevista disposto no Apêndice A e B.

Antes de dispormos as categorias de análise das práticas pedagógicas, entendemos ser oportuno fazermos uma breve apresentação das entrevistadas, conforme prévia autorização das mesmas para divulgação dos dados. Assim, segue a apresentação.

A primeira entrevistada foi Marluce Suassuna Barreto Maia, nascida em 30 de junho de 1920, natural de Catolé do Rocha foi professora do Colégio Normal Francisca Mendes no ano de sua fundação (1939) e assumiu em 1942 a direção do educandário, assinando os diplomas das primeiras normalistas da instituição. A esse respeito, ela esclarece que:

[...] E quando a gente estava lá trabalhando o Brasil entra em guerra contra a Alemanha. Aí as irmãs não podiam dirigir o colégio, porque eram alemães. O Brasil contra. O departamento de educação mandou que escolhesse um professor que respondesse pela diretoria. [...] Foi. O telegrama direto. Aí fizeram uma reunião lá e quem é, quem não é. Da primeira turma, os diplomas são assinados por mim (MARLUCE SUASSUNA BARRETO MAIA).

A segunda entrevistada foi Laura Suassuna Barreto, nascida em 02 de março de 1924, natural de Catolé do Rocha, filha de pai mecânico e mãe dona de casa. Fez o Curso Normal Livre no Colégio Normal Francisca Mendes entre os anos de 1939 e 1942. Normalista da primeira turma do referido educandário da qual foi oradora. Trabalhou no Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Alagoas em 1953 e aposentou-se como advogada.

A terceira entrevistada foi Maria Ana Fernandes de Queiroga, nascida em 03 de fevereiro de 1936, natural de Antenor Navarro, hoje São José do Rio do Peixe. Seu pai era Funcionário Federal dos Correios e a mãe dona de casa e costureira. Fez o Curso Normal Regional no Colégio Normal Francisca Mendes entre os anos de 1949 e 1952. Seguiu a vida religiosa, pois é irmã da Ordem Franciscana de Dillingen. Atuou como professora de formação de professores, como técnica educacional da 8ª Gerência de Ensino e atualmente é diretora do Colégio Normal Francisca Mendes.

A quarta entrevistada foi Maria Sedy Marques, nascida em 18 de dezembro de 1936, natural da cidade de Sertânia, Estado de Pernambuco. Filha de dono de cartório e mãe que também trabalhava no cartório. Fez o Curso Normal Regional e seguiu carreira profissional na área da educação, lecionou no Colégio Normal Francisca Mendes, trabalhou como técnica da Secretária de Educação do Estado da Paraíba e por fim, tornou-se professora da Universidade Federal da Paraíba, atividade na qual se aposentou.

A quinta entrevistada foi Terezinha Diniz, nascida em 06 de março de 1936, natural da cidade de São Bento, Paraíba. Estudou como aluna interna do Colégio Normal Francisca Mendes e fez o Curso Normal Regional com duração de cinco anos entre os anos de 1953 a 1957. Seguiu carreira profissional na área da educação, tornando-se, também professora da Universidade Federal da Paraíba. Durante a entrevista ela destaca que:

[...] Meu pai era proprietário rural e cuidava da agricultura juntamente com seus filhos; e minha mãe, ela era uma doméstica, mas ela era, antes de tudo, uma coordenadora da escola, e lá em casa sempre foi escola, porque na época não existia um prédio de escola e minha casa servia de escola, onde exatamente eu aprendi minhas primeiras letras na minha própria casa, porque minha mãe hospedava as professoras que vinham de fora em sua casa. Por isso que eu acho que ela é uma grande educadora latu sensu, porque stricto sensu ela realmente não era a professora, mas antes de tudo ela era aquela coordenadora dos trabalhos educacionais da casa, da escola (TEREZINHA DINIZ).

A sexta entrevistada foi Berta Azevedo da Silva, nascida em 30 de agosto de 1936, natural da cidade de Catolé do Rocha. Filha de pai agricultor e mãe dona de casa. Fez o Curso

Normal Regional, o qual teve início no ano de 1955. Seguiu a carreira profissional do magistério onde foi professora no Colégio Normal Francisca Mendes e diretora no Colégio Técnico Dom Vital.

A sétima e última entrevistada foi Gercina Figueiredo de Freitas Lopes, nascida em 09 de janeiro de 1937, natural da cidade de Catolé do Rocha. Filha de pai comerciante e mãe professora. Sua mãe foi sua primeira professora. Gercina fez a Admissão no ano de 1951 no Colégio Normal Francisca Mendes, onde em seguida cursou o Normal. Seguiu a carreira profissional na área da educação, sendo professora do Colégio Normal Francisca Mendes, professora e técnica educacional no Colégio Técnico Dom Vital e atuou, também, como técnica educacional no município de São Bento-PB. No momento a mesma está aposentada.

Ao realizarmos uma pequena descrição dos sujeitos da pesquisa, observamos que, na sua origem, pertencem a famílias com situação financeira definida, onde em especial tinham o pai como provedor e mães do lar ou professoras. Percebemos, ainda, que apenas uma seguiu profissão ligada à área do direito; as demais seguiram profissão ligada à área da educação. Possuem formação em nível superior e hoje são aposentadas. Das entrevistadas, duas foram professoras da Universidade Federal da Paraíba.

Notamos, também, que todas as entrevistadas destacaram a importância da criação do Colégio Normal Francisca Mendes para a cidade de Catolé do Rocha e de como se sentem regozijadas por terem sido normalistas e/ou professoras bem como do diferencial que a formação recebida na referida instituição proporcionou em suas vidas.

4.1 O ANO EM QUE COMEÇOU A ESTUDAR NO COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES

Para a categorização dos dados colhidos nas entrevistas, de forma a atender o recorte temporal da pesquisa, procuramos saber em que ano as normalistas entrevistadas começaram a estudar no Colégio Normal Francisca Mendes e obtivemos as seguintes respostas:

QUADRO 11 – Ano em que as normalistas começaram a estudar no Colégio Normal Francisca Mendes

ANO	NORMALISTA	DEPOIMENTO
1939	LAURA BARRETO	No ano da fundação, 1939.
1949	MARIA ANA FERNANDES	Comecei a estudar em 1949 e terminei em 1952
1950	SEDY	Estudei de 1950 a 1954. Era uma aluna muito fraca, mas fiz em quatro anos mesmo.
1951	GERCINA FREITAS	Em 1951 fiz o Exame de Admissão e terminei em 1955.

1953-1957	TEREZINHA DINIZ	Eu fiz o Colégio Normal de 5 anos.
1955	BERTA AZEVEDO	Em 1955.

Fonte: Dados das entrevistas, 2011-2012.

Analisando o conteúdo das falas das entrevistadas, constatamos que todas fizeram o Curso Normal, mas podemos observar que uma delas cursou o que na época, denominava-se Curso Normal Livre. Denominação que prevaleceu no período da criação do colégio e que está de acordo com o Decreto de nº 120, de 23 de abril de 1941. As demais fizeram o Curso Normal Regional com duração que varia de quatro e cinco anos.

Com relação à professora e diretora entrevistada, Marluce Barreto, ao perguntarmos o ano em que ela começou a lecionar no Colégio Normal Francisca Mendes, ela afirmou ter sido no ano de 1939, ou seja, no ano da fundação da instituição.

4.2 QUEM ERAM OS (AS) PROFESSORES (AS)

Ao perguntarmos quem eram os (as) professores (as), as normalistas entrevistadas demonstraram que o quadro de professoras era constituído em sua grande maioria pelas irmãs que tinham vindo da Alemanha e que, mesmo sem terem o real domínio da língua portuguesa, possuíam formação pedagógica, pois vinham do bojo da civilização. Faziam parte do quadro de professores da instituição padres e doutores da referida sociedade catoleense, conforme as falas que seguem:

Bem, tinham aquelas cinco irmãs que vieram da Alemanha: Madre Gonzalez, Engelsindis, uma que eu não me lembro o nome, Madre Urbana, Irmolda. Eram essas cinco. Dona Zumira Pires, professor Normando [...]. Elas tinham uma coisa porque, as matérias mais descritivas, que se fazia uma palestra na escola, elas tinha dificuldade por causa da língua, as freiras. Depois foi que elas foram se adaptando melhor a linguagem (LAURA BARRETO).

Ohh, muitos. As Irmãs Eleonore, Irmã Gonzalez, Irmã Siegfrieda, Irmã Engelsindis, Irmã Justiça, [...] Edmar Rocha, Maria Celi Fixina, Dr. Fernando Araújo, Padre José Cartaxo Rolin. Agora me foge... Muitos professores. Quero bem a todas! (MARIA ANA FERNANDES).

Dez anos depois do início do funcionamento da instituição, Maria Ana Fernandes começou a estudar no Colégio Normal Francisca Mendes em 1949. Assim, notamos ainda a presença marcante das freiras franciscanas alemãs no quadro das professoras.

Algumas das normalistas entrevistadas consideram um privilégio terem recebido formação disciplinar por parte das freiras alemãs sobre tal fato demonstram “satisfação e orgulho”. Tais demonstrações podem ser constatadas nos depoimentos que seguem:

[...] Pra minha satisfação e orgulho, eram aquelas que vieram da Alemanha. Porque eu tenho uma profunda admiração, uma profunda gratidão. Era Madre Irmolda, Madre Siegfrieda, Madre Engelsindes. Madre Urbana não ensinava. Madre Irmolda, ela... Em geral, elas ensinavam mais de uma disciplina. Depois eu peguei Madre Justiça, que era alemã; Madre Adelaide, que era alemã. Agora, brasileiras não foram minhas professoras no Normal (SEDY).

[...] Minhas professoras: Madre Francisca; Madre Irmolda, na época, o nome dela, depois passou a ser Madre Eleonora, Madre Irmolda que a gente chamava Madre, Madre Engelsindis, Madre Justiça, Madre Margarida. E das professoras: Irmã Maria do Céu, que hoje, era Irmã Dolores, porque o nome dela era Maria José; Irmã Ana, ela foi minha professora. Dr. Fernando (TEREZINHA DINIZ).

[...] Na época a maioria eram de freiras. Dentre elas: Irmã Benigna, que ainda está viva, bem velhinha, professora de Português e Educação Física; Matemática era Irmã Engelsindis. Noutras séries, aí seria o quinto ano né? A partir da 6ª, 7ª, aí tinha Irmã Fátima, professora de música; Irmã Eleonore, de religião; Irmã Engelsindis, professora de Matemática e Trabalhos Manuais; etc. Sim, tinha de Agricultura também com Irmã Angelina (BERTA AZEVEDO).

Podemos inferir, a partir dos depoimentos das entrevistadas, que existia a acumulação de disciplinas por uma mesma docente, em sua maioria as freiras alemãs. Diante disso, acreditamos que tal fato ocorria pela falta de profissionais preparados para a docência na cidade de Catolé do Rocha-PB, situação típica da realidade educacional do interior paraibano.

4.3 O RELACIONAMENTO COM AS (OS) PROFESSORAS (ES)

Sobre como era o relacionamento com os (as) professores (as), percebemos que as normalistas trazem em suas falas a presença da palavra “respeito”, que se repete com certa frequência. Conforme pode ser verificado nas falas que se seguem:

Muito bons. Elas eram muito severas, disciplinadas. A gente não conhecia nenhuma escola daquele jeito. Porque mesmo no Colégio das Damas, era disciplinado também, mas não com aquele grau de disciplina. E muito mais acessíveis com a gente de conversar, de brincar. Não havia uma parede, assim, professor e aluno (LAURA BARRETO).

[...] A gente, principalmente com as irmãs, a gente guardava um pouco mais de distância, o respeito, tinha muito, muito respeito. A gente falava com elas,

aí beijava o anel, a mão. Você não passou isso né? Mas era a título de respeito, nós tínhamos muito respeito. Jamais, a pessoa que desse uma resposta a uma irmã, um professor, aquilo era muito grave, muito grave. [...] Então a gente tinha muito, muito respeito (MARIA ANA FERNANDES).

Era um relacionamento muito bom, de muito respeito. Respeitava muito os professores. Naquele tempo não tinha aluno mal criado, que desrespeitava professores não. Claro que tinham uns que davam mais trabalho, mas eu pelo menos tinha o maior respeito por todos eles (GERCINA FREITAS).

Diante dos depoimentos das normalistas entrevistadas, questionamo-nos se era “respeito” ou a utilização de artifícios didáticos das professoras para o disciplinamento das normalistas. Ainda que para as normalistas:

[...] Era muito interessante, porque ao mesmo que elas conservavam aquela postura, aquela psicologia alemã de muita ordem, muita disciplina, muito pulso, ao mesmo tempo tinha uma abertura que eu acho que até hoje é difícil de encontrar (SEDY).

Sempre eu tive um bom, excelente relacionamento com os professores. Eu gostava muito dos meus professores. [...] Então eu estudei interno, e eu era considerara assim uma aluna estudiosa, aplicada e eu gostava de todas as professoras indistintamente. O relacionamento era excelente. Elas eram umas pessoas assim, apesar de alemães, eram pessoas. Numa disciplina que eu adoro, considero a minha formação, uma formação [...] E graças a Deus eu considero excelente, porque pra mim a formação alemã que a gente recebeu delas desde o ponto de vista cultural, de formação cultural a intelectual, a disciplinar e a emocional, me deixou muito legado (TEREZINHA DINIZ).

Ai meu Deus [...] Era uma turma de 40 mais ou menos, todo mundo bem caladinho assim. Tinha que formar antes da aula, cantar o hino nacional, rezar, entrar pra sala de aula todo mundo formado. E, boca fechada. Pra conversar, pra conversar, pra fazer uma pergunta, tinha que levantar o dedo. E, não tinha bagunça em sala de aula não (BERTA AZEVEDO).

Na fala da professora entrevistada, Marluce Barreto temos o seguinte relato sobre como era o relacionamento entre professores e normalistas: “Bem, boas e tinham vontade mesmo de aprender, eram disciplinadas. E a ordem da religião, a ordem delas era pesada. Não dispensava qualquer falta. Se precisasse aplicar um castigozinho, aplicava”. A esse respeito, podemos evocar Correia (2010, p. 267) ao esclarecer a prática educativa descrita acima que: “[...] imbuídas de uma superioridade eugênica, arraigada em sua cultura de origem”.

4.4 O FARDAMENTO

Acerca do fardamento, este identificava as normalistas, em especial, por frequentarem um educandário pertencente a uma ordem religiosa. Havia uma exigência rigorosa em que a orientação precisava ser seguida pelas normalistas. O modo como a normalista se apresentava à sociedade era através do seu fardamento. A partir dele, ela demonstrava seu elo com a instituição formadora de professoras primárias. Estas se vestiam de azul e branco, como podemos constatar nos depoimentos que se seguem:

[...] Era uma saia azul, uma blusa branca e suspensório. Saia pregueada (LAURA BARRETO).

[...] No meu tempo a farda era pregueada, que a gente fazia bem miudinho e plissada. Aí com suspensório. Aí tinha umas travas aqui que sustentava o suspensório. Aí a blusa, no meu tempo já era branca. [...] Tinha uma gravata. Aí de quem faltasse essa gravata. Não era pra faltar essa gravata. Tínhamos que vir completas. Agora, na diária, nós tínhamos sandálias, mas quando eu estava no 3º ano, já começou a ser o uso de sapatos. Sapato e meia branca. Na diária (MARIA ANA FERNANDES).

[...] Era uma saia, eu não me lembro o tecido, não sei se era gavineira [...] Azul marinho de preguinhas, todas de preguinha cós e o suspensório que subia aqui e cruzava atrás, com uma gravatinha e a blusa branca, sapato preto (SEDY).

Normalistas com fardamento bem apresentável. Era a cultura escolar em evidência. Se o fardamento representava a instituição, essa deveria ser bem representada por meio de suas normalistas, futuras professoras. Conforme a normalista Terezinha Diniz:

[...] Era uma farda muito linda, com a “sainha” bem pregueadinha, minha farda fazia questão de ficar bem pregueadinha; blusa branca, a saia tinha um suspensório, que exatamente chamava suspensório e a frente com uma gravata, gravatinha que tinha o nome Colégio Normal Francisca Mendes. Era essa a nossa farda. Branca, mangas compridas a blusa, mangas compridas. E mangas curtas para durante o dia. Mas a farda de gala era de mangas compridas (TEREZINHA DINIZ).

Podemos perceber que, ao longo dos anos, elementos como o sutache de cor branca foi adicionado ao fardamento para diferenciar a identificação da normalista. Portanto, para a normalista do 1º ano Normal, um sutache; 2º ano Normal, dois sutaches e assim por diante até o 5º ano do Normal com cinco sutaches brancos que configuravam o estilo do fardamento da instituição. Tal percepção pode ser acompanhada na fala da entrevistada transcrita abaixo:

Era aquelas fardas saia plissada duma, não sei, não era percal, mas era uma coisa mais pesada ainda, um percal. [...] blusa branca. Saia azul marinho.

Azul marinho abaixo do joelho. Meias brancas, sapato preto né?! Blusa branca, de golinha, com uma gravata. Na gravata tinha um sutache assim dizendo. Se era um, um sutache branco era do primeiro ano, ou dois segundo ano, terceiro ou quarto. Cada ano tinha uma listrinha branca correspondente ao ano (BERTA AZEVEDO).

Na figura 20 alocada abaixo, pode ser observado o estilo do fardamento mencionado pelas normalistas entrevistadas.

FIGURA 20 – Normalistas fardadas(s/d)



Fonte: Acervo do Colégio Francisca Mendes, 2011.

4.5 AS REGRAS QUE ORIENTAVAM A CONDUTA DAS NORMALISTAS

Quanto às regras que orientavam a conduta das normalistas, parece prevalecer o que Júlia (2001, p. 22) afirma: “[...] A cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências.” No tocante ao que esse autor coloca, destacamos “o remodelamento dos comportamentos”, que pode ser observado nos depoimentos abaixo relacionados:

[...] Conduzir e se comportar de acordo com a Igreja Católica, porque o colégio era de freiras. A gente foi criada naquela teologia. Deus, Deus e Deus. Ave-maria, Pai Nosso. E tinha que se comportar com aquilo ali. Não podia estar respondendo ninguém, faltar à missa do domingo, não ter roupas indecentes, etc. Era tudo dentro do comportamento de uma católica, muito católica. Era assim (LAURA BARRETO).

Tinha as aulas de civilidade. [...] Não, a gente não recebia assim por escrito não. Mas existia o estatuto. O estatuto já de internato. Naquele tempo, muito engraçado. [...] Tinha o estatuto que era mais para o lado da parte de internato. As meninas não tinham esse conhecimento como é hoje do estatuto mesmo oficializado. Mas o primeiro estatuto está registrado lá no cartório (MARIA ANA FERNANDES).

Acerca do estatuto a que se refere a entrevistada, este é denominado de “O Estatuto da Escola Normal Dona Francisca Mendes” e encontra-se registrado no Livro B1, com o nº de ordem 118, com data de 18 de maio de 1949, no Cartório do 2º Ofício Rodrigues de Paula, na cidade de Catolé do Rocha-PB.

Diante das declarações das entrevistadas, podemos inferir que naquele espaço formava-se o modelo de professora, aquela que iria educar os filhos dos demais. Assim, esperava-se que as normalistas aprendessem não apenas os conteúdos e saberes da profissão, mas também um modo de ser, um modo de portar-se, fato reforçado nas palavras de uma das entrevistadas:

[...] Como se diz [...] o comportamento tinha que ser [...] era bem cheio de limites. Podia fazer isso, não podia fazer aquilo. Tinha obrigação disso, obrigação daquilo. Era um comportamento bem exigido. E aí de quem desobedecesse (GERCINA DE FREITAS).

No cotidiano do Colégio Normal Francisca Mendes, parece-nos existir um espaço de relações de forças, constituindo-se naquele ambiente um tipo específico de sujeito: a professora primária. A partir da cultura escolar empreendida e da disciplina existente, as normalistas participavam de um cotidiano programado, normalizado e vigiado que buscava diariamente transformá-las de indivíduo em sujeito, capaz de se apropriar, através das práticas pedagógicas e das normas existentes, de um saber próprio à profissão a desempenhar posteriormente. De acordo com a normalista Sedy:

[...] A primeira regra que me ocorre era não sujar o colégio. O colégio era impecável. [...] A outra coisa era o que elas chamavam “civilidade” e tinha no boletim. Nessa “civilidade”, entrava muita coisa que não aparecia como disciplina, como matéria assim ensinada, sabe? Mas era uma prática levada as últimas consequências. Era: os relacionamentos, relacionamento com os professores, relacionamento com os colegas, era ir limpa, que era considerada civilidade. Não ter civilidade era (ir) mal penteada, eram unhas sujas, era responder mal, era usar uma linguagem muito elementar, era ética, moral, respeito, tudo entrava dentro de civilidade. É tanto que meu pai quando pegava meu boletim, era a primeira coisa que ele olhava. Existia também a questão da aplicação, que aí era o desempenho (SEDY).

De acordo com a entrevistada Terezinha Diniz, a realidade das normalistas internas pode-nos levar a inferir que tinha mais rigorosidade no disciplinamento, naquilo que os pais

confiavam suas filhas para serem preparadas para a profissão de professora primária, para o casamento e para o lar. Tais evidências podem ser verificadas nos depoimentos:

Muito bem. Nós tínhamos até uma chamada aula de formação toda semana.. Essa aula de formação a madre chegava principalmente para as internas. Ela reunia todas as alunas no grande salão e naquele salão ela botava um “F” bem grande no quadro, que significava formação. E ali vinham as regras de disciplina, as regras de boa conduta, as regras religiosas, porque a gente devia, realmente, seguir os princípios de uma formação religiosa. E principalmente da boa conduta entre as colegas, como tratar bem os professores. E aquilo ficou impregnado em nossa mente, uma disciplina exemplar (TEREZINHA DINIZ).

Esse disciplinamento, a obediência e a organização parecem-nos ser elementos presentes no cotidiano escolar das normalistas:

[...] Tinha obediência, tinha obediência às aulas, às professoras, não falar. Aliás, falar um de cada vez. Escutar o toque do sino ao término das aulas e ao início. Não sair correndo quando ia embora para casa, no final da aula. Tinha que sair com calma. Quanto ao material escolar, tinha que levar o seu material correspondente àquele horário do dia. Porque tinha aquele horário organizado, a gente recebia o horário da semana (BERTA AZEVEDO).

No que se refere à questão das regras que orientavam as condutas das normalistas do Colégio Normal Francisca Mendes, podemos perceber o que Julia (2001, p. 22, grifo do autor) enfatiza:

[...] o colégio não é somente um lugar de aprendizagem de saberes, mas é, ao mesmo tempo, um lugar de inculcação de comportamentos e de *habitus* que exigem uma *ciência de governo* transcendendo e dirigindo, segundo sua própria finalidade, tanto a formação cristã como as aprendizagens disciplinares.

As regras e as normas eram transgredidas pelas normalistas que recebiam “suspensão”, “pagavam multa” e recebiam notas baixas no quesito da “civildade”, como podemos perceber nos depoimentos abaixo:

Eu me lembro de uma vez que eu fui suspensa, eu e uma colega minha, a gente brincando. Ela tava do lado de fora e eu comecei a jogar as coisas do lado de fora pra ela. Aí fomos suspensas eu e ela. Aí levava a suspensão, a carta para o pai (GERCINA DE FREITAS).

[...] Aí a gente aproveitava pra escorregar, jogar o corpo se escorregando na cera pra cair lá adiante. Só que acabava o encerado. Então elas definiram uma multa pra quem fizesse isso. Eu fiz muito isso. Eu era horrorosa. Levei muito carão e paguei muita multa (SEDY).

[...] Ah sim, no boletim a nota de comportamento, aplicação e civilidade. Não era matéria, mas tinha que ter, era parte de avaliação formativa. E isso perdurou por muitos anos. [...] pra botar as notas de comportamento, aplicação e civilidade (MARIA ANA FERNANDES).

4.6 OS MÉTODOS EMPREGADOS E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Podemos deduzir, com base na análise do conteúdo dos depoimentos a seguir, que os métodos de ensino empregados em sala de aula se davam de modo que, segundo Valdemarin (2004, p. 20) “[...] a transposição didática ocorre quando os elementos do conhecimento científico transformam-se no saber ensinado, revelando a capacidade de transformação da cultura em conteúdos destinados à transmissão e aprendizagem.” Esse entendimento pode ser observado no depoimento da normalista Laura Barreto:

Os métodos de dissertação, de dar aula, assim, corrente História e Geografia era aquilo: tinha mapa, [...] tinha cartografias que é da matéria de Geografia pra você fazer mapas, pra você copiar mapas. Os métodos eram bons porque isso já vinha da Alemanha. Elas trouxeram métodos muito avançados pra época nos outros colégios. Eu estudei em Cajazeiras que era uma decoreba medonha. Em Campina melhorou um pouquinho, que as Damas Cristãs tinham formação em Recife e formação francesa. E as alemãs não. Vieram direto do foco da civilização humana para Catolé do Rocha, [...] Depois esses métodos eram assim. Fazia muito exercício de redação (LAURA BARRETO).

Diante do exposto, podemos perceber que como explana Valdemarin (2004), e confirmado na fala da entrevistada Laura Barreto, os métodos empregados nos espaços de sala de aula do Colégio Normal Francisca Mendes eram uma transposição didática alemã, adaptada à realidade do público-alvo daquela formação e ao lócus geográfico brasileiro a que estava inserida aquela instituição. De forma que os métodos levavam a transformar conhecimentos científicos ensinados em conhecimentos empíricos e científicos aprendidos pelas normalistas.

Também podemos deduzir, com base no depoimento abaixo, certo cuidado por parte das professoras em desenvolver um método que despertasse o interesse das normalistas:

[...] As Irmãs, os professores, eram muito bem preparadas. Agora, naquele tempo, o método mais usado era o método discursivo. Como é... Era o método expositivo. Mas aqui com as Irmãs, com os nossos professores, além da exposição, eles também levavam a prática, outros levavam a observação, a experimentação. O laboratório já era usado. E, tinha os equipamentos para fazer as experimentações. Além, de, por exemplo, nas ciências naturais as plantas. Como era a Irmã Gonzalez, era primeira superiora e foi professora minha, no primeiro e no segundo ano, ela levava verduras ou frutas e analisava as plantas, mostrava. Quando eu vejo essa flor, boca-de-leão, eu

me lembro dela, como ela explicava, o tipo de flores, de palmeiras. Olhe, a gente tinha aquele livro da FTD Ciências Naturais, do primeiro e segundo ano. Matemática também era da FTD. Mas a gente lia muito. Geometria no terceiro ano, foi Irmã Justiça que deu Geometria. Como aprender as figuras geométricas, os problemas, eram muitos problemas (MARIA ANA FERNANDES).

Esta normalista ainda declara:

E até na aula de desenho, que a gente chamava aula de desenho, outros já chamavam desenho artístico também, a Irmã Eleonore nos levou, eu acho que era já quando era do primeiro ano, para o desenho na perspectiva. Olha, nós fomos para estrada para ver. Aí víamos uma pessoa bem distante como era miudinha e outra perto. E isso eu gravei e fiz desenhos com isso. Eu acho que as aulas que a gente diz expositivas. Mas também não era só expositiva. (MARIA ANA FERNANDES).

Com base nas colocações de Maria Ana Fernandes, podemos constatar que as práticas pedagógicas das professoras não se prendiam apenas a um método de ensino; ou seja, embora a base pedagógica tivesse sustentação no método discursivo, este era também subsidiado pelos métodos expositivos, de observação e de experimentação, dando dinamicidade às práticas viáveis para cada situação de aprendizagem requerida.

Nesse direcionamento, Aguayo (1952, p. 46) enfatiza:

Um método de aprendizagem é excelente quando constitui uma tarefa em que estão estreitamente relacionados os interesses do aluno e as dificuldades que a atividade apresenta. Nesse sentido, o melhor método é aquele que excita mais energicamente o interesse e o prende mais solidariamente a um fim valioso, realizado pelo esforço do aluno. Daí a importância da escolha do método na direção da aprendizagem.

Partes do entendimento de Aguayo (1952) podem ser observadas nas entrevistas que seguem:

[...] Olhe, a metodologia na época eu considero que era a metodologia que hoje a gente chama de pedagogia tradicional. Quer dizer, o professor protagonista, o aluno ouve, memoriza e repete o que o professor falou. Agora, como elas tinham muito compromisso e como tinham muita competência, terminavam criando, como eu disse na civilidade e na ordem e no passar essas disciplinas, a verdadeira riqueza que elas possuíam. Cada uma do seu jeito. Por exemplo, Madre Irmolda e Madre Siegfrieda eram mais pra reflexão. Contextualizavam aquela coisa que estavam ensinando, puxando pra sua competência: Filosofia, Religião, Sociologia, o que fosse que não aparecia como disciplina, mas elas iam conduzindo a disciplina naquela perspectiva, naquele eixo (SEDY).

[...] Sim. Olhe, nós tínhamos as aulas expositivas, em que os professores davam suas aulas. Mas havia os professores que, naquela época, já faziam

um método de diálogo entre o professor e aluno. Não era aquela exposição ditatorial em que o professor chegava só botando uma coisa na cabeça do aluno, não. Realmente porque Irmã Irmolda já havia feito os cursos de especialização em Belo Horizonte, já tinha toda uma didática relacional com o aluno que não só eu me lembro muito bem e eu aprendi isso com ela também, não só chegar expondo, mas é desenrolando o conhecimento com o aluno a ponto de haver um diálogo entre professor e aluno. Então, o método era um método já de diálogo com professor e aluno, mesmo dentro da exposição. E principalmente de também passar tarefas em que você daquilo que aprendeu trazer por escrito, algum seminário, algum trabalho escrito. (TEREZINHA DINIZ).

[...] Eram mais expositivos. E, quanto aos testes, eram de múltipla escolha. E tinha desenho livre, criativos. Principalmente, na parte de ampliar. Não, ali já era um pouco de geometria, aplicando a geometria pra fazer ampliações. Que a gente ia para o pátio desenhar. Ia para o pátio observar plantas ou folhas, folhagens, e fazer desenhos (BERTA AZEVEDO).

Observamos no depoimento da normalista Berta Azevedo que, nos métodos empregados em sala de aula, as professoras tinham “a necessidade da criação de situações pedagógicas nas quais a percepção possa ser exercida, estimulada e desenvolvida, situações que se constituem na atividade por excelência da escola” (VALDEMARIN, 2004, p. 120).

Quando nos detemos na fala da ex-professora Marluce Barreto, ela nos relata que: “Elas tinham o livro. E marcava a lição, estudavam. Se não desse certo quando eu mandava ao quadro negro fazer o que eu pretendia ver, se não desse certo eu orientava [...] aplicando o meu método”. Notamos que ela não entra em detalhe sobre que método era esse, porém, fica subentendido que não era um método único, uma vez que entrava a discussão do material, a observação do desenvolvimento das atividades propostas e a experimentação de novos caminhos para a resolução do problema lançado.

Quanto ao trabalho desenvolvido em sala de aula, a entrevistada resume que: “O material era o giz para escrever lá no quadro negro e, de acordo com o que elas fizessem, se a gente quisesse passar um dever pra casa, eu ia ao quadro negro, escrevia o que precisava, elas copiavam para fazer em casa”. Essa afirmação nos leva a entender que o recurso didático-pedagógico mais utilizado e disponível, naquela época, era o quadro negro.

O entendimento das práticas pedagógicas aqui se dá sobre como acontecia o processo de ensino e aprendizagem na formação das normalistas, ou seja, sobre o processo pedagógico com especial ênfase nas ações ocorridas no contexto escolar do como se aprende a ser professora, imitando, ajudando e observando. Nesse sentido, tomamos por base os relatos das normalistas.

[...] Educação Física, que era muito bom. Ginástica, jogos. Tinha demais. Naqueles intervalos a gente ficava brincando. E tinha voleibol, tinha bila. Tinha aquelas danças que elas ensinavam bem. Ginástica, ainda hoje quando eu faço, é pelo método delas. Faz um alongamento e depois uma coisa qualquer. Era essa prática. E tinha prática também que ela fazia coral. E tinha também umas coisas que a gente chamava drama. [...] Música era uma exigência. Muito lindo (LAURA BARRETO).

Embora em algumas falas anteriores as normalistas tenham citado uma prática pedagógica voltada para o método da pedagogia tradicional, no relato de Laura Barreto é possível perceber que as práticas pedagógicas, ocorridas no contexto do Colégio, envolviam também a ludicidade, ou seja, apesar das exigências, o lúdico também fazia parte do currículo obrigatório para as normalistas, fazendo com que estas se sentissem envolvidas completamente e de forma prazerosa no processo de ensino-aprendizagem ao qual eram submetidas.

Em relação às práticas pedagógicas ligadas ao esporte, à música, aos trabalhos manuais, a normalista Maria Ana Fernandes nos elucida:

[...] Eu me lembro que naquele tempo eles tinham, por exemplo, esporte já. Nós éramos mulheres, não tinha nenhum homem. Mas tinha o voleibol. Tinha um time pra jogar, aí ia jogar em outra cidade, com outro time de fora. Mas também nós éramos colocadas todas no campo, não eram só cinco. Então quem era mais jeitosa pegava as bolas. Gosto muito do esporte, dou muito valor, mas eu mesma nunca fui, assim, do time pra jogar oficial. Mas tinha o time oficial. [...] Nós tínhamos aula de música teórica, e fazíamos também prática. Eu que não tinha voz, tinha que cantar. Eu tirava nota boa na teoria e depois vinha a prática. Isso aí era todo mês. E nós tínhamos aula e música teórica e tínhamos também a prática. Nós aprendíamos canções belíssimas. Aí, todo mundo tinha que cantar. E Irmã Eleonore tocava no piano pra poder cantar ou solfejar, porque era tudo com notas musicais. Trabalhos manuais. Até hoje ainda se tem trabalhos manuais. O ensino religioso também, não podia faltar (MARIA ANA FERNANDES).

No entendimento da normalista Sedy, podemos inferir que as práticas pedagógicas, do período estudado, eram permeadas pela pedagogia tradicional, contudo, proporcionavam aprendizagens significativas para as normalistas, conforme ela destaca:

[...] Só que a forma como elas, como eu lhe disse, transmitiam aquela coisa bem tradicional, era tão rica, era tão significativa, que eu acho que de certa forma fazia o papel das práticas. É, tinha uma dinâmica muito grande no colégio. O currículo era dinâmico, embora sem as chamadas práticas pedagógicas. Por exemplo, a gente não tinha estágio em escola, em sala de aula. As práticas mesmo não tinham, mas tinha uma dinâmica que, de uma certa forma, parcialmente substituía, na minha visão. Excursões, comemorações que proporcionavam essa aprendizagem. E principalmente essa relação com as freiras. Eu acho que supriu muito buraco (SEDY).

A normalista Terezinha Diniz, que terminou o Curso Normal no ano de 1957, relata vivência de prática pedagógica dentro e fora do Colégio Normal Francisca Mendes, pois segundo sua fala:

[...] As práticas, por exemplo, no curso normal a gente tinha, a gente preparava as aulas, dava aula pra professora assistir aquilo de prática, para ver como a gente dava aula, como era nossa aula, de acordo com o que aprendia na teoria, fazer como se fazia na prática, e eu fiz exatamente prática com escolas, as escolas existentes em Catolé do Rocha, que era lá no Grupo Escolar João Suassuna e dentro do próprio colégio com o curso primário. A gente dava aula. [...] na prática, já havia dado uma aula de música, aula de desenho, essas pequenas práticas pra desenrolar, vamos dizer, um estudo prático para como a gente se tornar professora (TEREZINHA DINIZ).

Fazendo um breve comparativo entre os períodos vivenciados pelas normalistas Sedy (1950 -1954) e Terezinha Diniz (1953 -1957), percebemos um avanço na organização do currículo do Colégio no que se refere às práticas pedagógicas, ou seja, enquanto no período de Sedy não havia um local para as práticas das normalistas e nem estágios nas escolas; Terezinha Diniz já vivenciou e usufruiu das práticas realizadas dentro do próprio Colégio no Curso Primário e dos estágios oferecidos nas escolas existentes em Catolé do Rocha.

No depoimento de Berta, normalista do Curso Normal Regional com duração de cinco anos, ela iniciou seus estudos no ano de 1955 e nos relata outra realidade, outra vivência sobre as práticas pedagógicas no período de sua formação como normalista. Sobre essas práticas pedagógicas nos relatou:

[...] A gente tinha que dar aula no último ano. Tinham as aulas práticas. Ah, foi uma dor de cabeça, porque a gente tinha que se preparar. Era por grupo, grupo pequeno de no máximo quatro pessoas pra organizar essas práticas. Sabe qual foi minha prática? Foi sobre a Transamazônica, quando começaram o projeto do governo. Então eu pesquisei em revistas. Inauguração de Brasília eu também, eu me lembro. Eu pegava mais, coisas mais atuais, pra preparar as aulas. [...] Excursões. Fomos muitas vezes a São Gonçalo, Coremas. Brejo das Freiras. [...] Lá a gente tinha que observar principalmente a professora de, que dava a disciplina agricultura. A gente observou muito lá em Coremas e São Gonçalo a parte agrícola, parte de horta, plantio de bananeira, de coqueiro, etc. (BERTA AZEVEDO).

As figuras 21 e 22, alocadas abaixo, demonstram a vivência prática das normalistas revelada por Berta Azevedo.

FIGURA 21 – Momento de excursão das normalistas



Fonte: Acervo do Colégio Normal Francisca Mendes (2011)

FIGURA 22– Comemoração do dia da árvore



Fonte: Acervo do Colégio Normal Francisca Mendes (2011)

Conforme o discurso de Berta Azevedo, notamos que as práticas pedagógicas se davam por meio das aulas com temas designados para cada grupo de normalistas, além das excursões, momento em que elas observavam a desenvoltura metodológica da professora responsável pela disciplina para depois lançar seus entendimentos por meio das aulas práticas.

Nessa direção, Teive (2008, p. 66) evidencia que: “[...] A educação escolar era compreendida como uma questão eminentemente didática e, tal como um aprendizado de um ofício, o aprendiz de professor/a deveria aprender através da imitação de modelos”. Assim,

podemos dizer que a formação pedagógica, das normalistas do Colégio Francisca Mendes, acontecia na prática e na observação do trabalho desenvolvido nos grupos escolares. Lócus esse em que elas eram inseridas, servindo de espaço para o desenvolvimento de seus métodos de ensino, tendo por base a imitação de seus professores para, assim, poderem aprender a ensinar.

Percebemos na realização das práticas pedagógicas da formação das professoras primárias, a não utilização desses momentos como um espaço privilegiado de questionamento e investigação, mas como momentos de reprodução de conhecimentos sem que se possa intervir na realidade em que se atua.

4.7 OS CONTEÚDOS E SUA ORGANIZAÇÃO

Acerca dos conteúdos e de sua organização, o depoimento de Laura Barreto, normalista do Curso Normal Livre e aluna da 1º turma de Normalistas do Colégio Normal Francisca Mendes, percebemos a escassez de material didático para apoio na ministração dos conteúdos, bem como destaca-se a busca e a utilização de material existente na natureza e que fazia parte do contexto, onde as normalistas estavam inseridas. Essa percepção pode ser observada nos depoimentos que seguem:

[...] Aí faziam o desenhinho do que é o esqueleto. Quer dizer, desenho feito com giz, na pedra, que é quadro verde hoje. A gente fazia aquilo, ia completando. Pegava um bicho: “Olhe, lagartixa é vertebrado. Já lagarta é invertebrado”. Dava esses exemplos e a gente ia pescando a coisa e botando na cabeça. Todas nós (LAURA BARRETO).

[...] Tinha que estudar. [...] mãe me acordava pra passar visto nas lições. Ai a gente aprendia mesmo. Mas eu me saí mal numa de Geografia. Foi uma prova de surpresa. E não tinha essa história de pai vir tirar satisfação. Hoje se marcar uma prova de um dia pra outro já dá o que falar. Naquele tempo não. Os pais confiavam plenamente na escola (MARIA ANA FERNANDES).

[...] Cada ano tinha as suas disciplinas. Primeiro ano, segundo, terceiro e quarto Então eles eram organizados. Eu hoje suponho que com o nível, a amplitude de cada um [...] Por exemplo, História Geral era no começo, embora mais abstrato, mas mais amplo era no começo. Aí depois é que vinha, por exemplo, História do Brasil. Geografia, primeiro, Geografia Geral depois é que vinha Geografia do Brasil. Eu acho que era com o nível de amplitude. Eu acho que esse era o critério. Agora, tinha essa parte assim mais acadêmica vamos dizer, bem característica de todas as escolas, e tinha outras disciplinas. Por exemplo, tinha trabalhos manuais. Era próprio da visão de mulher da época. Não podia ser diferente. Pra ser útil aquelas mulheres, aquelas meninas, então, tinha trabalhos manuais (SEDY).

[...] Exposição do conteúdo, anotações e a gente copiar a matéria. Utilizado o material didático, mapas, essas coisas eram utilizadas também em sala de aula. Mas a exposição era a mesma. Explicação, o professor copiava a matéria no quadro e a gente copiava. A exposição didática como a gente diz. [...] Tinha livro de Matemática, tinha livro de Português, tinha livro de Geografia, tinha livro de História, tinha livro de Ciências. Era tudo na base do livro (GERCINA FREITAS).

[...] Realmente os conteúdos trabalhados em sala de aula eram aqueles expositivos, o professor expunha, e ao mesmo tempo fazia tarefas expositivas[...] questionários de perguntar sobre aquilo que tinha dado pra ver respostas, perguntas e respostas, e também era com o desenrolar das disciplinas apresentadas, [...] me lembro que já tinha método de seminários, de a gente fazer trabalhos e apresentava o seminário, trabalhos de grupos, era bem moderno já. Não era aquele antigamente que só professor expunha e exigia do aluno não [...] era nota também da participação e dos trabalhos escritos e orais (TEREZINHA DINIZ).

[...] Ah, tudo anotado. Tinha livros. Xérox naquele tempo não existia. Então, quem não podia comprar livro, copiava, ia na casa do colega pra copiar aquele texto todinho. E, depois a gente começou a trabalhar em pequenos grupos (BERTA AZEVEDO).

Ao nos determos na análise das falas das entrevistadas, percebemos que a transmissão de uma cultura pela escola, sobretudo no tocante aos conteúdos e sua organização, se configura numa tarefa difícil devido à necessidade de se fazer uma seleção minuciosa do conteúdo a ser transmitido. Nessa perspectiva, Valdemarin (2004, p. 23) explica que:

[...] Para transformar-se em conteúdo ensinável, a cultura transmitida pela escola sofre um processo de didatização com a criação de aparato metodológico destinado a gerar aprendizagem nos alunos, que acaba por configurar o próprio conteúdo transmitido, traduzindo-o num rol de atividades e situações de ensino-aprendizagem, programadas com sequência e gradação específicas.

O entendimento de Valdemarin (2004) é contemplado nos discursos das normalistas dispostos acima, principalmente quando elas expressam sobre a forma de organização dos conteúdos e como estes eram transmitidos. Embora os recursos didáticos utilizados fossem insuficientes, havia toda uma preocupação para que a aprendizagem fosse proporcionada de forma significativa e contextualizada.

4.8 ORGANIZAÇÃO DO HORÁRIO DAS AULAS

De acordo com o relato da normalista Maria Ana Fernandes, que começou a estudar no ano de 1949, o funcionamento do Curso Normal Regional apresentava outra organização no horário das aulas em relação a do Curso Normal Livre, conforme segue:

[...] Eu não me lembro não sei era de 45 minutos ou de 50, eu só sei que começava de sete e terminava de doze horas, e terminavam cantando o hino nacional aqui na galeria, porque já era muito quente. Então cada turma ficava formada, cantava o hino nacional, quando terminava o hino nacional todo mundo batia de uma vez o pé. Todo mundo. Depois disso é que a gente saía. Só saía todo mundo junto, depois de cantar o hino nacional. Diariamente (MARIA ANA FERNANDES).

Conforme podemos observar na fala da normalista Maria Ana Fernandes, a questão do civismo e do patriotismo na formação das normalistas era marcante na formação moral e de bons costumes delas para que estas pudessem ser modelo para seus futuros alunos.

Com relação à organização das aulas do Curso Normal Livre, segundo o depoimento da primeira aluna desse curso, os horários das aulas eram assim distribuídos:

[...] o Ensino Normal era de uma hora da tarde até quatro e meia, cinco horas. Uns horários muito bons (LAURA BARRETO).

No conteúdo da fala da normalista Sedy, podemos notar que a disciplina de Canto Orfeônico oferecida nos Cursos Normal Regional e Normal Livre era ministrada no horário oposto ao das aulas.

[...] Era o comum mesmo, de tal hora a tal hora. Agora tinha canto orfeônico. É por isso que eu digo: a pedagogia era a pedagogia tradicional, mas o compromisso delas era tão forte que elas criavam mecanismos pra atender à formação geral. Por exemplo, tinha canto orfeônico, aí era num horário oposto ao das aulas. Tinha envolvimento da gente com as práticas delas (SEDY).

Diante do exposto por Sedy, fica evidenciado que as aulas de canto orfeônico eram imbatíveis no que se refere à questão emocional, bem como um meio educativo por excelência e disciplinar para a formação das futuras professoras.

Por funcionar também com o regime de internato, o Colégio Normal Francisca Mendes apresentava, para as internas, outra dinâmica de organização do horário das aulas, a qual é descrita por Terezinha Diniz que estudou como normalista interna na referida instituição:

[...] Eu como interna, os horários eram aula pela manhã, na minha época aulas pela manhã, e a tarde era aula do estudo. A gente estudava tudo que tinha. E existia os horários bem distribuídos. Depois do almoço a gente tinha um pequeno horário de intervalo que a gente fazia o grande recreio. Depois vinha a hora de estudo no grande salão, com todas as internas juntas. E tinha o intervalo depois para merenda, e depois estudo outra vez. À noite quem queria, podia estudar à noite também. Sempre acompanhada por uma freira, num birô lá na frente, e as alunas todas naquele salão estudando, preparando suas tarefas, preparando seus estudos. Lembro como se fosse hoje: cada uma tinha sua mesa de estudo nesse grande salão como interna. E durante a manhã eram as aulas. Dadas pelos professores com os trabalhos, como eu já disse, feito pelas alunas (TEREZINHA DINIZ).

Ainda é relevante destacar que a organização do horário das aulas seguia, de acordo com o depoimento de Berta Azevedo, aula de maior esforço e concentração intercalada com aula de menor esforço.

[...] Sempre tinha uma aula de mais esforço, de maior concentração, como a aula de trabalho, uma aula de canto intercalada. De manhã, de sete às onze e meia, ou doze horas (BERTA AZEVEDO).

Vale salientar que, a organização do horário das aulas no Colégio Francisca Mendes aqui disposta tomou por base apenas as entrevistas com as normalistas em decorrência da ausência de um documento interno do Colégio que apresentasse essa estruturação.

4.9 AS FESTAS CÍVICAS NA FORMAÇÃO DAS NORMALISTAS

Durante a realização das entrevistas, as normalistas destacaram as comemorações de datas como o sete de setembro que, segundo seus depoimentos, podemos constatar a valorização, em especial, ao “Amor à Pátria”, cultivada pelas freiras vindas da Alemanha. Nesse sentido, Pinheiro (2002) explica que essa era uma orientação fornecida nas diretrizes educacionais nacionais e, conseqüentemente, tinha grande alcance no âmbito do Estado da Paraíba, conforme exposto:

[...] os itens relativos à educação física e à educação artística faziam parte de uma política educacional voltada para as questões disciplinares e para o culto às datas e aos heróis nacionais e paraibanos, por meio da aprendizagem de hinos, cânticos e poesias que enalteciam a cultura local e nacional (PINHEIRO, 2002, p. 204).

Em consequência desse “Amor à Pátria” e de acordo com o depoimento de Sedy, ainda é possível percebermos o resultado dessa aprendizagem e a valorização de uma

consciência nacional, dos ideais patrióticos presentes nas atividades escolares desenvolvidas no processo de ensino do Colégio Normal Francisca Mendes, expressado assim:

[...] Então Madre Adelaide entrou pra ensinar o hino nacional para ser cantado corretamente, de acordo com a partitura original. [...] Porque, por exemplo, o desfile do sete de setembro não era uma coisa encenada, como hoje muitos alunos vão desfilar motivados por mil outros motivos, outras razões. Mas lá era para a pátria. A preparação para o dia sete você introjetava. [...] Eu me lembro que quando eu passava ferro na minha saia, que ficava lembrando a saia, o sapato, a cabeça, tudo. Você se preparava para a pátria. [...] Então eu me lembro que quando eu ia passar ferro na minha saia pra o sete de setembro, uma semana antes, pra deixar debaixo do colchão e ficar bem vincada. Tudo era pra ser perfeito. Então quando eu ia passar ferro eu pensava assim: “Eu vou passar bem direitinho pra pátria, em homenagem a minha pátria” (SEDY).

Nas figuras 23, 24, 25 e 26, colocadas abaixo pode ser observada a vivência desse momento.

FIGURA 23 – Desfile de Sete de Setembro: normalistas como Porta-bandeira



Fonte: Acervo do Colégio Normal Francisca Mendes (2011)

FIGURA 24– Desfile de Sete de Setembro pelas principais ruas da cidade de Catolé do Rocha



Fonte: Acervo do Colégio Normal Francisca Mendes (2011)

FIGURA 25 – Desfile de Sete de Setembro pela rua da cadeia pública da cidade de Catolé do Rocha



Fonte: Acervo do Colégio Normal Francisca Mendes (2011)

FIGURA 26 – Desfile de Sete de Setembro pela rua da cadeia pública da cidade de Catolé do Rocha



Fonte: Acervo do Colégio Normal Francisca Mendes (2011)

Como forma de aprofundamento do entendimento acerca das festividades e comemorações cívicas presentes na formação das normalistas, o depoimento de Maria Ana Fernandes elucidada:

[...] E outra coisa, desfile do dia sete. Nós marchávamos de farda mesmo, ao som dos tambores. Não sei se tinha corneta. [...] Mas, a gente desfilava pelas ruas da cidade de farda, aos sons dos tambores. Não tinha essas bandas. [...] Mas tinha exatamente a semana da pátria. Me lembro bem da semana da pátria. Eu vivi um momento muito bom aqui na escola, fui muito feliz em ter estudado aqui. Aprendi pra minha vida, completando a educação familiar. Muita coisa que aprendi aqui. E aprendi realmente pra vida, que ainda tenho coisas daquele tempo. Muita coisa que eu aprendi de ciências. Teatro. No fim do ano, as festas de fim de ano das professoras e professorandas, da turma concluinte, era uma festa aqui na cidade e no colégio. A Irmã Siegfrieda, ela montava peças teatrais. Irmã Eleonore ensaiava. Aí tinha o bailado, que a gente chamava bailado, e o coro falado. Dentro de um tema. Irmã Eleonore ia pra lá, e depois ela vinha pra ensaiar com a gente a parte final. Eu ainda participei no primeiro e segundo ano. [...] Mas era uma festa muito grande aqui no colégio. Mas além disso, Irmã Eleonore ensaiava peças teatrais, como, por exemplo, O filho pródigo. Foi uma peça muito bonita que ela elaborou. Não tínhamos nem palco, era ali no pátio e na galeria que ia fazer o palco. [...] Era muito bonito, muito bom. (MARIA ANA FERNANDES).

Diante do explanado, percebe-se que as festas cívicas na formação das normalistas eram uma realidade presente no cenário educacional brasileiro. Essas comemorações não poderiam deixar de ser também uma realidade paraibana e, conseqüentemente, na sociedade catoleense. Nesse sentido, Silva (2011, p. 105), complementa que:

[...] As festas escolares se tornaram muito comuns durante o Estado Novo, pois esse foi um momento em que se processaram a centralização de leis e normatizações, no sentido de tentar conduzir as práticas sociais, visando à construção de novas tradições em torno de um ideário nacionalista, na tentativa de formar homens civilizados e dispostos a trabalhar pela pátria.

4.10 MISSA AOS DOMINGOS

Outro momento marcante na vida das normalistas referia-se às missas aos domingos, que de acordo com as normalistas Berta Azevedo e Maria Ana Fernandes, a formação religiosa dada no colégio Normal Francisca Mendes transpassava as exigências dos muros do educandário e assumia papel de destaque na educação familiar com zelo no que tange à formação educacional. Assim, afirmam:

[...] Depois de cada aula rezava. A missa do domingo era obrigatória. Na segunda-feira a gente tinha a chamada pra quem ia assistir à missa (BERTA AZEVEDO).

[...] aos domingos nós devíamos vir assistir à missa, éramos obrigadas a assistir à missa. [...] a farda era manga, de mangas compridas, no mesmo estilo da farda. Mas a gente, pelo menos lá em casa, a gente era mais zelosos. Tínhamos uma farda pra diária, uma saia pra diária e outra para o domingo. Uma saia melhor. Aí vínhamos de sapato pulseira, branco, com meia. Isso já desde o começo. E véu. Naquele tempo se usava véu. Sete horas da manhã aqui na capela do colégio, todas nós éramos obrigadas. Na segunda-feira, era feita a chamada quem veio pra missa, quem não veio. Aí tinha um detalhe que não é mais do, da farda, mas faz parte da farda, do conjunto da farda. As alunas não podiam vir de unhas pintadas. Lábios muito menos (MARIA ANA FERNANDES).

Analisando os depoimentos acima, é possível notar que a formação religiosa ocupava lugar de destaque na formação das normalistas, futuras professoras primárias da sociedade catoleense e demais cidades vizinhas, pois as mesmas eram obrigadas a irem de farda para a missa aos domingos. Também é perceptível que as exigências da formação religiosa defendiam os valores cristãos e a perspectiva religiosa adotada no educandário e pelo que, podemos inferir, acompanharam as normalistas no desabrochar de sua existência e permearam suas vivências.

Alguns detalhes das marcas da formação religiosa recebida pelas normalistas podem ser constatados em trechos da carta de Sedy Marques endereçada às irmãs Franciscanas (ANEXO D), quando ela relembra que:

[...] Numa das idas rápidas a Catolé recebo o recado de Madre Irmholda. Compareci ao encontro. Foi no parlatório o que significava solene, grave ou

muito reservado. - "Soubemos que você anda com certas idéias e aderindo a movimentos não cristãos. É verdade? Preciso saber: onde foi que nós falhamos?"-É verdade, Madre - foi o que pude falar. Aquelas idéias tão inconsistentes, ainda em formação não me permitiram o amplo diálogo ali aberto com a maior Mestra da minha juventude (digo juventude, mas sobra a palavra vida na ponta do meu lápis) De forma contida abraçamo-nos, em silêncio.

Com a narrativa de Sedy, é possível perceber que a formação religiosa cristã oferecida às normalistas se configurava, também, como uma exigência de valores e condutas a serem cumpridas mesmo depois que estas tomavam outros encaminhamentos na vida, quer seja pessoal e/ou profissional, ou seja, o modelo católico cristão adotado pelo educandário era uma condição moral, civil e ética a ser seguido por todas as normalistas que daquele espaço usufruíram.

Foi, pois, dentro desse universo desenhado pelas memórias das normalistas que a cultura escolar desenvolvida no cotidiano educacional do Colégio Normal Francisca Mendes mostrou como as mesmas deveriam se comportar e como deveria ser a professora primária, mãe.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: TÉRMINO DE UMA HISTÓRIA?

Nessa fase do trabalho dissertativo é lícito dizer que nos deparamos com um sentimento de incompletude que nos envolve, pois percebemos que diante do que conseguimos construir muito ainda pode ser desvelado, a partir de um novo olhar que certamente terá outro modo de dizer.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, escrevemos partes dos elementos que compõem a história do Colégio Normal Francisca Mendes, centro irradiador de cultura, uma instituição escolar localizada na cidade de Catolé do Rocha, no alto sertão do Estado da Paraíba e que de acordo com os nossos achados, contribuiu e contribui com a formação educacional das crianças, jovens e adolescentes da referida cidade e localidades vizinhas.

Em 1939, foi edificado o lugar para o Colégio Normal Francisca Mendes. Percebemos que a criação, implantação e consolidação da Escola Normal, uma instituição de ensino pioneira e de referência na formação, particularmente de mulheres professoras, possibilitou a ascensão das mesmas. Pois foi através do Curso Normal que estas se formaram como professoras primárias e diante das oportunidades, condições e interesses individuais deram continuidade aos estudos chegando até, para algumas delas, ao estágio de Doutorado em sua formação acadêmica.

A formação de professoras na referida instituição se dá balizada por princípios da pedagogia cristã, através da presença e responsabilidade pedagógico-administrativa das Irmãs Franciscanas, o que possibilitou à escola formar gerações incorporando, acreditamos assim, uma filosofia de vida e um modo de ser professora normalista com ensinamentos cristãos.

Durante o processo de construção, em especial, no delineamento do percurso metodológico, tivemos acesso a fontes documentais como o Livro com as impressões sobre o projeto do Colégio D. Francisca Henriques Mendes; o Livro de matrícula para o Exame de Admissão; o Livro de matrícula para o Curso Normal Livre e o Curso Normal Regional; o Livro com o nome e as notas das normalistas diplomadas, no período de recorte do estudo, proporcionando-nos a possibilidade de análise do processo de criação e funcionamento do Colégio Normal Francisca Mendes para assim, tecermos nossas impressões.

A utilização de fontes orais por meio das entrevistas às normalistas e a uma professora/diretora nos possibilitou a identificação, através dos recursos da memória das práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição desde o relacionamento com os/as professores/as percebendo a expressão “respeito”, repetida com intensidade; além dos elementos da cultura escolar próprios dessa escola, presentes no cotidiano por meio do

fardamento, da organização do horário das aulas, dos conteúdos e métodos empregados para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem na formação das futuras professoras primárias no Colégio Normal de Catolé do Rocha-PB.

No decorrer da elaboração desta pesquisa, pudemos observar que a criação e a implantação de Escolas Normais no Brasil seguiam os projetos das oligarquias locais com avanços e recuos em sua institucionalização. Na Paraíba, a situação não se apresentou de modo diferente e na cidade de Catolé do Rocha, a criação da escola normal foi por iniciativa privada, com apoio do poder público e da Igreja Católica. O Colégio Normal Francisca Mendes, de iniciativa do Coronel Antônio Mendes Ribeiro para imortalizar o nome de sua genitora, Dona Francisca Henriques Mendes, proporciona a união de três fortes pilares para o atendimento à melhoria educacional, a saber: o privado, o público e a Igreja Católica.

Percebemos, também, que a organização escolar do Curso Normal era hegemônica no Brasil no tocante à formação de professoras. Nesse cenário de hegemonia, o Colégio Normal Francisca Mendes prevaleceu com o Curso Normal Livre até 1945. Com a criação da Lei Orgânica que sistematizou melhor a organização do Curso Normal, ficou cada Estado na obrigatoriedade de seguir as orientações dadas por essa Lei. Nessa feita, o chamado Curso Normal Regional do Colégio Normal Francisca Mendes apresenta na sua organização curricular alterações significativas no ideal da formação das professoras primárias, em que a formação geral se impunha à formação específica das normalistas, ou seja, das professoras primárias.

Durante o processo de obtenção dos resultados e a análise dos dados que foram fornecidos também por meio das entrevistas e dos relatos orais, tivemos a oportunidade de vivenciar, de forma significativa, momentos de escuta e de trocas, vindo à tona memórias, saudades e recordações que permeavam o período vivenciado no Colégio Normal Francisca Mendes, recortado nesta pesquisa.

Portanto, o objeto deste estudo foi sendo recriado a partir das palavras, dos silêncios, dos diálogos da professora e das normalistas que vivenciaram, no período recortado, ações cotidianas que, de alguma forma, foram úteis para que pudéssemos identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas no Colégio Normal Francisca Mendes, na voz de poucas, mas que representam um conjunto. Assim, acreditamos que essa foi uma maneira de valorização e respeito àquelas que protagonizaram a história e o desenvolvimento educacional do Colégio, além de terem nos apresentado elementos da cultura escolar do educandário.

Entendemos que alguns fatos e falas deixaram de ser retratados e mencionados, mas sabemos que outros foram revelados através de documentos arquivados e por meio da

experiência e vivência da professora e das normalistas que, naquela época e instituição escolar, trabalharam e estudaram ao vasculharem sua memória.

Destarte, esperamos que os resultados desta pesquisa contribuam para a ampliação dos estudos em torno da história da educação paraibana e catoleense, mas que principalmente, contribua para a divulgação do papel do Colégio Normal Francisca Mendes nessa cidade e naquelas que a circundam, durante os anos de 1939 a 1959.

Para finalizar, destacamos que, de acordo com os relatos e documentos analisados, o Colégio Normal Francisca Mendes apresenta um valor imensurável para a formação das normalistas no cenário educacional da cidade de Catolé do Rocha. Enfatizamos também que, mesmo diante de tantas professoras formadas, por motivos que não nos atemos nesse estudo, como por exemplo: às condições sociais, apadrinhamento político, ausência de concursos públicos e outros fatores, elas não chegaram a ser contratadas e/ou designadas para ministrar aula, a exemplo, na área rural, visto que esta pesquisadora estudou nesse espaço, até a 2ª série primária com uma professora que, na época, não tinha a formação adequada, dispondo apenas do 4º ano primário. Fato este que reforça o entendimento de que, mesmo o Colégio Normal Francisca Mendes formando tantas professoras primárias, estas não eram inseridas no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- AGUAYO, A. M. **Didática da escola nova**. Tradução e notas J. B. Damasco Penna e Antônio D'Ávila. São Paulo: Companhia editora nacional, 1952. (Atualidades pedagógicas, 15).
- ARAÚJO, José Carlos Souza. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do triângulo mineiro: a revista A Escola (1920- 1921). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e instituição na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.
- ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. 2010. 319 f. Tese (Doutorado em Educação)- Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- ARAÚJO, José Carlos Souza et al (Orgs.). **As escolas normais do Brasil: do império a república**. Campinas: Alínea, 2008.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BRZEZINSKI, Iria. Embates nas definições das políticas de formação de professores para a atuação multidisciplinar nos anos iniciais do ensino fundamental: respeito a cidadania ou disputa de poder? **Educação e Sociedade**, v. 20, n. 68, p. 80-108, dez. 1999.
- CANEZIN, Maria Teresa; LOUREIRO, Walderês. N. **A escola normal em Goiás**. Goiânia: UFG, 1994.
- CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. O lugar da escola na cidade: a escola normal da Parahyba no início do século XX. **Terra Livre**, Presidente Prudente, v. 1, n. 28, ano 23, p. 109-128, Jan./Jun. 2007.
- CORREIA, Maria Ivete Martins. **Educação católica, gênero e identidades: o colégio Santa Rita de Areia na história da educação paraibana (1937-1970)**. 2010. 300 f. Tese (Doutorado em Educação)- Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- DUTRA, Natércia Suassuna. **Antonio Mendes Ribeiro: o benemérito**. Paraíba: 2009 Plaquete.
- FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise do conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008. (Serie Pesquisa, 6).
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de normalistas (1920-1950)**. São Cristóvão: Grupo de estudos e pesquisas em História da Educação/NPGRG, 2003. (Educação é História).

_____. À guisa de um inventário sobre as escolas normais no Brasil: o movimento histórico-educacional nas unidades províncias/federativas (1835-1960). In: ARAÚJO, José Carlos, Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio E. C. (Orgs.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: São Paulo: Alínea, 2008. p. 11-27.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas/São Paulo: Autores Associados, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GÓES, Teresinha de Jesus Medeiros. **Colégio Francisca Mendes: 60 anos 1939-1999: bodas de diamante**. 1999. Manuscrito.

GOMES, Jandynéa de Paula Carvalho. A profissionalização dos professores na Parahyba do Norte (1834-1889). In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira, FERRONATO, Cristiano (Orgs.). **Temas sobre a instrução no Brasil Imperial (1822-1889)**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

IMPRESSÕES sobre o projecto do Collegio D. Francisca Henriques Mendes a ser construído por seu filho Cel. Antônio Mendes Ribeiro e doado à Diocese de Cajazeiras (1937-1938). Catolé do Rocha, Paraíba, 1938.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: Autores Associados, n. 1. p. 9-43, jan./jun. 2001.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 193, p. 63-71, set./dez. 1998. Disponível em:

<<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/196/197>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

_____. Manuais pedagógicos e formação docente no Brasil (1880-1940). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: cultura escolar, migrações e cidadania, 7., 2008, Porto. **Anais...** Porto: U.Porto, 2008. Disponível em <<http://www.web.letras.up.pt>>. Acesso em: 12 out. 2011.

_____. O currículo da Escola Normal: feito e tendências. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação, 6., 2006, Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Uberlândia: UFU, 2006. Disponível em: <www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/337>. Acesso em: 20 nov. 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MAIA, Doralice Sátyro. **O fenômeno da terceirização a expansão urbana: o exemplo de Catolé do Rocha**. João Pessoa, 1986. 112 p. Trabalho apresentado à disciplina (Técnica de Pesquisa em Geografia Humana)– Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1986.

MARIZ, Celso Marques. **Notícia histórica de Catolé do Rocha**. Mossoró: ESAM, 1956. (Coleção Mossoroense, 26).

MELLO, José Batista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1956.

MELO, Ana Lúcia Gomes de. **Geração Viramundo: Catolé do Rocha**. João Pessoa: Manufatura, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Prg). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde**. 7. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 2000.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da praça: o lado noturno das luzes**. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos 1911-1933**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

NÓVOA, Antonio. Professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan./jun. 1999.

NUNES, Clarice. CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves et al. (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Barreto de. **Um colégio no alto da cidade** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <loubart@terra.com.br> em 01 jun. 2012.

PARAÍBA. Diário Oficial do Estado. **Jornal A União**, João Pessoa, 22 jan. 1935.

_____. Diário Oficial do Estado. **Jornal A União**, João Pessoa, 22 set. 1937.

_____. Diário Oficial do Estado. **Jornal A União**, João Pessoa, 14 maio 1938.

_____. Diário Oficial do Estado. **Jornal A União**, João Pessoa, 27 ago. 1939.

_____. Diário Oficial do Estado. **Jornal A União**, João Pessoa, 26 abr. 1941.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção educação contemporânea).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil:** (1930/1973). 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SENDRA, Sueli Rubens. **Irmãs franciscanas de Dillingen:** da expansão ao hoje de nossa História. Duque de Caxias: Edição da Província da Divina Providência, 2007.

SILVA, Maria Raquel. **Civilizando os filhos da “Rainha”:** Campina Grande, modernização, urbanização e grupos escolares (1935 a 1945). 2011. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **Uma vez normalista, sempre normalista:** cultura escolar e produção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935). Florianópolis: Insular, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira.** 4. ed. São Paulo: IBRASA, 1986.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Estudando as lições de coisas:** análise dos fundamentos filosóficos do método de ensino intuitivo. Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção educação contemporânea).

VIÑAO, Antonio. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. (Org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar.** São Paulo: Cortez, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista para as normalistas

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

**Pesquisa: COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES: CAMINHOS DA
ESCOLA NORMAL EM CATOLÉ DO ROCHA-PB**

Mestranda: Maria Cleide Soares de Sousa

ROTEIRO DE ENTREVISTA (para as normalistas)

- a) Você é natural de que cidade?
- b) Qual é a atividade profissional de seu pai e de sua mãe?
- c) Em que ano você começou a estudar no Colégio Normal Francisca Mendes?
- d) O que você cursou no Colégio Normal Francisca Mendes?
- e) Quais eram as (os) professoras (es)?
- f) Como era o relacionamento com as (os) professoras (es)?
- g) Descreva como era o fardamento
- h) Descreva as regras que orientavam a conduta das normalistas.
- i) Descreva os métodos empregados em sala de aula.
- j) Como eram os conteúdos trabalhados em sala de aula? Como eles eram organizados?
- l) Como era organizado o horário das aulas?
- m) Quais eram as exigências disciplinares
- n) Descreva como se dava as práticas pedagógicas.

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista para ex-professoras

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

Pesquisa: COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES: CAMINHOS DA ESCOLA NORMAL EM CATOLÉ DO ROCHA-PB

Mestranda: Maria Cleide Soares de Sousa

ROTEIRO DE ENTREVISTA (para ex- professoras)

- a) Você é natural de que cidade?
- b) Onde você se formou como professora?
- c) Em que ano você começou a lecionar no Colégio Normal Francisca Mendes?
- d) Qual disciplina/matéria você lecionava?
- e) As normalistas vinham de onde?
- f) Que meios/métodos eram utilizados para proporcionar a aprendizagem?
- g) Quais materiais didáticos eram utilizados? Como?
- h) Descreva como se davam as práticas pedagógicas.

ANEXOS

ANEXO A – Protocolo comitê de ética

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa, do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 5ª Reunião realizada no dia 09/08/2011, o projeto de pesquisa intitulado “COLÉGIO NORMAL FRANCISCA MENDES: CAMINHOS DA ESCOLA NORMAL EM CATOLÉ DO ROCHA - PB”, da Pesquisadora Maria Cleide Soares de Sousa. Protocolo nº. 0166/11.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionado à apresentação do resumo do estudo proposto à apresentação do Comitê.



Maria Cleide Soares de Sousa
Pesquisadora - CEP-CCS-UFPB

ANEXO B - Termos de consentimento livre e esclarecido assinados**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) Senhor(a)

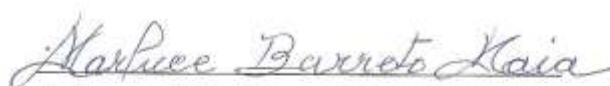
Esta pesquisa é sobre o **Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da Escola Normal em Catolé do Rocha-PB (1939-1959)** e está sendo desenvolvida por **Maria Cleide Soares de Sousa**, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso.

Tem por objetivo geral analisar o processo de criação e funcionamento da organização escolar do Colégio Normal Francisca Mendes, na cidade de Catolé do Rocha, no período de 1939 a 1959. Para atingir o objetivo do estudo, pretendo realizar entrevistas para identificar, com os recursos da memória oral, as práticas pedagógicas desenvolvidas nessa instituição. Esse estudo será realizado no Colégio Normal Francisca Mendes da cidade de Catolé do Rocha – PB.

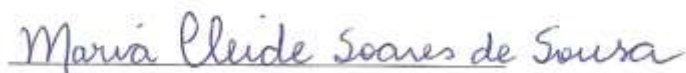
A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Solicito sua permissão para que a entrevista seja gravada como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. O(s) pesquisador (es) estará(ão) à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.



Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal



Assinatura do (a) Pesquisador (a) Responsável

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde
Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campos I – Cidade Universitária
Bairro Castelo Branco
João Pessoa – PB
CEP: 58051-900
Telefone (83) 3216-7791 FAX: (83) 3216-7791

Maria Cleide Soares de Sousa
Rua Manuel Belarmino de Macedo, 45,
Jardim Cidade Universitária
CEP: 58052-290
João Pessoa - PB.
Telefone para contato: (83) 3235-3945 / 8824-0167 / 9958-1875

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor(a)

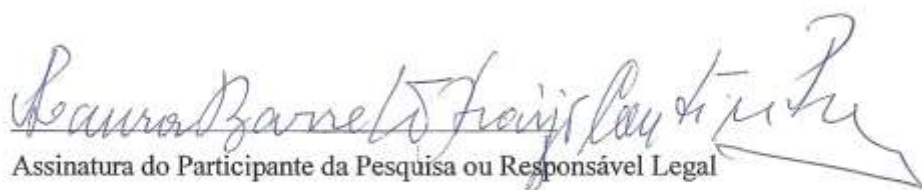
Esta pesquisa é sobre o **Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da Escola Normal em Catolé do Rocha-PB (1939-1959)** e está sendo desenvolvida por **Maria Cleide Soares de Sousa**, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso.

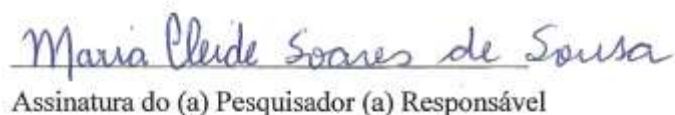
Tem por objetivo geral analisar o processo de criação e funcionamento da organização escolar do Colégio Normal Francisca Mendes, na cidade de Catolé do Rocha, no período de 1939 a 1959. Para atingir o objetivo do estudo, pretendo realizar entrevistas para identificar, com os recursos da memória oral, as práticas pedagógicas desenvolvidas nessa instituição. Esse estudo será realizado no Colégio Normal Francisca Mendes da cidade de Catolé do Rocha – PB.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Solicito sua permissão para que a entrevista seja gravada como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. O(s) pesquisador (es) estará(ão) à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.


Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal


Assinatura do (a) Pesquisador (a) Responsável

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde
Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campos I – Cidade Universitária
Bairro Castelo Branco
João Pessoa – PB
CEP: 58051-900
Telefone (83) 3216-7791 FAX: (83) 3216-7791

Maria Cleide Soares de Sousa
Rua Manuel Belarmino de Macedo, 45,
Jardim Cidade Universitária
CEP: 58052-290
João Pessoa - PB.
Telefone para contato: (83) 3235-3945 / 8824-0167 / 9958-1875

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor(a)

Esta pesquisa é sobre o **Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da Escola Normal em Catolé do Rocha-PB (1939-1959)** e está sendo desenvolvida por **Maria Cleide Soares de Sousa**, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso.

Tem por objetivo geral analisar o processo de criação e funcionamento da organização escolar do Colégio Normal Francisca Mendes, na cidade de Catolé do Rocha, no período de 1939 a 1959. Para atingir o objetivo do estudo, pretendo realizar entrevistas para identificar, com os recursos da memória oral, as práticas pedagógicas desenvolvidas nessa instituição. Esse estudo será realizado no Colégio Normal Francisca Mendes da cidade de Catolé do Rocha – PB.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Solicito sua permissão para que a entrevista seja gravada como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. O(s) pesquisador (es) estará(ão) à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Maria Fernandes de Lencastre

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

Maria Cleide Soares de Sousa

Assinatura do (a) Pesquisador (a) Responsável

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde

Universidade Federal da Paraíba

Programa de Pós-Graduação em Educação

Campos I – Cidade Universitária

Bairro Castelo Branco

João Pessoa – PB

CEP: 58051-900

Telefone (83) 3216-7791 FAX: (83) 3216-7791

Maria Cleide Soares de Sousa

Rua Manuel Belarmino de Macedo, 45,

Jardim Cidade Universitária

CEP: 58052-290

João Pessoa - PB.

Telefone para contato: (83) 3235-3945 / 8824-0167 / 9958-1875

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor(a)

Esta pesquisa é sobre o **Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da Escola Normal em Catolé do Rocha-PB (1939-1959)** e está sendo desenvolvida por **Maria Cleide Soares de Sousa**, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso.

Tem por objetivo geral analisar o processo de criação e funcionamento da organização escolar do Colégio Normal Francisca Mendes, na cidade de Catolé do Rocha, no período de 1939 a 1959. Para atingir o objetivo do estudo, pretendo realizar entrevistas para identificar, com os recursos da memória oral, as práticas pedagógicas desenvolvidas nessa instituição. Esse estudo será realizado no Colégio Normal Francisca Mendes da cidade de Catolé do Rocha – PB.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Solicito sua permissão para que a entrevista seja gravada como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. O(s) pesquisador (es) estará(ão) à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

* Berta Azevedo da Silva Paiva

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

Maria Cleide Soares de Sousa

Assinatura do (a) Pesquisador (a) Responsável

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde

Universidade Federal da Paraíba

Programa de Pós-Graduação em Educação

Campos I – Cidade Universitária

Bairro Castelo Branco

João Pessoa – PB

CEP: 58051-900

Telefone (83) 3216-7791 FAX: (83) 3216-7791

Maria Cleide Soares de Sousa

Rua Manuel Belarmino de Macedo, 45,

Jardim Cidade Universitária

CEP: 58052-290

João Pessoa - PB.

Telefone para contato: (83) 3235-3945 / 8824-0167 / 9958-1875

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre o **Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da Escola Normal em Catolé do Rocha-PB (1939-1959)** e está sendo desenvolvida por **Maria Cleide Soares de Sousa**, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso.

Tem por objetivo geral analisar o processo de criação e funcionamento da organização escolar do Colégio Normal Francisca Mendes, na cidade de Catolé do Rocha, no período de 1939 a 1959. Para atingir o objetivo do estudo, pretendo realizar entrevistas para identificar, com os recursos da memória oral, as práticas pedagógicas desenvolvidas nessa instituição. Esse estudo será realizado no Colégio Normal Francisca Mendes da cidade de Catolé do Rocha – PB.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Solicito sua permissão para que a entrevista seja gravada como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. O(s) pesquisador (es) estará(ão) à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

* Maria Sedy Marques

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

Maria Cleide Soares de Sousa

Assinatura do (a) Pesquisador (a) Responsável

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde
Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campos I – Cidade Universitária
Bairro Castelo Branco
João Pessoa – PB
CEP: 58051-900
Telefone (83) 3216-7791 FAX: (83) 3216-7791

Maria Cleide Soares de Sousa
Rua Manuel Belarmino de Macedo, 45,
Jardim Cidade Universitária
CEP: 58052-290
João Pessoa - PB.
Telefone para contato: (83) 3235-3945 / 8824-0167 / 9958-1875

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor(a)

Esta pesquisa é sobre o **Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da Escola Normal em Catolé do Rocha-PB (1939-1959)** e está sendo desenvolvida por **Maria Cleide Soares de Sousa**, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso.

Tem por objetivo geral analisar o processo de criação e funcionamento da organização escolar do Colégio Normal Francisca Mendes, na cidade de Catolé do Rocha, no período de 1939 a 1959. Para atingir o objetivo do estudo, pretendo realizar entrevistas para identificar, com os recursos da memória oral, as práticas pedagógicas desenvolvidas nessa instituição. Esse estudo será realizado no Colégio Normal Francisca Mendes da cidade de Catolé do Rocha – PB.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Solicito sua permissão para que a entrevista seja gravada como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. O(s) pesquisador (es) estará(ão) à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.



Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal



Assinatura do (a) Pesquisador (a) Responsável

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde

Universidade Federal da Paraíba

Programa de Pós-Graduação em Educação

Campos I – Cidade Universitária

Bairro Castelo Branco

João Pessoa – PB

CEP: 58051-900

Telefone (83) 3216-7791 FAX: (83) 3216-7791

Maria Cleide Soares de Sousa

Rua Manuel Belarmino de Macedo, 45,

Jardim Cidade Universitária

CEP: 58052-290

João Pessoa - PB.

Telefone para contato: (83) 3235-3945 / 8824-0167 / 9958-1875

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor(a)

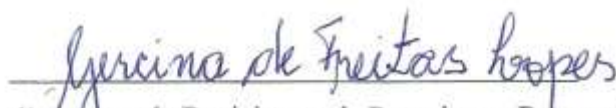
Esta pesquisa é sobre o **Colégio Normal Francisca Mendes: caminhos da Escola Normal em Catolé do Rocha-PB (1939-1959)** e está sendo desenvolvida por **Maria Cleide Soares de Sousa**, aluna do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso.

Tem por objetivo geral analisar o processo de criação e funcionamento da organização escolar do Colégio Normal Francisca Mendes, na cidade de Catolé do Rocha, no período de 1939 a 1959. Para atingir o objetivo do estudo, pretendo realizar entrevistas para identificar, com os recursos da memória oral, as práticas pedagógicas desenvolvidas nessa instituição. Esse estudo será realizado no Colégio Normal Francisca Mendes da cidade de Catolé do Rocha – PB.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Solicito sua permissão para que a entrevista seja gravada como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. O(s) pesquisador (es) estará(ão) à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.


Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal


Assinatura do (a) Pesquisador (a) Responsável

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde
Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campos I – Cidade Universitária
Bairro Castelo Branco
João Pessoa – PB
CEP: 58051-900
Telefone (83) 3216-7791 FAX: (83) 3216-7791

Maria Cleide Soares de Sousa
Rua Manuel Belarmino de Macedo, 45,
Jardim Cidade Universitária
CEP: 58052-290
João Pessoa - PB.
Telefone para contato: (83) 3235-3945 / 8824-0167 / 9958-1875

ANEXO C – Certidão de doação do educandário

U E R I A N O C.

RODRIGUES F. SILVA
Escritor Público
do Estado de Pernambuco
CARTÓRIO DO RIO DE JANEIRO

Francisca da Silva, 12 Tabelião Público desta
Cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba, em vir-
tude da Lei, etc.

U E R I A N O C, a requerimento verbal de pessoa interessada
que, revendo as folhas 60 e 62 V, do Livro No. 25 deste Cartório do Princi-
pal do Ofício a meu cargo, consta a escritura de teor seguinte: "Escritura Pú-
blica de doação que entre si fazem a Coronel Antonio Mendes Ribeiro e sua
esposa como doadores e como donataria a Mitra Diocesana de Cajazeiras, /
como abaixo se declara: SAIBA quantos este público instrumento de escritu-
ra de doação virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo,
de mil novecentos e quarenta e três (1.943), aos vinte e nove (29) dias do
mês de maio da dita ano, nesta cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba
e no meu Cartório, à rua spitalcio das Índias, por se haver sido distribuída he-
ja esta escritura pela bilhete que fica exposta à mesma, ai perante mim Ta-
belião e as duas testemunhas abaixo declaradas e assinadas, compareceu por
tas justas e contratadas, a saber: de um lado como outorgantes doadores, e,
Coronel Antonio Mendes Ribeiro e sua esposa dona Amelia Galvão Ribeiro, /
brasileiros, proprietários, residentes à rua Duque de Caxias, nº 620, na cida-
dade de João Pessoa, Capital deste Estado, onde são domiciliados, e neste ato
representados por seu bastante procurador, Doutor Natanael Maia Filho, /
brasileiro, farmacêutico, casado, residente nesta cidade, conforme procuração
da (11) onza de novembro de mil novecentos e quarenta e dois (1.942), lavrada
na Nota do Tabelião Doutor Rodrigo Vilasboas da Carvalho da cidade de /
João Pessoa, livro nº 147 fls. 59, apresentada nesta ato, e de outro lado, co-
mo outorgada donataria a Mitra Diocesana de Cajazeiras, neste Estado, repre-
sentada por seu vigário capitular Monsenhor Abdon Pereira, brasileiro, resi-
dente na referida cidade de Cajazeiras, neste ato representado por seu bas-
tante procurador, Padre Americo Sergio Maia, brasileiro, residente nesta cida-
de, conforme procuração de quatorze (14) de dezembro do referido ano de mil
novecentos e quarenta e dois (1.942), lavrada nas Notas do Tabelião Antonio
Rodrigues de Holanda, da cidade de Cajazeiras, livro nº 6 fls. 10, que nesta a-
to também me foi apresentada, pessoas estas todas conhecidas de Tabelião e
das testemunhas estas, por sua vez, também minhas conhecidas, do que deu fé. E
pelas outorgantes doadores, por seu procurador me foi dito, perante as mes-
mas testemunhas, que sendo senhores a legítimos possuidores por construção/
própria do edifício denominado "COLÉGIO D.ª FRANCISCA HENRIQUES MENDES",
de dois (2) pavimentos nesta cidade, no terreno próprio que lhe foi doado /
pela Prefeitura Municipal, se acham contratados com a outorgada donataria /
para do própria a livre vontade à mesma outorgada don-la entre vivos e gra-
tuitamente, como efetivamente doado tem, por bem desta escritura e mediante/
as seguintes condições: a)-o edifício ora doado, será destinado a nãe fun-
cionar um Colégio, cujo nome é D. Francisca Henriques Mendes, não poderá /

Cópia da 1ª folha da escritura de doação do Colégio

ser alterado, como também o seu domínio não poderá ser transferido a terceiros pela donataria; b) na hipótese de ser criada uma outra diocese no território pertencente a atual diocese de Cajazeiras, a propriedade do imóvel doado passará a pertencer à dita Diocese a que ficar pertencendo este Município de Catolô do Rocha; c) a donataria poderá transferir e administrar e direção do educandário a qualquer ordem religiosa ou pessoa de direito natural ou jurídica, respeitado, porém, o que acima ficou convenicionado e ainda podendo os doadores manterem no estabelecimento gratuitamente duas alunas de maior ou menor idade, que ficarão sujeitas a disciplina e regulamento do mesmo, direito esse que por parte dos doadores se transferirá ao seu filho adotivo Hermano Galvão de Sá; d) a presente doação então incluídos todos os móveis que se encontram no edifício, como sejam: um órgão / para Capela, um piano, uma máquina de costura Singer, tapete para altar, vitrais, imagem da capela e a do Senhor dos Passos que se encontra em um monumento no pátio externo do edifício, candelários, uma mobília austriaca composta de duas (2) peças, porta-chapeu, dois guarda-roupas de madeira vinhático, móveis esses que, com outros por ventura ainda sejam doados pelos outorgantes, ficarão fazendo parte do patrimônio do educandário e como tal não poderão ser alienados; e) sempre que possível serão celebradas missas na capela do Colégio pelo repouso eterno das almas dos pais dos doadores. E assim na melhor forma de direito transmitem desde já, a outorgada donataria, pela cláusula constituta, todo o domínio, posse, direito e ação que têm na coisa doada, para que a outorgada possua sem qualquer reserva, e fora as cláusulas aqui estipuladas, como sua que é e fica sendo; que, finalmente estimam o valor do edifício doado em duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 250.000,00), e dos demais objetos em cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000,00), tendo sido por ato do interventor Federal do Estado e confirmo processo no 2.049 e comunicação a mesa de rendas estadual nesta cidade dispondo o pagamento do imposto de transmissão de propriedade, como consta da certidão anexada na petição que nesta ato me foi apresentada, cujos textos são os seguintes: "Ilmo. Sr. Administrador da mesa de Rendas de Catolô do Rocha. O abaixo assinado, Padre Americo Sergio Sala, na qualidade de procurador do Exmo. Vigário da diocese Mons. Abdon Pereira, vem requerer a V.S. se digne certificar no pé desta sobre a isenção de impostos nessa Repartição referentes a escritura de doação do imóvel "Colégio D. Francisco Maurício Mendes" desta cidade, feita pelo Coronel Antonio Mendes Ribeiro e sua Esma. esposa. Rentes termos r. v. Catolô do Rocha, 22 de maio de 1943. a, Padre Americo Sergio Sala. Despacho certifique-se o que consta. Em 22-5-1943. a, Milerio Viana-Resp. p. Exp. "Certidão. De cumprimento ao despacho supra certifico que de acordo com o processado nº 2.049, firmado pelo Sr. interventor Federal do Estado, está isento de imposto de transmissão e selos na escritura de doação do edifício "Colégio Francisco Mendes" desta cidade, Mesa de Rendas de Catolô do Rocha, 22 de maio de 1943. a, Otavio B. Gadelha - Guarda Fiscal". visto em 22-5-943.

Cópia da 2ª folha da escritura de doação do Colégio

ANEXO D – Carta às Irmãs Franciscanas

João Pessoa, 02 de maio de 2009

Prezadas Irmãs Franciscanas

Chego atrasada. Por força das circunstâncias, não compareci às comemorações dos 70 anos do nosso Colégio, pelo que apresento as minhas desculpas.

Asseguro-lhes, porém, que meus sentimentos são de profunda gratidão. Para expressá-los e, assim, compartilhar desse aniversário, registro, aqui, nos limites da minha memória, situações aí vividas e pinçadas entre tantas outras que considero marcantes na minha formação.

Éramos crianças. Depois, quase – mesmo quando já beirando a maioridade. Nossos pais pouco ou não escolarizados, em geral bastante pobres, numa Catolé ainda tão pequeninha.

Nela, brincávamos no mata-pasto vizinho, pronunciávamos firestone o nome da última novidade chegada. Aos cochichos, como que salpicados de lama, procurávamos o significado da expressão lua de mel, em voga após alguns casamentos.

A arte em Roma era o que Madre Irmolda nos apresentava. Estátuas de homens nus e seminus diante dos quais, o riso preso em nossas bochechas e o conflito dos nossos olhares entre eles, nossas colegas e a freira iam aos poucos cedendo, até que, lavados nas palavras e serena firmeza de sua apresentadora, começavam a descobrir dobras talhadas nos diminutos mantos e as curvas daqueles corpos retorcidos. Estimuladas, algumas de nós até chegaram a dar palpites sobre a expressão dos olhos esculpidos.

Não lembro de cochicho algum lá fora, ainda que não soubéssemos da dimensão do que acabáramos de aprender. Dois tipos de arte a serem aprendidos lentamente. Quantas vezes, ao longo da minha vida profissional, não recorri à força e à beleza daquele momento! Era a visão de mundo, era principalmente a visão de homem que suponho, ali começava a se ampliar, a nos instrumentalizar para a superação de preconceitos circulantes.

A cada aniversário de nossa independência, as freiras alemãs foragidas da guerra recomendavam saias com pregas bem vincadas, sapatos polidos e os melhores propósitos no

coração para desfilar-mos dignamente diante da Pátria. No estreito universo dos meus conceitos, a Pátria era o palanque dos Maías e Dr. Fernando a entoar: “Auriverde pendão da minha terra...”

Lembro do repentino choro e brusca retirada de Madre Adelaide da sala de música onde, recém-chegada, nos ensinava o ritmo saltitante do nosso hino. Era o protesto de uma larga concepção de Pátria contra a paródia do mesmo hino que começáramos a cantar: “laranja da China, laranja da China laranja da China (...?) limão doce e tangerina.”

Depois a nossa adesão (minha e de Lourdinha Barreto) aos apelos dessa mesma freira para que a substituíssemos nas aulas que dava aos presos da cadeia local. Dentre eles se destacava Nogueira, acusado que era (segundo se dizia) de mais de trinta assassinatos por vingança ou encomenda. De fato, a Pátria era bem maior que o palanque, era diversa e por construir!

De Catolé parti com a mala cheia dessas e muitas outras experiências.

Os tempos começavam a mudar e chegavam com a força do mundo. Em sua rotação, uma nova conjuntura.

Numa das idas rápidas a Catolé, recebo o recado de Madre Irmholda. Compareci ao encontro. Foi no parlatório o que significava solene, grave ou muito reservado.

-”Soubemos que você anda com certas ideias e aderindo a movimentos não cristãos. É verdade? Preciso saber: onde foi que nós falhamos?”

-É verdade, Madre - foi o que pude falar. Aquelas ideias tão inconsistentes, ainda em formação não me permitiram o amplo diálogo ali aberto com a maior Mestra da minha juventude (digo juventude, mas sobra a palavra vida na ponta do meu lápis) De forma contida abraçamo-nos, em silêncio.

Muitos anos depois, ainda marcada por aquele elegante e pedagógico silêncio, soube da precariedade de sua saúde. Organizei-me, ia visitá-la em Areia. Sonhava que a sua melhora nos permitisse o que no parlatório fora interrompido. Por telefone, porém, veio a sensação de pilar quebrado, veio o meu luto. A comunhão por mim sonhada entre a ex-aluna com ideias então melhor avaliadas pela história e a agora Irmã Eleonora, seu novo e significativo nome - ficou como desejo.

No meu afeto, vejo Madre Siegfrieda de fala compassada enquanto seus olhos iam penetrando enfaticamente a nossa alma; deparo-me com o sorriso de Madre Justiça mais leve que seu franzino corpo, sorriso que vi retraído apenas uma vez: no dia do suicídio de Getúlio Vargas; encontro Madre Engelsindes a nos cobrar a lógica matemática e Madre Urbana, ora a nos provocar com o cheiro de suas comidas a se espalhar por galerias limpas e brilhantes, ora a nos prometer “cascudos” quando espreitávamos as clausuras atrás de freiras sem véus.

Em síntese, um colégio – ser vivo com sangue, nervos e pulso, que pensa, grita e abraça, onde o educando é tomado por inteiro, dos sentidos à alma, inteligência e afetos.

Se hoje em Catolé podemos encontrar profissionais da educação que não se contentam em discutir atividades/frações de varejo e nos induzem a discutir teorias que as fundamentam; se os espinhos do xique-xique brotaram nos sertões nordestinos e nas metrópoles europeias; se o beradeiro ensina, como diria João Cabral de Melo Neto, o mundo a soletrar as lições da pedra com a harmonia de suas vozes, dos seus corpos e mãos não é obra do acaso. São competências a serviço de uma semente plantada. Ramas que extrapolaram aqueles muros, que se espraíram como cultura de um povo.

Quem agou a planta, mesmo que a cacimba estivesse seca ou minguada? Quem suportou o peso do adubo, quando o mundo em suas voltas nos surpreendia com seu novo feitio?

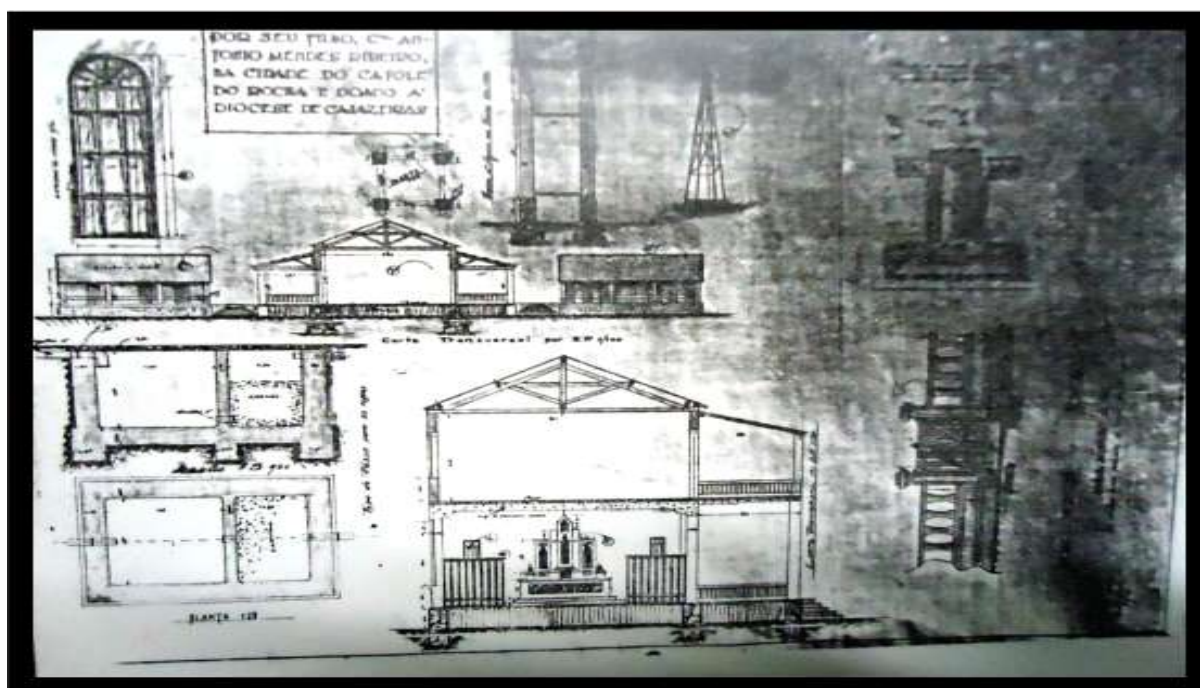
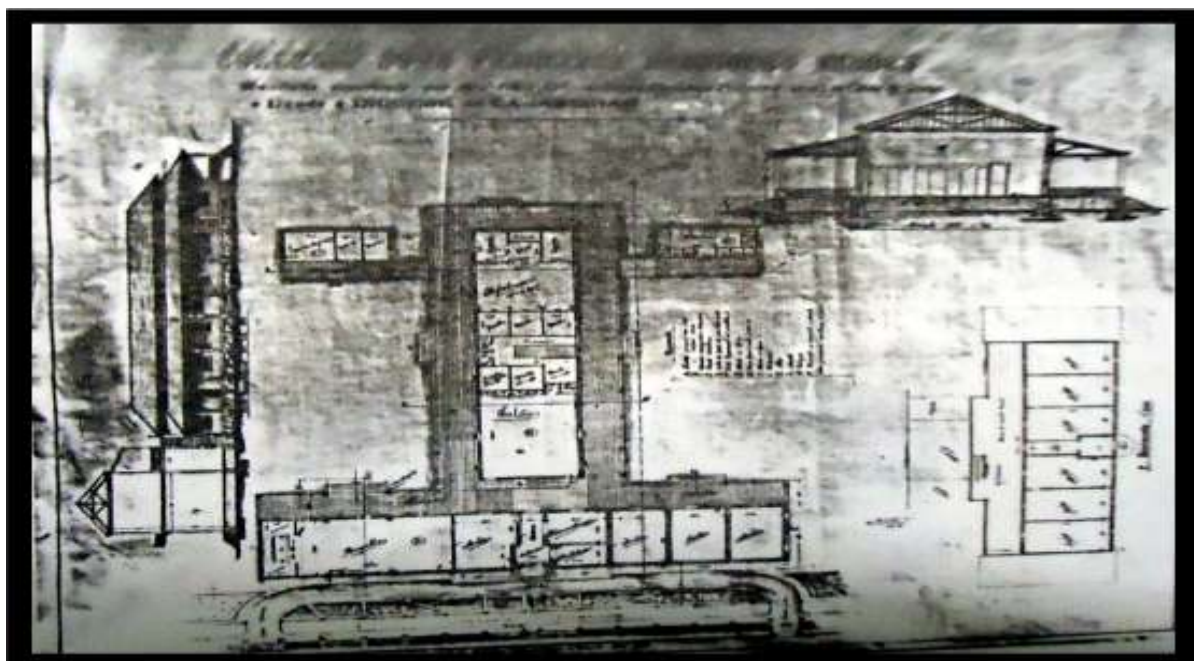
Obrigada Mendes Ribeiro. Se a doação do prédio e de seus equipamentos já se mostrou produtiva, é, particularmente, pela escolha das Irmãs Franciscanas que digo obrigada.

Parabéns Irmãs! Desejando-lhes a força de que todos nós carecemos e o saber demandado pelos nossos desafios, disponibilizo a minha solidariedade.

Com um abraço,

Maria Sedý Marques

ANEXO E – Desenho das plantas para a construção do Colégio Normal Francisca Mendes



ANEXO F– Foto atual do Colégio Normal Francisca Mendes



Fonte: *Internet* – Catolé News, 2012. Acesso em 11 de abril de 2012.